

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

JORRIMAR CARVALHO DE SOUSA
JÚNIOR

GAMELEIRA NO MAPA: Os impactos da monocultura de soja, na
Comunidade Gameleira, Brejo- MA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

JORRIMAR CARVALHO DE SOUSA JÚNIOR

**GAMELEIRA NO MAPA: Os impactos da monocultura de soja, na Comunidade
Gameleira, Brejo- MA.**

São Luís
2023

JORRIMAR CARVALHO DE SOUSA JÚNIOR

**GAMELEIRA NO MAPA: Os impactos da monocultura de soja, na Comunidade
Gameleira, Brejo- MA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento

Orientador: Dr. David Junior de Souza Silva

São Luís

2023

Sousa Júnior, Jorrimar Carvalho de.

Gameleira no mapa: os impactos da monocultura de soja, na Comunidade Gameleira, Brejo - MA./ Jorrimar Carvalho de Sousa Júnior – São Luís (MA), 2023.

159 p.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2023.

Orientador: Prof. Dr. David Junior de Souza Silva.

1. Povos e Comunidades Tradicionais. 2. Comunidades Campesinas. 3. Racismo Ambiental. 4. Racismo Ambiental. 5. Território. I. Título.

CDU: 633.34(812.1)

Jorrimar Carvalho de Sousa Júnior

**GAMELEIRA NO MAPA: Os impactos da monocultura de soja, na Comunidade
Gameleira, Brejo- MA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovada em: 30/10/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. David Junior de Souza Silva (Orientador)

Doutor em Geografia

Universidade Estadual Paulista

Prof.^a Dr.^a Marivânia Leonor Souza Furtado (Avaliadora Interna)

Doutorado em Geografia, UNESP/Presidente Prudente

Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo (Avaliador Externo)
(Avaliador Externo)

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Enfim a conclusão de uma etapa. As dificuldades vividas durante o processo de realização deste trabalho, fizeram-me desacreditar que poderia chegar enfim, a este momento. Mesmo com as dores sofridas, não posso negar os aprendizados que obtive, ao me desafiar sair da zona de conforto.

Posso afirmar, que este é um trabalho incompleto, não apenas pela lógica acadêmica, onde um trabalho precede, um outro, uma continuidade, por não se conseguir dissecar, em sua potencialidade o campo empírico e teórico, esse fator também procede, porém, o que me faz chegar, a essa conclusão, é realmente a burocracia acadêmica, a pressão exercida sobre quem e como se produz o conhecimento científico, que acaba imprimindo também, uma lógica, autoritária e mercadológica, ao conhecimento.

Muitas sinergias aconteceram para que eu chegasse aqui, então, tenho a consciência que não chego sozinho. Impossível agradecer a todos e todas, mas no mais profundo do meu ser, sou grato.

Apesar das vivências na área rural, através da minha família e dos Movimentos Sociais, não tinha afinidade acadêmica, com o tema. Experenciar as dificuldades vividas, na área rural maranhense, redefiniram minha existência, reconfigurou meu alhar, enquanto, pessoa, pesquisador e arquiteto, para além da visão cosmopolita da urbanidade.

Gameleira, campo empírico do meu trabalho, é o retrato das riquezas invisibilizadas, que deixamos de perceber e vivenciar quando estamos presos em um “domo”. É triste constatar, que a negligencia, não apenas por parte do Estado, mas da própria sociedade, fragiliza essas comunidades. Estamos literalmente extinguindo saberes milenares, sem ao menos conhecê-los, sem darmos o valor necessário a eles.

Assim, meu principal agradecimento é dirigido a Comunidade Gameleira, que além de abrir seus lares e suas vidas, ao me receberem, mostraram-me o quão cego estava, ao limitar minha cosmovisão a uma perspectiva singular e cartesiana. Propiciaram-me enfim, compreender, a pluralidade do meu papel como profissional de arquitetura e urbanismo e pesquisador. Mesmo, já tendo vivido muitas experiências em comunidades tradicionais, a visão mais madura, sob uma nova ótica, que o mestrado me proporcionou, aprofundaram, minha compreensão, para além da superficialidade, desvendando a vastidão de saberes presentes no campo.

Agradeço imensamente, ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA e a FAPEMA, por propiciarem-me as ferramentas, teóricas e práticas, que contribuíram sobremaneira, no amadurecimento do meu saber científico, nesta etapa da minha vida acadêmica.

As equipes LIDA e LATESE, por partilharem comigo tantas experiências vividas ao longo desses meses, tenham a certeza que cada um imprimiu em mim, um pouco de si.

Ao meu orientador, professor Dr. Davi Rosendo, que teve a maturidade, tranquilidade e paciência, resgatando-me de mim, propiciando-me equilíbrio, quando tudo estava desmoronando. Chegou e me trouxe paz no caos. Transcendeu as obrigações meramente acadêmicas, nas quais conduziu-me com profissionalismo inquestionável. Posso afirmar, o que fica para mim dessa relação está para além das questões, que a academia possa propiciar.

Fico feliz em ressaltar também, que possuo amigos leais e sinceros que me ajudaram a encontrar um pouco de paz nessa turbulência, ombros amigos que apoiaram-me, não me deixando sucumbir. Infelizmente não poderei citar todas e todos, mas não poderia deixar de agradecer especialmente a: Rairy Bandeira, Matheus Silva, Icaro Serra, Nathalia Castro, Ana Cláudia, Mayara Campos, Vitória Bento, Marcelle Matos, Máira Carvalho, Marcelo Durans, Dadna Aquino, Bia Chidiack e a todos que seguiram ao meu lado durante essa jornada.

Quero agradecer aos meus colegas de turma, que nesta jornada também me apoiaram, sempre estando disponíveis em momentos de angústia, dúvida e medo, em especial a: Diogo Cabral e a Daniela Strasser pelo imenso carinho. Sou grato pelo auxílio da Georlinda, que me ajudou a resgatar dados, que foram fundamentais nesse trabalho. Sem vocês, tudo seria ainda mais difícil.

Por fim, não poderia ter chegado até aqui, sem o apoio da minha família. Minha família, não corresponde ao modelo da “família tradicional brasileira”. Brigamos, debatemos, discutimos sobre todos os assuntos, choramos, rimos, sem nós apoiarmos em uma lógica hierárquica, sobre quem detém mais direito, mais voz. Não existem chefe ou líder. Todos têm seu espaço, seu valor, sua contribuição. Nós apoiamos incondicionalmente. Respeitamos nossas individualidades, porém somos fortes como coletivo e acima de tudo, há amor e respeito incondicional.

Tenho orgulho em afirmar que tenho dois pais: Jorrimar Carvalho de Sousa, que me transmitiu valores, que nunca hei de esquecer, e Álvaro Roberto Pires, que me

acolheu como filho e escolheu ser meu pai, me amparando e conduzindo nos momentos mais difíceis da minha vida. Não estaria aqui sem o apoio deles.

Um "xêro" às minhas avós, Terezinha Salomão e Lila Carvalho, que sempre oram por mim, iluminando meu caminho espiritualmente, e as minhas avós, Iyá Luza Brandão e Ruthinha Pires (in memoriam), minhas estrelas guias.

Manifesto aqui, um carinho imenso a Gisélia, que cuida de mim como um membro de sua família, tudo seria mais difícil sem o afeto dela.

Queria deixar a última homenagem para a pessoa que fez de mim o homem que sou, a minha mãe. Poderia passar dias a descrever o quão impressionante ela é como pessoa, seja pela inteligência, pela força ou pela empatia, mas vou deixar aqui um singelo: Eu te amo!

Obrigado mãe, se cheguei até aqui, foi graças a seu esforço e luta, espero lhe deixar orgulhosa como filho, da mesma forma que tenho orgulho e admiração da senhora, como mãe e mulher. Nos momentos de dúvidas que não souber para onde ir ou por onde irei, tenha a certeza que saberei me guiar lembrando de onde vim.

E de todos, o agradecimento mais importante:

Aos meus ancestrais divinizados, que cuidam do meu orì, e me dão caminho. Adupé!

RESUMO

Gameleira é um povoado do município de Brejo – MA, situado no eixo do Leste Maranhense, que vem sofrendo continuamente com o avanço dos campos de soja sobre seu *território* secular, o que impacta diretamente no modo de vida da comunidade: na produção agrícola, na econômica, nas relações sociais, familiares e culturais, promovendo, paulatinamente a sucumbência das suas raízes históricas e pondo em risco a proteção do ecossistema e bioma, daquele território. Gameleira é uma comunidade tradicional, que por estar localizada no bioma cerrado, tem como cultura o plantio de subsistência, a criação de pequenos animais para sustento, venda e escambo, possui fortes raízes culturais tradicionais, uma logística administrativa própria, vivendo em perfeita simbiose com o bioma local, o cerrado, onde preservam as nascentes e árvores nativas da região, de onde tiram parte do seu sustento, pois praticam também o extrativismo. Diante dessa realidade, enquadra-se nos requisitos da categoria, Povos e Comunidades Tradicionais – PCT. Logo, este trabalho, tem por objetivo, estudar o conflito que se estabeleceu na região, tendo como recorte principal, a implantação e expansão da sojicultura, e como a autoprodução da comunidade de Gameleira, em seu contexto multidisciplinar serve como resistência, frente ao avanço dessa prática capitalista em seu *território*. Como metodologia, trabalharemos a construção de um arcabouço histórico iniciando no Brasil colônia, passando pela análise das dinâmicas desenvolvimentistas aplicadas durante a década de 70 até os dias atuais, como forma de contextualizar as raízes que sustentam as atuais relações vivenciadas pela Comunidade Gameleira. Realizar-se-á ainda, a conceituação e aplicação de algumas categorias tais com: *território* e *territorialidade*, Povos e Comunidades Tradicionais-PCT, *conflito*, agronegócio etc. que corroboram com a compreensão da realidade em que o estudo foi realizado, e a fundamentação dos nossos argumentos ao analisarmos, as relações da Comunidade, com o meio em que está inserida, as relações que ali ocorrem/decorrem. Buscaremos entender ainda, a motivação e as estratégias, tanto do *conflito* como da resistência da Comunidade Gameleira diante da tragédia que avança sobre si.

Palavras-chave: Povos e Comunidades Tradicionais, Comunidades Camponesas, Racismo Ambiental, Território e Territorialidade.

ABSTRACT

Gameleira is a village in the municipality of Brejo - MA, located in the eastern region of Maranhão, which has been continuously suffering from the advance of soybean fields over its secular territory, which has a direct impact on the community's way of life: on agricultural production, on the economy, on social, family and cultural relations, gradually promoting the succumbing of its historical roots and putting the protection of the ecosystem and biome of that territory at risk. Gameleira is a traditional community, located in the cerrado biome, whose culture is subsistence planting, the breeding of small animals for sustenance, sale and barter, has strong traditional cultural roots, its own administrative logistics, living in perfect symbiosis with the local biome, the cerrado, where they preserve the springs and native trees of the region, from which they derive part of their livelihood, as they also practice extractivism. Given this reality, they fit the requirements of the Traditional Peoples and Communities (PCT) category.

The aim of this work is to study the conflict that has arisen in the region, focusing on the implementation and expansion of soya farming, and how the self-production of the Gameleira community, in its multidisciplinary context, serves as resistance to the advance of this capitalist practice in its territory. As a methodology, we will work on the construction of a historical framework starting in colonial Brazil, passing through the analysis of the developmental dynamics applied during the 1970s to the present day, as a way of contextualizing the roots that sustain the current relations experienced by the Gameleira Community. We will also conceptualize and apply some categories such as: territory and territoriality, Traditional Peoples and Communities-PCT, conflict, agribusiness, etc., which corroborate our understanding of the reality in which the study was carried out, and the basis of our arguments when we analyze the community's relations with the environment in which it is inserted, the relations that occur/decay there. We will also try to understand the motivation and strategies of both the conflict and the resistance of the Gameleira Community in the face of the tragedy that has befallen it.

Keywords: Traditional Peoples and Communities, Peasant Communities, Environmental Racism, territory and Territorship.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Marcas da fundação da primeira casa Construída em Gameleira.....	53
Imagem 02 – Certidão de compra feita pela comarca de Brejo – MA, lavrado a mão no ano de 1923.....	54
Imagem 03 – Local de escolha pra fundação de Gameleira, onde pode ser visto a descendente da primeira arvore.....	55
Imagem 04 – Árvore genealógica de Gameleira	56
Imagem 05 – Forma de adobo e tijolos de adobe armazenados no alpendre.....	59
Imagem 06 – Telha de coxa preservada de uma antiga cobertura.....	59
Imagem 07 – Casa do José Jardimino.....	60
Imagem 08 – Interior da casa do José Jardimino.....	61
Imagem 09 – Móvel feito por José Jardimino e máquina de costura utilizada por sua esposa.....	62
Imagem 10 – Procissão aos mortos realizados pela comunidade tradicional de Gameleira no dia 2 de novembro de 2022. A cruz na segunda imagem é o local onde o Jardimino foi enterrado.....	64
Imagem 11 – Equipe no Açude dos Antigos.....	67
Imagem 12 – Localização da Grota da Chapada soterrada pelo sojicultor para o plantio da soja.....	68
Imagem 13 – Documentos gerados pela empresa Metrus Engenharia da demarcação do perímetro da área de uso comum da comunidade de Gameleira.....	70
Imagem 14 – capela da comunidade de Gameleira.....	82
Imagem 15 – Igreja Assembleia de Deus, localizada na região do Escondido.....	83
Imagem 16 – Registro da colheita de feijão feita ao lado da residência.....	85
Imagem 17 – Registro da colheita de arroz feita na “capoeira”.....	87
Imagem 18 – Registro da plantação e colheita do milho.....	88
Imagem 19 – Registro da torra da farinha.....	89
Imagem 20 – Registro de um dos engenhos	90
Imagem 21 – Morador no processo de fabricação da ração e alimentação do gado.....	92
Imagem 22 – Açudes presente na comunidade de Gameleira.....	94
Imagem 23 – Alagadiço próximo ao açude.....	94

Imagem 24 – Tarrafa utilizado para pesca.....	95
Imagem 25 – Quebradeira de coco babaçu a esquerda e a direita o azeite já cozido.....	96
Imagem 26 – queima da casca do coco babaçu para produção do carvão na imagem a esquerda e a direita o seu uso.....	97
Imagem 27 – Atoleiro da equipe no campo de soja.....	150
Imagem 28 – Declaração do ITERMA acerca do conflito.....	151
Imagem 29 – Cabana feita pela comunidade como posto de vigília para defesa do território.....	158

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa territorial de tipologias de uso da comunidade de Gameleira, município de Brejo –MA.....	46
Mapa 02 – Localização da fazenda Gameleira, pela cartografia do exército brasileiro em 1980.....	57
Mapa 03 – Localização dos cemitérios, dos marcos limítrofes da comunidade e dos centros urbanos do Município de Brejo – MA e de Milagres – MA.....	60
Mapa 04 – Localização do Açude dos Antigos, Antiga Nascente e a Grota da Chapada.....	63
Mapa 05 – Perímetro da comunidade de Gameleira georreferenciada por intermédio dos locais. Em azul afluente do rio Buriti.....	71
Mapa 06 – Perímetro da comunidade de Gameleira georreferenciada por intermédio dos locais. Em azul afluente do rio Buriti.....	72
Mapa 07 – Expansão da Soja no Maranhão.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Levantamento censitário da comunidade de Gameleira.....	75
Gráfico 02 – Quantitativo com relação ao gênero auto identificado.....	76
Gráfico 03 – Nível de escolaridade da comunidade de Gameleira.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Rank dos conflitos do Estado do Maranhão.....	111
Tabela 02 – Quantitativo dos moradores de Gameleira ameaçados de morte.....	134

LISTA DE SIGLAS

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LATESE - Laboratório de Análise Territoriais e Estudos Socioeconômicos, grupo de pesquisa da UEMA

LIDA - Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades, grupo de pesquisa da UEMA

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCT – Povos e Comunidades Tradicionais

M.S – Movimentos Sociais

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

MST – Movimentos dos Trabalhadores sem Terra

CNPT - Centro Nacional de Populações Tradicionais

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

OIT - Organização Internacional do Trabalho

DSG/BRASIL – Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro

FETAEMA - A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão

CH – Capitânicas Hereditárias

EFC – Estrada de Ferro Carajás

PGC – Programa Grande Carajás

CV – Companhia Vale

EMAPA – Exportação, Materiais e Alimentos do Pará.

CNPSo - Centro de Pesquisa de Soja

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

CVDD - Companhia Vale do Rio Doce

CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ITERMA – Instituto de colonização e Terras

SEMA – Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais.

COECV – Comissão Estadual de Prevenção à Violência do Campo e na Cidade

SEDHIPOP - Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FAPEMA – Fundação de Amparo a Pesquisas e ao Desenvolvimento Científico e Tecnologia do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. Gameleira no Mapa: uma breve discussão sobre a invisibilidade das comunidades tradicionais.....	25
1.1 A relevância do método etnográfico para o entendimento de Gameleira.....	39
1.2 Gameleira e sua ancestralidade.....	44
1.3 A disposição espacial comunitária com mecanismo de organização política.....	71
1.3 O modo de vida da comunidade Gameleira: uma ferramenta de luta contra a hegemonia capitalista.....	78
2. A neocolonização do campo: o avanço da monocultura no leste maranhense.....	99
2.1. O Estado e suas políticas desenvolvimentistas.....	107
2.2. A legalidade e a ilegalidade como forma de legitimar o deslocamento e permanência “dos gaúchos” no leste maranhense.....	116
2.3. Território e territorialidade: a quem pertence o cerrado? Uma perspectiva sobre o racismo ambiental.....	123
3. Lutar para viver: as dinâmicas protetivas da comunidade tradicional de Gameleira.....	137
3.1 Vozes silenciadas que emergem: a visibilidade da Comunidade Tradicional de Gameleira a partir do conflito.....	137
3.2. As consequências do neodesenvolvimento para a (r)existência da comunidade Gameleira.....	153
Conclusão.....	156
Referências.....	148

INTRODUÇÃO

Localizado no Baixo Parnaíba, leste maranhense, no município de Brejo, Gameleira, é uma *comunidade tradicional*, que possui um total de 85 famílias, que tiram seu sustento da agricultura familiar, com o plantio de; mandioca, feijão, milho, arroz e a criação de pequenos e médios animais, como: porcos, galinhas, bodes.

Devido a supressão da área, de uso comum, ocupada secularmente pela Comunidade, localizada na chapada, sendo assim denominado por seus moradores, por ser a parte mais elevada do terreno, onde encontra-se boa parte das nascentes e áreas onde os animais da comunidade pastam, e que vem sendo sistematicamente utilizada para a expansão da sojicultura, que demanda contínua pulverização de agrotóxicos, poluindo as nascentes, além de inviabilizar a criação e o manejo de animais (mesmo os de pequeno porte), impacta sobremaneira a produtividade da comunidade e conseqüentemente sua própria existência, o que levou a comunidade a contrapor-se, a essas ações, resistindo a postura autoritária, predatória e, sobretudo, injusta do sojicultor, denominado Gaúcho, instaurando-se assim, o conflito.

“Gaúcho”, é o termo utilizado para definir agricultores que se deslocaram de outras regiões do país, mas principalmente do Sul, e se fixaram ou vêm se estabelecendo em municípios da *microrregião* de Chapadinha, sendo, portanto, “identificados, localmente, como *gaúchos* e, assim também se autodefinem, legitimando essa categoria” (GASPAR, 2013, p. 83).

Este estudo, busca compreender, a dinâmica de poder que sustenta o conflito, e o interesse sobre Gameleira em específico, e como a comunidade resiste ao avanço do agronegócio sobre seu território. A partir desse ponto chegamos ao questionamento: como age Gameleira para proteção de seu *território* e sua identidade ancestral, frente a expansão da sojicultura?

Entender a problemática do questionamento, ajuda a destrinchar as diversas nuances que permeiam a área em estudo, que analisa não apenas os aspectos materiais e objetivos, mas também os subjetivos e imateriais, presentes na Comunidade e como está se correlaciona com as novas dinâmicas de exploração econômica, presentes na área e em seu entorno.

A idealização do estudo surgiu após a denúncia, da comunidade, da invasão a uma área limítrofe a Gameleira. Área está, pré estabelecida anteriormente, em um acordo tácito, entre a comunidade e o produtor, o Gaúcho. Na negociação acordaram que a área, não seria usada por ele, para fins de sojicultura, considerando ser utilizada secularmente pela comunidade como parte de seu *território*.

As hostilidades, entre a Comunidade Gameleira, se acirram no dia 19 de agosto de 2021, após o rompimento do acordo por parte do sojicultor, quando tratores com correntes de arrastão¹, derrubaram a cerca que dividia as glebas e as árvores nativas preservadas pela comunidade. A área visada, está localizada na chapada, local assim denominado por seus moradores, por ser a parte mais elevada do terreno, onde se localizam boa parte das nascentes e áreas onde os animais da comunidade pastam. Logo, o trabalho possui como objetivo geral: Compreender as dinâmicas socioambientais e culturais vividas dentro da Comunidade Tradicional de Gameleira, como forma de resistência, frente aos avanços da monocultura de soja em seu território.

A implantação e expansão dos campos de soja, pelo Gaúcho, na chapada, significa não apenas o sufocamento de um modo de vida secular, mas principalmente o impacto ambiental sobre um bioma extremamente vulnerável, o cerrado, devido a sua dificuldade de recuperação. A cada hectare perdido, são anos para a retomada de sua fauna e flora, sendo as vezes, impossível retomar sua estabilidade. A taxa anual de **desmatamento do Cerrado estimada em 2022 foi de 10.689 km²**, segundo os dados oficiais divulgados pelo PRODES Cerrado, programa de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O número, o maior dos últimos sete anos, se refere ao período entre agosto de 2021 e julho de 2022.

O bioma cerrado tem particularidades que o torna extremamente importante, em uma estrutura socioambiental conectada enquanto sistema a outros biomas, assegurando o equilíbrio necessário para a vida, não apenas da Comunidade Gameleira ou dos *povos cerradeiros*, a qual ela pertence, mas impactando todo o planeta, como veremos no decorrer do trabalho.

Para a compreensão do campo empírico, a pesquisa segue duas abordagens metodológicas, sendo; o materialismo histórico-dialético, baseado na concepção de Karl Marx e Friedrich Engels, que trata a dialética como método científico. Estes pensadores, compreendem que o “materialismo é produto da ideia, entendendo que as leis da dialética são as do mundo material e que, se o pensamento é dialético, é porque os homens não são alheios a esse mundo, mas fazem parte dele” (POLITZER, 1986, p. 30).

A construção do método dialético tem como principais características: à Análise das relações sociais, o adotar uma perspectiva materialista, os pesquisadores que utilizam o

¹ Segundo o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o uso dos correntões, popularmente chamados, configura uma tipologia de desmatamento praticada para ampliação de campos de monocultura ou estradas, onde utilizam de correntes grossas atreladas a dois tratores que são tensionadas e puxadas para a derrubada da mata

materialismo histórico-dialético buscam compreender as relações sociais e as condições materiais que moldam a vida das pessoas. Isso pode influenciar as pesquisas de campo ao direcionar o foco para as estruturas econômicas, políticas e sociais que impactam a realidade estudada. Possui também ênfase no entendimento das contradições e conflitos na dinâmica social. Nas pesquisas de campo, isso pode se refletir na busca por identificar e compreender as diversas facetas das problemáticas sociais existentes na realidade investigada afim de para uma análise mais abrangente e contextualizada.

Enfoque na transformação social: O materialismo histórico-dialético enfatiza a transformação das sociedades ao longo do tempo, destacando a importância da práxis (ação transformadora) na busca por mudanças sociais. Nas pesquisas de campo, isso pode influenciar a atenção para as possibilidades de transformação e as lutas sociais presentes no contexto estudado.

Portanto, o materialismo histórico-dialético influencia as pesquisas de campo ao direcionar o olhar dos pesquisadores para as condições materiais, as contradições sociais, as relações de produção e as possibilidades de transformação, contribuindo para uma análise mais crítica e contextualizada da realidade investigada.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Desse modo, o materialismo histórico-dialético é responsável, em um primeiro momento, pelo entendimento da construção da relação entre o modo de vida operante na comunidade Gameleira, presente em seu *território/territorialidade*, e a opressão do avanço do latifúndio sobre este. Entendemos, que a partir da compreensão da materialidade histórica, no contexto social encontrado na região, onde as questões de classe são norteadoras das relações, necessitam de uma análise complementar decolonial, onde os quesitos gênero, raça, ancestralidade e outros, sejam aflorados e considerados para uma análise mais realista, inclusiva e eficaz.

Dessa forma, usaremos também, a teoria/método decolonial, que tem por escopo o contraponto, o rompimento de um arquétipo científico e metodológico colonial/eurocêntrico. “O desbravamento da decolonialidade, demonstra a preocupação de repensar de forma mais

ampla, as relações de “poder”, implicadas nas esferas de saber, na política, cultura, economia” (MOTA NETO, 2015, p. 16).

A construção do saber decolonial segundo Mota Neto no trabalho "Educação Popular e Pensamento Decolonial Latino-Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda" envolve uma análise crítica das perspectivas de Paulo Freire e Orlando Fals Borda, considerando a realidade latino-americana.

Para o autor o saber decolonial busca desafiar e superar as estruturas de poder e conhecimento que foram impostas durante o processo de colonização, questionando as hierarquias e as formas de dominação presentes na sociedade. Sendo assim, na perspectiva decolonial, é fundamental reconhecer e valorizar os saberes e as experiências das comunidades marginalizadas e oprimidas, dando voz e poder a esses grupos.

A educação popular é uma abordagem pedagógica que busca promover a conscientização, a participação e a transformação social por meio da valorização dos saberes populares e da construção coletiva do conhecimento.

Paulo Freire é um dos principais teóricos da educação popular, conhecido por sua obra "Pedagogia do Oprimido", que propõe uma educação libertadora e crítica, voltada para a transformação social, com foco nas particularidades culturais de cada povo.

Orlando Fals Borda foi um sociólogo colombiano que também contribuiu para o pensamento decolonial, especialmente por meio da metodologia da pesquisa-ação participativa, que busca envolver as comunidades na produção do conhecimento e na transformação de suas realidades.

Já Kabengele Munanga, é um destacado antropólogo e professor brasileiro que tem contribuído significativamente para o debate sobre a decolonialidade, especialmente no contexto das relações raciais e da africanidade no Brasil. Sua obra reflete uma abordagem crítica que busca desafiar as estruturas de poder e conhecimento estabelecidas pelo colonialismo e pelo racismo.

Através de seus escritos e pesquisas, Kabengele Munanga aborda questões fundamentais relacionadas à diáspora africana, às identidades afrodescendentes, à luta contra o racismo e à necessidade de repensar as narrativas hegemônicas a respeito da história e cultura africanas. Ele também enfatiza a importância de valorizar os saberes e as contribuições das populações afrodescendentes para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Além disso, Munanga tem desenvolvido análises críticas sobre a construção das identidades raciais no Brasil, problematizando as noções de branquitude, negritude e

mestiçagem, e contribuindo para uma compreensão mais complexa das dinâmicas raciais e culturais presentes no país.

Em suma, ele trabalha sobre a decolonialidade ao promover uma visão crítica e descolonizadora das relações raciais, da história africana e afrodescendente, e ao desafiar as hierarquias e opressões que permeiam a sociedade brasileira. Sua contribuição tem sido fundamental para o avanço do pensamento decolonial no Brasil e além.

Essa corrente científica, epistêmica e metodológica, a *decolonialidade*, anuncia o movimento de contraposição e ruptura com a ciência que tem o colonialismo, o imperialismo e o eurocentrismo como fundamentos.

A corrente teórica decolonial, é fundada principalmente por investigadores e pensadores latino-americanos, que constituíram o Grupo Modernidade/Colonialidade no começo do século XXI (BALLESTRIN, 2013).

A bem da verdade, o pensamento decolonial, está para além da teorização científica, é uma visão de mundo, uma prática de vida. Pode-se dizer que é, um movimento ideológico comportamental. Uma nova forma de pensar a si, como ser social, as relações e o mundo, sob uma perspectiva disruptiva, de tudo que vinha sendo concebido sob a ótica colonialista, imperialista e eurocentrada, que dá aporte para a subserviência, a subalternidade ideológica que imprimem na realidade social as desigualdades e a manutenção de poder de uma pequena parcela da sociedade sobre um grande contingente de pessoas.

O uso de duas correntes teóricas, para alguns antagônicas, o materialismo histórico-dialético e a decolonialidade, foi por mim aplicada de forma complementar, considerando suas especificidades e a necessidade de uma análise, dos sujeitos/objeto e a construção dos resultados sob a perspectiva do sujeito histórico com o recorte de classe, propiciado pelo materialismo histórico-dialético e outros elementos, como raça e gênero, presente na decolonialidade.

Logo, no caso específico deste trabalho, a aplicabilidade do método decolonial, procurou, primeiramente, compreender a lógica da produção do espaço rural em Gameleira, com base na concepção *colonialista*.

Entender o processo, com base no *colonialismo*, de como foram construídas as lógicas do latifúndio, e das monoculturas, as relações que elas produzem, e as alterações socioespaciais e ambientais que delas decorrem, para a partir desse entendimento, com base na *decolonialidade*, aplicar os resultados das atividades de campo, com as percepções e narrativas da comunidade de Gameleira, ressignificadas e centradas na sua realidade, conduziram a execução desse trabalho.

Enquanto pesquisador, considero que o método decolonial, para ter eficácia transformadora, deve transcender o âmbito acadêmico e teórico, chegando a *práxis*. Deve ser compartilhado, com os sujeitos envolvidos na pesquisa, sendo aplicado ainda na fase de campo. Mesmo em pesquisas que usem apenas o método quantitativo, os dados coletados podem e devem ter recortes, de categorias e marcadores sociais, inclusivos que cominem em uma representatividade equilibrada.

É fato, que o processo disruptivo na decolonialidade, em se tratando de comunidades campesinas e tradicionais é complexo. É necessário a compreensão primária do colonialismo, o que dele está imbricado no inconsciente coletivo e permeando as relações, para posteriormente desconstruí-lo e/ou ressignificá-lo. O que demanda uma metodologia em que os envolvidos no processo possam perceber-se enquanto sujeitos que foram e são atingidos por um sistema, para então, por suas próprias consciências, narrativas e através dos seus próprios métodos, ressignificá-lo. Não é papel do pesquisador uma ingerência direta ou imposta no processo, mas é primordial a socialização de quaisquer ferramentas, teóricas ou práticas, que propicie, impactos transformadores que venham, mesmo que minimamente, a dirimir desigualdades.

No caso específico de Gameleira foi perceptível para mim, enquanto pesquisador ativo no processo, o empenho das equipes LATESE² e LIDA³, em transcender a lógica da abstenção “asséptica” de pré noções, ainda sustentada por alguns pesquisadores e acadêmicos, sem, contudo, conduzir o processo de forma impositiva, castradora ou tendenciosa. Seria inclusive um contrassenso, se assim o fosse considerando, que o próprio colonialismo, usou e usa desses métodos.

Metodologicamente, este trabalho de pesquisa terá como principal abordagem a etnografia, para antropologia, recurso fundamental no que tange a possibilidade de acessar e compreender lógicas e práticas, de diferentes universos sociais, possíveis de serem investigados.

O método etnográfico aqui destacado é, sobretudo, resultado de uma “observação situada” (GEERTZ, 1989, p.7), por meio da qual o(a) pesquisador(a) imerge em um grupo, comunidade ou sociedade e, desse envolvimento, procura transpor e traduzir, nos termos de sua própria sociedade, as experiências vividas durante o trabalho de campo⁴.

²Laboratório de Análise Territoriais e Estudos Socioeconômicos, grupo de pesquisa da UEMA – Universidade Estadual do Maranhão, tendo como coordenador o professor Dr. Frederico Burnett

³ Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades, grupo de pesquisa da UEMA – Universidade Estadual do Maranhão, tendo como coordenador a professora Dra. Marivânia Furtado.

⁴ Processo pelo qual o pesquisador(a) tenta “estabelecer um diálogo com seus interlocutores, entrevistá-los, observar seu cotidiano, imiscuir-se em suas vidas” (SILVA, 2006).

Portanto, a etnografia pode ser pensada como processo e como resultado. Sendo processo ela consiste no estabelecimento de relações entre sujeito pesquisador e sujeito(s) pesquisado(s). No caso específico desse estudo, foi acordo junto à comunidade, quando (datas) e como (em quais momentos) a metodologia de coleta de dados seria aplicada. A imersão na realidade em estudo deu-se também de formas mais amplas, e informal. No acompanhamento e observação das atividades cotidianas, rodas de conversas, interações individuais coletivas.

Como resultado, a etnografia culmina na versão escrita, onde registrar-se todos os elementos necessários para a composição deste estudo, a saber, o histórico de ocupação do território e as territorialidades que nele existem, práticas econômicas, religiosas, de ancestralidade e parentesco, políticas e culturais.

A abordagem etnográfica, enquanto metodologia, pela qual se acessa recortes culturais e se traduzem lógicas e práticas sociais específicas, necessita utilizar, instrumentos analíticos e ferramentas de coleta de dados que sejam condizentes e pertinentes a realidade dos sujeitos e do campo de pesquisa.

Nesse sentido, o trabalho de campo, com o inicialmente já exposto acima, se deu de forma intermitente, com o uso do diário de campo para registros, a realização de entrevistas, como meio para compreender o processo histórico de ocupação do território a partir da interlocução com moradores e moradoras do local. A aplicação de questionários para caracterização socioeconômica da comunidade, o uso da fotografia como possibilidade de registro do presente contexto e o levantamento documental (documentos de natureza pública como registros cartoriais, decisões judiciais e matérias jornalísticas) serão fundamental suporte para a realização e composição deste estudo.

Dois outros materiais foram primordiais, no processo de construção desse trabalho e merecem destaque, o Laudo Etnográfico produzido pelas equipes LIDA e LATESE, do qual participei enquanto pesquisador e o material produzindo nos autos do processo judicial, impetrado pela comunidade e que corre na Vara Agrária, tendo como representantes da Comunidade na lide, os advogados, Antônio Pedrosa, Diogo Diniz Ribeiro Cabral e Juliana Gama Diniz Rabelo, que magistralmente construíram um vasto arcabouço, não apenas jurídico, mas histórico e socioantropológico. Utilizamos ainda outras partes do processo, incluído documentos anexos e fragmentos, onde o representante da parte contrária (réu), o advogado Daniel de Faria Jeronimo, manifesta-se.

Através dos conceitos e da metodologia apresentados, este trabalho desenvolveu o seguinte dinâmica:

- Pesquisa bibliográfica: levantamento e estudo de artigos, teses, livros, dissertações, dentre outros, que abordem as temáticas e conceitos desenvolvidos durante o projeto, a fim de traçar comparações, explicações, críticas, ou contraposições, acerca dessas diversas temáticas e suas aplicabilidades para o objeto de estudo;
- Pesquisa documental: levantamentos de documentos, leis, notas, dentre outros, para compreensão da legalidade imposta para o território estudado e os conflitos rurais que interpassam por ele;
- Trabalho de campo dentro do território de Gameleira, através de entrevistas, conversas formais, documentação fotográfica, levantamento fotográfico (arquivos da comunidade) e mapeamento da área de estudo;
- Estudo de caso: a fim de compreender sobre autoprodução presente naquele território, seja ela de caráter objetivo ou subjetivo, sua interdisciplinaridade e como ela se estabelece não apenas como caráter cultural e social, mas também como símbolo de uma resistência no espaço rural contra o avanço do campo de soja.

Os capítulos que compõem esta dissertação possuem a finalidade de desenvolver o enredo metodológico, cuja narrativa descortinará o *conflito* agrário, manifesto no leste maranhense, na Comunidade Gameleira, a partir dos elementos históricos e seus conceitos.

Logo, no primeiro capítulo é necessário o entendimento do sujeito da pesquisa, Gameleira, o qual apontará dados quantitativos e qualitativos para que possamos entender, a partir de sua caracterização, os conceitos que foram utilizados para levar a bom termo a análise.

O capítulo dois, inicia-se o entendimento das políticas desenvolvimentistas implementadas, através de um resgate histórico da formação brasileira e suas consequências para a implantação do chamado neocolonialismo. Já o capítulo três traz a conceituação do ecocídio e o racismo ambiental, como argumento para a compreensão do *conflito*, e as consequências dele para além da Comunidade Tradicional de Gameleira, atingindo todo o bioma que a circunda. No quarto capítulo, retomamos e aprofundamos a análise da categoria desenvolvimentismo, correlacionando-a a realidade de Gameleira. Analisamos ainda, fragmentos extraídos dos autos do processo, movido pela comunidade contra o sojicultor. Por fim, trazemos a conclusão desse trabalho, apresentado resultados encontrados durante a pesquisa, no plano mais macro, na conjuntura nacional e especificamente os resultados pertinentes a Comunidade Gameleira.

CAPÍTULO 1

Gameleira no Mapa: uma breve discussão sobre a invisibilidade das comunidades tradicionais

Uma das lideranças da Comunidade Gameleira, o Sr. Adão, expressou-se dizendo que precisavam “*por Gameleira no mapa*”. Essa fala, evidencia a invisibilidade e vulnerabilidade da comunidade perante a sociedade em geral, a omissão seletiva do próprio Estado, e seu aparato jurídico, administrativo e executivo, e todas as instâncias que, direta ou indiretamente, contribuem para que a Comunidade Gameleira, assim como outras tantas no país, permaneçam excluídas de processos que assegurem suas identidades étnicas e *territoriais*, respeitando seus direitos constitucionais, que efetivam uma cidadania plena, sem, contudo, perderem suas autonomias, suas identidades, seus protagonismos e principalmente suas características enquanto Comunidades Tradicionais.

Apesar de já existir um levantamento cartográfico gerado na década de 1980, sobre Gameleira, a falta de dados, principalmente os censitários, consolidavam a invisibilidade da comunidade, que permanecia encapsulada em um vazio social, negligenciada pelo Estado.

Em decorrência dos atos de violência⁵, impetrados pelo Gaúcho na intenção da expansão dos campos de soja sobre o território secularmente utilizado pela Comunidade Gameleira, em maio de 2021, a comunidade articulou-se para buscar apoio externo, denunciando na imprensa juntamente com a arquidiocese de Brejo, as atrocidades que estavam ocorrendo em seu território. Como ilustra a matéria do site Combate ao Racismo Ambiental⁶

Um grupo de 22 jagunços encapuzados invadiu na manhã de quarta-feira (19) a comunidade tradicional Gameleira, no município de Brejo, no leste do Maranhão, na fronteira com o Piauí. São cerca de 80 famílias camponesas que sobrevivem da agricultura e do extrativismo. Os jagunços destruíram cercas e tentaram entrar com trator nas áreas de roça e de Cerrado nativo, onde as famílias extraem frutas como pequi, bacuri, bacaba e murici. As famílias contam que os homens estavam armados com armas pequenas escondidas e com spray de pimenta

As denúncias, e colaboração de parceiros externos, trouxeram visibilidade para o caso, porém não o resolveu. Destas parecerias, destaca-se a atuação da equipe LATESE e LIDA, da qual fiz parte, e que resultou no Laudo Etnográfico, que, como dito anteriormente,

⁵ Vídeo que retrata o primeiro conflito entre o sojeiro e a Comunidade Tradicional de Gameleira, disponível em: ><https://www.youtube.com/channel/UC0WQLgbWF4FVySUGEQiiYYw/videos><

⁶Matéria completa disponível no site: <https://racismoambiental.net.br/2021/05/24/encapuzados-22-jaguncos-invadem-comunidade-tradicional-no-maranhao/>

servirá de aporte técnico-científico, para fundamentar, quantitativa e qualitativamente ações, inclusive jurídicas, que possam corroborar a elucidação do conflito, na efetivação de direitos e políticas públicas, ou quaisquer outros instrumentos que necessitem de dados qualificados que retratem a realidade da Comunidade Geleira.

No processo de elaboração do laudo Etnográfico, foi realizado juntamente com a comunidade, um levantamento de dados, materiais e imateriais, com base em suas vivências, que compilados e analisados cientificamente, transformando-os em instrumentos, que corroboram o anseio da comunidade, que nada mais é que, sair do ostracismo, colocando “Gameleira no mapa”.

Diante desses fatores, buscando melhor compreensão, analisaremos algumas categorias, que são pertinentes a Comunidade de Gameleira, respeitando sua autodefinição, a exemplo do entendimento dos conceitos de *território* e *territorialidade*, como e porque, essas duas categorias são indissociáveis na cosmovisão da Comunidade, bem como entender suas distinções, considerando que estas são categorias primordiais, na construção deste trabalho.

Para além da conceituação das categorias, serão aplicados dados, gráficos e quantitativos, levantados a partir das visitas e entrevistas em campo, considerando a construção narrativa histórica, de Gameleira, pelo olhar dos moradores. Analisaremos ainda outros dados que são relevantes na construção identitária da comunidade, bem como nas relações estabelecidas com entes externos, quer seja o Estado ou mesmo os representantes do agronegócio.

A construção histórica do Maranhão, passou por diversas fases até chegarmos a atual configuração cultural, arquitetônica, econômica, ocupacional rural, urbana, étnica e principalmente, como chegamos a atual formatação da pirâmide social.

Sendo indivíduos históricos, estamos influenciando e sendo influenciados pelos processos históricos. Somos causa e consequência, em uma dinâmica ininterrupta, em uma colisão de forças nem sempre justa. Analisar e entender os processos de formação histórica, étnica, social, cultural, econômica (etc.) permite-nos identificar, não apenas as origens, mas atores e ferramentas ideológicas, linguísticas, midiáticas, econômicas, políticas, utilizadas pelos setores dominantes, que secularmente, fomentam e sustentam as desigualdades, mantendo-se no poder.

No caso específico do trabalho que hora nos propomos, é indispensável, fazer um histórico preliminar, como já enfatizado, para posteriormente imergirmos na realidade da

Comunidade Gameleira, sujeito/objeto do nosso estudo. É através, primeiramente, da história, que buscaremos identificar as raízes que sustentam a atual realidade que a comunidade vivencia.

Uma das metodologias pela qual optamos para construção deste trabalho, consiste em fazer as análises (históricas e sociológicas) das macros realidade, para recortes menores que estejam correlacionados ou sejam aporte, para entendimento da Comunidade de Gameleira, até chegarmos ao problema central do estudo.

Faremos um estudo “decrecente”. Assim, por exemplo, entendendo a questão da história da escravidão no Brasil, ainda no período colonial, teremos a oportunidade de vermos em perspectiva, como se formaram as desigualdades, inclusive *territoriais*, que tem a questão racial, também, como um vetor. Embora a Comunidade Gameleira, não seja uma Comunidade Quilombola, identifica-se que a escravidão, norteou, por exemplo, o processo de ocupação das terras do nordeste, região onde está assentada a comunidade estudada, impactada pela ocupação dos sulistas⁷, que historicamente, inclusive nos pós abolição, receberam e recebem incentivos, inclusive estatal. Sendo este, apenas um, dos muitos, impactos, que a Comunidade Gameleira sofre, advinda da escravidão. A própria estrutura social tem como base, os resquícios da escravidão.

Os principais marcos históricos que apontam o início da colonização do Maranhão datam de 1612, na área que hoje conhecemos como São Luís, a capital do estado. Porém, a formação e descobrimento são pautas de controvérsias, mas oficialmente, São Luís do Maranhão teve sua fundação em 1612 pelos franceses, expedição coordenada por Daniel de La Touche e François de Rasilly, com o propósito de implementar a França equinocial. Aportaram e fixaram-se na ilha com “a ajuda” dos índios Tupinambás, oficializando a fundação, no dia oito de setembro. No mesmo ano, foi edificado o primeiro forte na ilha, sendo batizada de Vila de São Luís, em homenagem ao então Rei da França, Luís XIII.

Em 1615 com o risco de fixação permanente dos franceses em solo da colônia lusitana, houve uma invasão pelos portugueses, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, expulsando assim os franceses, não dando tempo para os mesmos influenciarem de forma significativa a morfologia ocupacional territorial e cultural local.

⁷ “Esses sulistas – gaúchos, catarinenses, paranaenses e seus descendentes –, que muitas vezes já passaram pelo Mato Grosso do Sul, por Mato Grosso e Goiás, são denominados genericamente de gaúchos pelos nordestinos. Assim, o confronto entre gaúchos e nordestinos se insere num amplo processo de migração e, na visão dos migrantes, num verdadeiro “processo civilizatório” que remonta aos primórdios da imigração alemã e italiana para o Brasil, no século passado. (HAESBAERT, p.16, 1997)”

Após assumir o comando da ilha, o território ficou sob a administração do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita, que traçou, o que podemos denominar “primeira malha urbana” do estado, construída pelos invasores. No mesmo período foi edificado também, um novo forte para a cidade. A malha urbana local baseava-se na malha urbana romana, adotando um tecido ortogonal e racional.

Já no ano de 1619, os primeiros colonos fundaram a Câmara Municipal, e implantaram a cultura de cana de açúcar e do algodão. Logo depois, em 1621, a coroa portuguesa cria o Estado do Maranhão, com sede administrativa e política, em São Luís.

Durante 150 anos, fruto do poderio da agricultura e da economia exploratória, dividiu com o estado do Pará o privilégio de ser a capital do Estado Colonial do Grão Pará e Maranhão. Após 1775, com a criação da companhia de comércio, pelo Duque Marquês de Pombal, impulsionando significativamente a economia da capital para província, consequentemente foram feitos vários investimentos para o desenvolvimento e embelezamento da cidade de São Luís, que se tornou “a quarta cidade mais importante do império brasileiro, ao lado do Rio de Janeiro, Recife e Salvador” (Spix e Martius, 1828).

De toda forma, a cidade confirmava o modelo de assentamento adotado pelos colonizadores portugueses. A *Cidade Alta*, administrativa, militar e religiosa, e a *Cidade Baixa*, marinheira e comercial, que, definiam a tipologia dominante das edificações surgidas mais tarde, a partir do final do século XVIII, e conferem a São Luís sua forte conotação estética arquitetônica lusitana segundo Lopes (2008).

Após o ápice na economia focada na agricultura até o século XIX, a cidade se expandiu, aplicando assim, novos equipamentos urbanos e mudando a estética da cidade, exemplo da criação dos bondinhos no centro histórico, mas essas mudanças em nada diminuíram as desigualdades.

Contudo a falência das fábricas no século XX, levou a capital maranhense ao declínio. Voltando a se revigorar na década de 1960-1970 com a construção do Porto do Itaqui. Apesar da evolução a faixa litorânea maranhense, principalmente de São Luís, a sua interiorização deu-se a partir do incentivo ao plantio, oriundo ainda das suas capitânicas hereditárias, que seriam dívidas em duas, Capitânia do Maranhão 1 e 2, governadas pelos seus respectivos donatários, Aires da Cunha e João de Barros, Fernando Álvares de Andrade.

Segundo Furtado (2013), a interiorização do Maranhão, decorreu devido as constantes invasões no litoral maranhense, principalmente na capital, São Luís, a coroa portuguesa enviou para expedição, cerca de trezentos açorianos (ilha localizada na costa de

Portugal), com o objetivo de buscar ouro. Mas a pouca disponibilidade do minério fez o investimento em agricultura ser mais rentável, sendo a cana de açúcar e o algodão, as culturas predominantes, os pilares para o desenvolvimento de uma oligarquia agrícola. Esse modelo levou a economia maranhense a se especializar durante muito tempo, na agropecuária extensiva, apesar da pouca tecnologia empregada e a força motriz para realização de tal empreitada ser basicamente oriunda de mão de obra humana, negra e escrava.

O desenvolvimento de um modelo agroexportador, antes subserviente a coroa portuguesa, prosperou durante muitos anos com a plantação de cana de açúcar e algodão, devido ao solo fértil e as condições climáticas. Vale ressaltar que a mão de obra forçada, vinda do continente africano, era de suma importância, na economia agrícola colonial, não só pelo trabalho exercido, mas pelos conhecimentos nesta área, adquiridos ainda em África.

A exploração de bens de consumo manufaturados, já era uma prática utilizada em países, como Gana, pelos imperialistas, apenas perpetuados agora em solo brasileiro. Contudo a mão de obra escrava negra, não foi a primeira a ser utilizada para exploração do polo econômico agrícola maranhense, a princípio, foi utilizada mão de obra, escrava indígena.

Inicialmente, a condição de pobreza do Maranhão e a falta de mão de obra para os serviços da lavoura obrigaram seus colonos a lutar contra as forças religiosas da colonização, sobretudo contra as missões jesuíticas, pela mão-de-obra indígena. Contra estas investidas, reagiram tenazmente os jesuítas. De início, simples defesa do indígena, em seguida, busca de formas racionais de convivência e, finalmente, de exploração servil dessa mão-de-obra. Tais fatores constituíram as marcas do início das disputas territoriais entre colonizadores (civis e religiosos) e indígenas. (FURTADO, 2012 p.23)

Segundo Andrade (1999), a decadência da escravidão indígena, nas lavouras se deve a três grandes fatores, 1) a resistência dos indígenas à servidão; 2) os constantes entraves religiosos com os jesuítas para a sua libertação e 3) uma epidemia de varíola que quase dizimou a população indígena.

Em decorrência desses fatores, a intensificação da mão de obra negra no Maranhão, teve como mote a continuidade da produção e a manutenção do poder de uma elite rural que se formou, adequando-se a uma realidade, de outros locais do Brasil, já era amplamente utilizada. Segundo Furtado (2012), os escravizados vindos a partir da petição a coroa portuguesa, eram da região de Angola, Mina e Nova Guiné com aproximadamente 139 africanos chegados em maio de 1693.

Contudo o Maranhão só vai se tornar um território “africanizado” com a intensificação do fluxo da escravidão, quando, a partir do século XVIII, a população negra aumenta exponencialmente no estado.

Já na contemporaneidade, segundo dados do IBGE⁸, o Maranhão, que possui uma extensão territorial de 331.937km² totalizando 217 municípios, estando na oitava posição de maior estado brasileiro, possui uma rica flora e fauna e solos férteis, transitando entre diversos biomas, sendo os principais o cerrado, floresta amazônica, praias e manguezais.

O Maranhão possui uma das maiores populações rurais brasileiras (IBGE 2022), porém fortemente marcada pela má distribuição de renda, agravada pela concentração de terras férteis nas mãos de poucos “produtores”, a maioria voltados ao agronegócio e/ou a explorações altamente degradantes. Há ainda os que detêm terras improdutivas, apesar de férteis. Muitos que aqui residem são oriundos de outros estados.

A bem da verdade, a concentração e uso degradante da terra, é um problema histórico, presente desde o Brasil colônia, com plantações de café, cana-de-açúcar, algodão, a mineração que vem se retroalimentando ciclicamente, implementando novas tecnologias, meios de produção e distribuição. Ou seja, há uma dinâmica muito bem arquitetada na manutenção do poder, que sustenta a classe historicamente dominante, que em uma espécie de enclave, devolvem estratégias que se adequam, as necessidades próprias e do mercado protegendo-as da sucumbência.

Assim, a movimentação do capital ocorre atendendo a estratégias de manutenção de poder, movimentando-se de fluxos e/ou refluxos. Em alguns momentos, estes capitais, foram empregados na industrialização de áreas urbanas, outras na mineração, na agricultura, ou seja, em áreas de empreendimentos específicos e/ou concomitantes que esteve em evidência para o mercado econômico/financeiro, a maioria das vezes pra entender demandas do mercado internacional.

Em polo oposto, temos as comunidades tradicionais, também assentadas em uma construção histórica, que seguem, segregadas pelo aparato protetivo do Estado, quer seja pela convivência, com os mecanismos que sustentam o agronegócio, ou pela omissão, quando não implementa políticas públicas específicas, na área agrária e rural, que contemple as especificidades dos PCT⁹, Comunidades Camponesas e Rurais, ou quanto não efetiva as leis de proteção, já existentes, pertinentes a estas categorias.

⁸ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. >site: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html#:~:text=O%20Instituto%20Brasileiro%20de%20Geografia,governamentais%20federal%2C%20estadual%20e%20municipal.> <

⁹ Baseada no DECRETO Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, dispõe que: Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização

Os Povos e Comunidades Tradicionais são grupos sociais que possuem uma relação estreita com seus territórios ancestrais, bem como com seus modos de vida, conhecimentos, práticas culturais e sistemas de governança. Esses grupos são caracterizados por suas formas de organização social, economia, crenças e saberes tradicionais transmitidos ao longo de gerações.

De acordo com a autora Maristela de Paula Andrade no livro "Terra de Índio"(1999), o significado de comunidades tradicionais refere-se a grupos sociais que possuem uma cultura diferenciada da cultura predominante na sociedade. Esses grupos mantêm modos de vida, práticas culturais e formas de organização social que são distintas das sociedades urbanas e industrializadas. Além disso, essas comunidades têm uma relação profunda e histórica com seus territórios e recursos naturais.

No que diz respeito à identidade ética, a autora não especifica diretamente o conceito no contexto do livro "Terra de Índio". No entanto, a identidade ética pode ser entendida como a forma como as comunidades tradicionais se relacionam com valores éticos e morais, bem como com suas práticas culturais e formas de organização social. A identidade ética pode estar relacionada à preservação da cultura, ao respeito pela natureza e aos princípios de justiça e equidade.

O conceito de Povos e Comunidades Tradicionais surgiu como uma forma de reconhecer e valorizar a diversidade cultural, promovendo a inclusão e a proteção dos direitos desses grupos. Eles são considerados como portadores de conhecimentos e práticas que contribuem para a preservação da biodiversidade, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da identidade cultural.

No entanto, o debate em torno desse conceito é complexo e envolve implicações sociopolíticas e históricas significativas, especialmente quando consideramos a perspectiva decolonial. A perspectiva decolonial busca desafiar as estruturas de poder estabelecidas pelo colonialismo e suas consequências, incluindo a exploração, a marginalização e a supressão das culturas e saberes dos povos colonizados.

Nesse contexto, é fundamental considerar a história de dominação e opressão vivida pelos Povos e Comunidades Tradicionais. Muitos desses grupos foram submetidos a processos de colonização, despojo de terras, violência, discriminação e marginalização. Suas formas de

social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição

vida foram frequentemente desvalorizadas e consideradas inferiores, resultando em um impacto profundo em suas identidades e bem-estar social.

A perspectiva decolonial enfatiza a necessidade de reconhecer e respeitar a autonomia desses grupos, permitindo que eles exerçam controle sobre suas terras, recursos naturais e modos de vida. Isso envolve o reconhecimento de seus direitos territoriais, o respeito à autodeterminação e a promoção de políticas e práticas que valorizem e fortaleçam suas culturas e saberes tradicionais.

Além disso, a perspectiva decolonial questiona a ideia de que os Povos e Comunidades Tradicionais são estáticos e intocados pelo tempo, destacando sua capacidade de se adaptar e transformar em resposta aos desafios contemporâneos. Isso implica em superar as visões estereotipadas e romantizadas desses grupos, reconhecendo sua agência e diversidade interna.

Em resumo, o debate sobre Povos e Comunidades Tradicionais e suas implicações sociopolíticas e históricas, sob a perspectiva decolonial, exige uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder e a necessidade de promover a justiça social, a dignidade e o respeito pelos direitos desses grupos. Isso implica em abordagens que valorizem suas vozes, conhecimentos e práticas, respeitando sua autonomia e promovendo a equidade em todas as esferas da sociedade.

Estas que historicamente foram negligenciadas, apesar de todas as dificuldades, desenvolveram em seus *territórios*, estratégias protetivas e de subsistência de forma compatível com a preservação de biomas e ecossistemas, o que não é suficiente para impedir que sejam fortemente atacadas e desestruturadas, por políticas agrícolas agressivas, a seus territórios e ecossistemas. Assim, a realidade atual dessas comunidades tradicionais é de invisibilidade e sufocamento. A expansão do agronegócio e da agroindústria tem por tática o sufocamento dessas comunidades a fim de silenciar-las quanto ao rastro de destruição, de degradação, que principalmente a monocultura deixa. As ações de cooptação, intimidação, ou mesmo de violências, são as estratégias, mas empregadas para esse fim.

É necessário destacar que estas comunidades, não são inertes a estas ações. Elas se mobilizam internamente, articulam parcerias externas, discutem e decidem politicamente, usam as mídias alternativas, vão para o enfrentamento, se assim for necessário. Normalmente, são nestes momentos, em decorrência dos *conflitos*, que estas comunidades emergem da invisibilidade. Esse processo de evidência, leva-as a acessar o aparato do Estado, do setor acadêmico, dos Movimentos Sociais-MS, e consequentemente de parte considerável da

sociedade, principalmente através da imprensa. O que decorre desse processo de visibilidade, mesmo que momentânea, é incontrolável e responde as especificidades de cada situação, da articulação política, e das decorrências efetivas, a exemplo das ações judiciais. São muitas variáveis, mas a forma como cada parte envolvida vai capitanear para suas realidades e necessidades as consequências primárias dessa “nova realidade”, é decisiva. Sanado o *conflito*, podem retomar ao ostracismo ou manterem-se organizados e ativos, acessando e pleiteando direitos.

Ainda sobre a realidade da PCT e Campesinas, reforçamos que concentração de terras, combinada com a falta de incentivo e investimentos na agricultura familiar e para pequenos produtores, acentua as desigualdades e os *conflitos* na zona rural maranhense, ou seja, o formato agrícola da monocultura extensiva, onde há uma degradação rápida do solo, necessitando de maiores áreas de exploração, combinada com outros fatores, impacta diretamente a agrícola familiar, já que disputam o direito ao uso do solo, acirrando assim os *conflitos*. Esses fatores, colocam o Maranhão como um dos estados com os maiores índices de *conflitos* agrários do país.

Segundo Pedrosa (2022), durante de gestão, do ex-presidente Bolsonaro, houve uma desarticulação das políticas voltadas aos movimentos sociais campesinos, restringindo o acesso ao programa PRONAF¹⁰ e reduzindo os recursos do PAA¹¹, além de diminuir drasticamente, a titulação de áreas coletivas ou individuais para fins de Reforma Agrária, pleiteadas por Movimentos Sociais-MS e/ou pequenos produtores, reduzindo também, o fomento de políticas públicas de habitação, para esse mesmo público. Em contrapartida, viabilizou políticas públicas que beneficiaram diretamente o agronegócio, madeireiros e mineradores, através da chamada “Lei da Grilagem”.

O orçamento para aquisição de terras caiu de R\$ 930 milhões em 2011 para R\$ 2,4 milhões neste ano. A verba discricionária do INCRA foi de R\$ 1,9 bilhão em 2011 para R\$ 500 milhões em 2022. Depois da aprovação da chamada “Lei da Grilagem” (Lei 13.465/2017)³² veio a Portaria Conjunta nº 01, de 02 de dezembro de 2020, criando o Programa “Titula Brasil”, acelerando as ações de titulação no país e alegando desburocratização e maior independência do agricultor em relação ao Estado. (PEDROSA, p.193, 2022).

¹⁰ De acordo com o Decreto nº 3.991/2001, o Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares. O programa apoia as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo e disponibiliza linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares. >site: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf><

¹¹ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.> <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa><

As dinâmicas globalistas de fomento econômico, e o aumento do valor agregado das commodities¹² agrícolas levaram a buscas desenfreadas por terrenos para plantio e investimento. Segundo Pedrosa (2022), a corrida por terras se popularizou com o nome “*global land grab*”, ocorrida no período de 2007-2008, devido as demandas excessivas do capital industrial global.

Esse impacto, como veremos ao longo do trabalho acontece também na mesorregião, segundo IBGE 2021, do leste maranhense, foco da pesquisa, localizado na parte limítrofe com o estado do Piauí, possui uma divisa de seis microrregiões; Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó e Caxias. Juntas, tais microrregiões abrangem 44 municípios, com uma área de 70.606,230 km² e população total estimada em 1.336,005 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2021).

O *território*, em que está implantada a Comunidade Gameleira, dividindo-se em três áreas, as chapadas, os baixões e os campões, e são essenciais nas dinâmicas produtivas tradicionais encontradas na região, bem como na manutenção e preservação da área de cerrado e das nascentes. As chapadas são áreas altas, com vegetação espaçada, com nascentes, de suma importância no manejo de pequenos, médios e grandes animais, para caça de subsistência e o extrativismo de algumas espécies regionais. Já os campões são regiões que possuem solos férteis, presenças de cursos d’água mais bem formados, sendo a principal área de cultivo das comunidades. E os baixões que são terrenos alagadiços na parte mais baixa do território, que servem tanto para criação de alguns animais (como porcos), cultivo do arroz, do feijão, fornecimento água, essencial nas tarefas diárias.

O debate sobre, as dinâmicas dos espaços produzidos e a permeabilidade constante de uma lógica mercadológica oposta ao modo de vida tradicional, tem como reflexão a inserção do debate e do pensamento da decolonialidade, visando ressignificar e compreender esse processo “civilizatório”.

A construção da estrutura social depende diretamente do espaço geográfico, do espaço produzido. Deve-se, portanto, considerar, como visto anteriormente, que o espaço geográfico, *sociologicamente* equipara-se a categoria *territorialidade*, que está para além do espaço físico, onde considera-se sua totalidade, ou seja, as relações sociais, culturais, ancestrais ali produzidas e estabelecidas.

¹² Insumos agrícolas, mineral, animal que serve como matéria prima para o desenvolvimento do parque industrial internacional.

Santos (2006, p.46), diz que: “...o espaço é formado a partir de um conjunto indissociável, de sistemas de objetos e sistemas de ações, que não podem ser considerados isolados, mas a partir de formas solidárias e contraditórias, logo, o espaço geográfico são as próprias relações sociais”.

Entender e aplicar a concepção de *território* e *territorialidade* no processo de ocupação de Gameleira é essencial, considerando as visões antagônicas das partes envolvidas, no caso, o Gaúcho, que concebe a terra apenas e tão somente como algo que tem valor venal, valor comercial, que pode ser mensurável, quantificado e monetizado. Ou seja, a terra é um bem patrimonial material, pode e deve ser usada para gerar lucro indiscriminadamente, enquanto a Comunidade Gameleira concebe a terra como algo que está para além dos valores mensuráveis apenas monetariamente. A terra, para a Comunidade Gameleira, é o espaço físico onde produzem, dela tiram seus sustentos com base em saberes tradicionais, preservando como possível, a biodiversidade e o ecossistema, sendo assim, seu *território*. Ou seja, o *território*, para as Comunidades Campesinas como Gameleira, é onde constroem e preservam suas existências equipara-se a terra, para o sojicultor, porem a relação que cada um concebe e estabelece é diferenciada e atende a uma lógica construída, com ideologias e cosmovisões diferentes e/ou antagônicas.

De acordo com Raffestin (1993), o *território* é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Com isso esse autor pretende fazer uma distinção entre algo já "dado", o *espaço* – na condição de matéria prima natural e um produto resultante da moldagem pela ação social dessa base. O *território* – é um construto, passível de "uma formalização e/ou quantificação". Assim, a produção de um espaço, dentro de um *território nacional*, tem seu *espaço físico*, balizado, modificado, transformado pelas redes de circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas, e rotas aéreas, que constituem em um complexo jurídico-sócio-econômico, modelado em uma multiplicidade de paisagens, exibindo feições características. O *território* é, assim, a base física de sustentação locacional e ecológica, juridicamente institucionalizado Estado Nacional.

Segundo Milton Santos, o conceito de território é entendido como o lugar onde ocorrem todas as ações, paixões, poderes, forças e fraquezas. Ele enfatiza que o território não é apenas um espaço físico delimitado, mas sim um espaço socialmente construído, onde as relações sociais e as práticas culturais se manifestam.

Já a territorialidade, segundo Milton Santos, refere-se à forma como os grupos sociais se apropriam e constroem o território. É o conjunto de práticas e representações que expressam

a relação entre um grupo e seu território, envolvendo aspectos como identidade, pertencimento, controle e poder.

Para Milton Santos, o território e a territorialidade são conceitos interligados, pois o território é construído e transformado pelas práticas territoriais dos grupos sociais. A territorialidade é uma expressão das relações de poder e das dinâmicas sociais presentes em determinado território.

Em resumo, Milton Santos concebe o território como um espaço socialmente construído, onde ocorrem as interações e práticas sociais, enquanto a territorialidade diz respeito às formas como os grupos sociais se apropriam e constroem esse território, expressando suas identidades e relações de poder.

As diferentes abordagens do território por Marco Aurélio Saquet são exploradas em suas obras e estudos. Alguns pontos relevantes sobre esse tema são:

- Saquet apresenta as principais abordagens do conceito de território, que foram desenvolvidas entre os anos 1950 e 1980.
- Em sua obra "Abordagens e concepções de território", Saquet discute as diferentes perspectivas teóricas e conceituais sobre o território.
- Ele analisa as contribuições de diversos autores, como Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis e Robert Sack, para a expansão da abordagem territorial.
- Saquet também aborda as concepções sobre território e territorialidade, explorando as diferentes formas de compreender e interpretar esses conceitos.
- Suas obras têm como objetivo contribuir para o entendimento e aprofundamento do conceito de território na ciência geográfica.

A obra "Abordagens e concepções de território" de Marcos Aurélio Saquet (2013) possibilita uma leitura importante sobre o conceito de território. No livro, Saquet discute diferentes perspectivas teóricas e conceituais sobre o território, explorando as contribuições de diversos autores, como Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis e Robert Sack, para a expansão da abordagem territorial. Ele também aborda as concepções sobre território e territorialidade, analisando as diferentes formas de compreender e interpretar esses conceitos. O objetivo de suas obras é contribuir para o entendimento e aprofundamento do conceito de território na ciência geográfica.

Rogério Haesbaert, em suas análises, aborda o conceito de território de forma ampla e multidimensional no seu trabalho Território e decolonialidade: sobre o giro

(multi)territorial/de(s)colonial na América Latina Ele considera três abordagens principais para compreender o território:

Abordagem jurídico-política: Nessa perspectiva, o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um determinado grupo ou entidade política. Envolve questões de soberania, fronteiras e poder.

Abordagem econômica: Haesbaert também analisa o território sob a ótica econômica, considerando as relações de produção, distribuição e consumo que ocorrem em determinado espaço geográfico. Isso inclui a exploração de recursos naturais, a organização do trabalho e as dinâmicas econômicas regionais.

Abordagem cultural: Além das dimensões jurídico-política e econômica, Haesbaert destaca a importância da dimensão cultural na compreensão do território. Ele reconhece que as práticas culturais, as identidades e as representações simbólicas também desempenham um papel fundamental na construção e na apropriação do espaço.

Portanto, o conceito de território para Rogério Haesbaert envolve uma análise complexa e integrada das dimensões jurídico-política, econômica e cultural, considerando as múltiplas formas de apropriação e significação do espaço geográfico.

O *território*, para a Comunidade Gameleira, é o espaço onde cumprem a função social e de subsistência, como dito anteriormente, onde produzem, colhem, coletam, pastoreiam, erguem suas moradas, ou seja, é o espaço onde a materialidade se efetiva, mas é também onde as relações identitárias e de pertencimento se estabelecem, onde as crenças e valores são construídos e dinamizados, é espaço ancestral, que necessitam para preservarem memórias e saberes e configura-se em sua *territorialidade*.

Logo, a visão capitalista de *terra*¹³ difere muito da cosmovisão de *território/territorialidade* vivida por Comunidades Campesinas e Comunidades Tradicionais, inclusive e principalmente pelos povos originários.

É de primordial importância enfatizar, que estas categorias; *terra*, *território* e *territorialidade*, não são concebidas pelas partes envolvidas neste estudo, no caso a Comunidade Gameleira e o Gaúcho, da forma teórico-científica que trabalhamos,

¹³ A abordagem do conceito de terra como acumulação primitiva, incluindo assim, “a sua mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade –comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito (HARVEY, p.109, 2004).

possivelmente os envolvidos nem dominem essas categorias de forma teórica, mas as experienciam, é o que os move pelo mundo. Ou seja, a concepção das categorias; *terra*, *território* e *territorialidade* é intrínseca as suas vivências, suas concepções de mundo, é o que os move e os coloca de forma antagônica no conflito que se instaurou entre eles.

Os elementos metodológicos, que compõe este estudo de identificação *territorial*, consideraram que, uma vez que sua principal interlocução se deu com uma comunidade campesina, nos termos pensados por Almeida (2004), as proposições teórico-metodológicas da antropologia, em diálogo com outras ciências humanas e sociais, se farão necessárias e imprescindíveis para evitar olhares etnocêntricos e construir um envolvimento salutar para a análise dos processos e lógicas de ocupação territorial de Gameleira.

1.1 – A relevância do método etnográfico para o entendimento de Gameleira

O estudo dos diversos aspectos humanos, é de certa forma, uma das primeiras ciências a serem dominadas. O entendimento do que nos torna quem somos é a primeiro passo que a humanidade deu para seu desenvolvimento. A nossa espécie é diversa e plura e sempre há certa insegurança quando culturas diferentes entram em contato tornando necessário ainda mais a aplicabilidade da antropologia e de outros métodos para o desenvolvimento do entendimento de culturas diversas.

A antropologia como ciência tem suas raízes na curiosidade humana sobre as diferenças culturais e biológicas entre os povos. Sua origem pode ser rastreada até a Antiguidade, quando viajantes, comerciantes e exploradores começaram a relatar suas observações sobre sociedades e culturas distantes. No entanto, a antropologia como disciplina acadêmica formal começou a se desenvolver nos séculos XVIII e XIX, com o surgimento de várias correntes de pensamento e abordagens para estudar a diversidade humana. Com a relevância do estudo em si antropológico, houve uma ampliação em sua abordagem, criando outras esferas do saber.

O iluminismo e o Estudo das Diferenças Culturais, é uma das vertentes de estudo com abordagem antropológica, originando-se, durante o período do Iluminismo, pensadores europeus começaram a questionar as noções de superioridade cultural e racial, e surgiram os primeiros estudos sistemáticos sobre as diferenças culturais entre os povos. Isso contribuiu para o desenvolvimento de uma abordagem mais científica para compreender a diversidade humana.

Evolucionismo Cultural: No século XIX, os evolucionistas culturais, como Edward Tylor e Lewis Henry Morgan, propuseram teorias sobre a evolução das sociedades humanas,

destacando as etapas pelas quais as sociedades teriam passado ao longo do tempo. Suas teorias influenciaram fortemente o desenvolvimento da antropologia como uma disciplina.

No século XX, a antropologia continuou a evoluir, incorporando novas abordagens teóricas e metodológicas, e expandindo seu escopo para incluir questões contemporâneas, como globalização, movimentos sociais e direitos humanos. A disciplina também se tornou mais sensível às vozes e perspectivas das comunidades estudadas, buscando uma abordagem mais colaborativa e ética em suas práticas de pesquisa.

Com a globalização, o entendimento dos povos que compunham o globo, era não apenas necessário para o aprimoramento do arcabouço teórico científico acadêmico, mas também, nas relações de poder desenvolvidas na corrida imperialista moderna. O crescimento desenfreado do mercado capitalista e os desenvolvimentos de novos produtos deveriam abranger não apenas o continente Europeu, como toda a o hemisfério ocidental e para isso, deveriam englobar as particularidades de cada civilização para melhor controle sobre os bens de consumos.

Para o melhor entendimento do trabalho, vale ressaltar a diferenciação entre Etnologia e Etnografia, dois tipos de métodos antropológicos que não se Ocontrapõem, mas se diferenciam.

Segundo Mattos (2011), a etnologia surge no contexto científico junto com outras áreas do saber, como arqueologia, filosofia, linguística histórica, paleontologia e a teoria geral da evolução em biologia. Com o avante imperialista e colonialista dos europeus no século XIX, houve contatos direto com diversas culturas “exóticas” para a visão eurocentrada. Assim, durante essa época diversos estudos comparativos surgiram afim de categorizar as diferenças entre a sociedade “civilizada” das demais sociedades encontradas. Ou seja, a etnologia surgiu 50 a 60 anos antes do surgimento da etnografia.

É claro que o surgimento do método etnográfico, não veio como medida a suprir o mercado, mas sim a busca para o entendimento dos diferentes povos, afim de mediar também conflitos que poderiam a vim, por falta da compreensão identitária e particularidades, ocasionando choques culturais.

A principal diferenciação entre a etnologia e a etnografia segundo Mattos (2011), é objetivo da pesquisa. A etnografia por si tem como objetivo a comparação entre dois grupos socio identitários distintos entre si, buscando pontuar que requisitos corroboram para essa diferenciação, já a etnografia é o estudo isolado de um agrupamento social atreves da imersão

direta do etnógrafo, buscando compreender as particularidades e as totalidades que constroem o ethos do agrupamento social estudado.

Uma distinção entre a etnologia e etnografia existe particularmente em estudos de casos comparativos. Em etnografia existe o interesse da sociedade local ou grupo estudado em descobrir e relatar o mais detalhadamente possível todos os tipos de variações que ocorrem dentro deste grupo. (MATTOS, p.55, 2011).

O método de pesquisa etnográfico é uma abordagem amplamente utilizada nas ciências sociais, especialmente na antropologia, que visa compreender e descrever os significados e práticas culturais de um grupo específico de pessoas. O termo "etnografia" deriva das palavras gregas "ethnos" (povo) e "grapho" (escrever), e se refere ao estudo descritivo e interpretativo das culturas humanas.

Surge no final do século XIX para o início do século XX, afim de ter uma observação mais holística da sociedade pós revolução industrial, bem como os impactos dessa revolução para as demais sociedades que viviam de forma isolada. Um dos estudos mais consagrados da etnografia na época foi a de Margaret Mead (1928), que através de um trabalho monográfico feito pela Universidade de Columbia serviu como suporte para os futuros trabalhos na área.

Para Geertz (1989), a etnografia não é somente estabelecer relações, mas sim selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter diário. Ou seja, a etnografia é a escrita do visível, uma boa descrição depende diretamente da qualidade da observação. Um dos motivos que levou a incorporação do método etnográfico foi justamente a necessidade da inserção do pesquisador para o entendimento do sujeito que seria no caso Gameleira, e a compreensão do objetivo, o conflito. Ao contrário de outros métodos de pesquisa, como questionários ou experimentos controlados, a etnografia busca capturar a complexidade e a subjetividade das experiências humanas em um contexto natural.

A etnografia possui diversos recortes de acordo com o tipo de pesquisa a ser realizado, sendo essas: a microanálise; significado e sua significação, perspectiva dialética, dentre outras, contudo, para análise deste trabalho, faz-se necessário o entendimento dessas três categorias.

A microanálise etnográfica, conforme descrita por LUTZ (1983), refere-se a uma abordagem detalhada e minuciosa da observação e análise de pequenos grupos e interações sociais. O termo "microanálise" enfatiza a atenção aos detalhes e nuances das interações humanas, enquanto "etnográfica" indica que essa análise é realizada dentro do contexto cultural e social em que ocorre.

Segundo Lutz (1983), essa abordagem permite aos pesquisadores capturar e compreender os significados simbólicos, as dinâmicas de poder, as práticas culturais e as relações sociais que podem passar despercebidas em análises mais amplas. A microanálise etnográfica frequentemente envolve a imersão do pesquisador no ambiente em estudo, a observação participante e a coleta de dados qualitativos, como entrevistas e notas de campo.

Correto, ao empregar uma teoria crítica de análise aliada à abordagem etnográfica, o etnógrafo busca identificar e compreender o significado nas relações sociais de classe, etnia, linguagem, gênero e outros aspectos, dentro da cena imediata em que essas relações se manifestam. Isso implica em uma análise mais profunda das dinâmicas de poder, das desigualdades e das interações sociais dentro de um contexto cultural específico.

Ao adotar uma perspectiva crítica, o etnógrafo se concentra em revelar as estruturas de poder subjacentes e as formas como essas estruturas influenciam as relações sociais. Além disso, a atenção é direcionada para as experiências e perspectivas das pessoas envolvidas, especialmente daqueles que estão em posições socialmente marginalizadas.

Ao examinar as relações sociais de classe, etnia, linguagem, gênero e outras dimensões, o etnógrafo procura identificar como essas categorias influenciam as interações, as práticas culturais e as representações simbólicas dentro de um determinado grupo ou comunidade. Isso pode incluir a análise das formas como a identidade é construída, contestada ou reforçada com base nessas categorias sociais.

Em resumo, a combinação de uma abordagem etnográfica com uma análise crítica permite ao etnógrafo não apenas descrever as práticas e interações sociais, mas também compreender e contextualizar as relações de poder e as dinâmicas sociais em jogo, fornecendo uma visão mais completa das experiências e realidades das pessoas dentro de um contexto cultural específico.

No método etnográfico, o significado e sua significância desempenham um papel central, uma vez que visam compreender as práticas, crenças e valores dentro de um contexto cultural específico. Além disso, a noção de significado local e a organização desse significado para a pessoa estudada são cruciais para uma análise aprofundada no trabalho etnográfico. A comparação e a descrição densa também são aspectos importantes a serem observados. Vamos analisar cada um desses aspectos em detalhes:

Segundo Mattos (2011), o contexto etnográfico, o significado refere-se aos símbolos, práticas e concepções que têm importância cultural e social para os membros de uma determinada comunidade ou grupo. Compreender esses significados é essencial para interpretar

as ações e interações das pessoas dentro do contexto estudado. A significância dos significados reside na sua influência sobre as práticas cotidianas, identidades e relações sociais, oferecendo insights valiosos sobre a cultura em questão.

O significado local se refere à maneira como as pessoas dentro de uma comunidade atribuem sentido e valor às suas práticas e crenças. Compreender a organização desse significado para a pessoa estudada envolve analisar como tais significados são internalizados, transmitidos e utilizados no cotidiano, refletindo as percepções e experiências dos próprios participantes.

A comparação é uma ferramenta essencial na pesquisa etnográfica, permitindo ao pesquisador estabelecer paralelos e contrastes entre diferentes contextos culturais, práticas e significados. Isso contribui para uma compreensão mais ampla da diversidade cultural e das variações nas dinâmicas sociais. Que segundo Mattos, “*O significado local e a organização do significado local para a pessoa estudada constituem, assim como a comparação e a descrição densa, aspectos importantes a serem observados no trabalho etnográfico.* (MATTOS, p.10, 2011)”.

A descrição densa, conceito cunhado por Geertz (1989), refere-se a uma abordagem detalhada e minuciosa na descrição das práticas, símbolos e interações culturais. Tal descrição busca capturar a complexidade e o contexto rico das experiências humanas, transcendendo meras generalizações ou estereótipos.

Portanto, no trabalho etnográfico, a atenção aos significados, à sua organização local, à comparação entre contextos e à descrição densa é fundamental para uma compreensão aprofundada das práticas e das dinâmicas culturais, enriquecendo a análise e interpretação das realidades culturais estudadas.

A perspectiva dialética na etnografia, como citado acima, faz parte do recorte do estudo etnográfico, que envolve a compreensão das relações ecológicas entre os vários atores sociais ou grupos em uma comunidade ou instituição, assim como os movimentos históricos vivenciados por esses atores em um determinado espaço de tempo. Segundo Mattos (2011), essa abordagem procura examinar as interações dinâmicas entre os vários fenômenos sociais, em vez de focar exclusivamente em um fenômeno particular. Isso significa que a etnografia, ao adotar uma perspectiva dialética, se concentra nas interconexões e interdependências entre diferentes elementos culturais e sociais, reconhecendo a complexidade e a mudança contínua que caracterizam as dinâmicas socioculturais.

Mattos (2011), afirma também que além disso, a ênfase na comparação, densidade descritiva, significado e sua organização, e variações complementa essa preocupação da etnografia em capturar a complexidade das relações sociais e culturais. A comparação permite contextualizar as práticas e crenças dentro de um espectro mais amplo, enquanto a densidade descritiva e a atenção ao significado local e sua organização enriquecem a compreensão das experiências e significados culturais. As variações são reconhecidas como elementos essenciais para uma compreensão abrangente das práticas e relações sociais.

Portanto, a perspectiva dialética, juntamente com esses outros elementos, reflete o compromisso da etnografia em abordar as relações sociais e culturais de forma holística, considerando a interação dinâmica entre diversos fenômenos e atores sociais, bem como as complexidades e variações que caracterizam as realidades culturais.

O recorte do método etnográfico e suas diversas abrangências citadas acima, traz um peso enorme para o trabalho a seguir. A inserção que tive como pesquisador, no meu campo empírico, me permitiu aprofundar em saberes que antes me eram alheios e que me possibilitaram desenvolver o trabalho em questão.

1.2 Gameleira e sua ancestralidade

A qualificação da Comunidade Gameleira enquanto PCT ou Comunidade Campesina, foi centro de debate acadêmico para realização deste trabalho. O entendimento das prerrogativas que possam determinar, se essa comunidade, quanto a formalidade, faz parte ou não da lei que regulamenta e protege comunidades tradicionais, foi um dos requisitos para o desenvolvimento deste trabalho, considerando que, o norteamento das análises e conclusões, que se desenvolverão nesse estudo, dependem, estão vinculadas e condicionadas, a definição da categoria da comunidade.

Para tal, buscamos fundamentos, não apenas na **formalidade** cartesiana da lei, que trata sobre PCT, mas na **interpretação** desta, conectando-a com as percepções advindas do trabalho do campo, onde ao analisar as dinâmicas: socioafetivas, ancestrais, de produção, de parentesco, de temporalidade, econômicas, espaciais e culturais estabelecidas, na/pela comunidade, identifica-se, também os requisitos da lei, através do seu *ethos* e *práxis*, aporte para fundamentarmos, nossa conclusão, classificando-a, como PCT.

Outro instrumento utilizado para identificação e definição da categoria, adequada a Comunidade Gameleira, foi o Laudo Etnográfico, produzido, pelos grupos LIDA e LATESE,

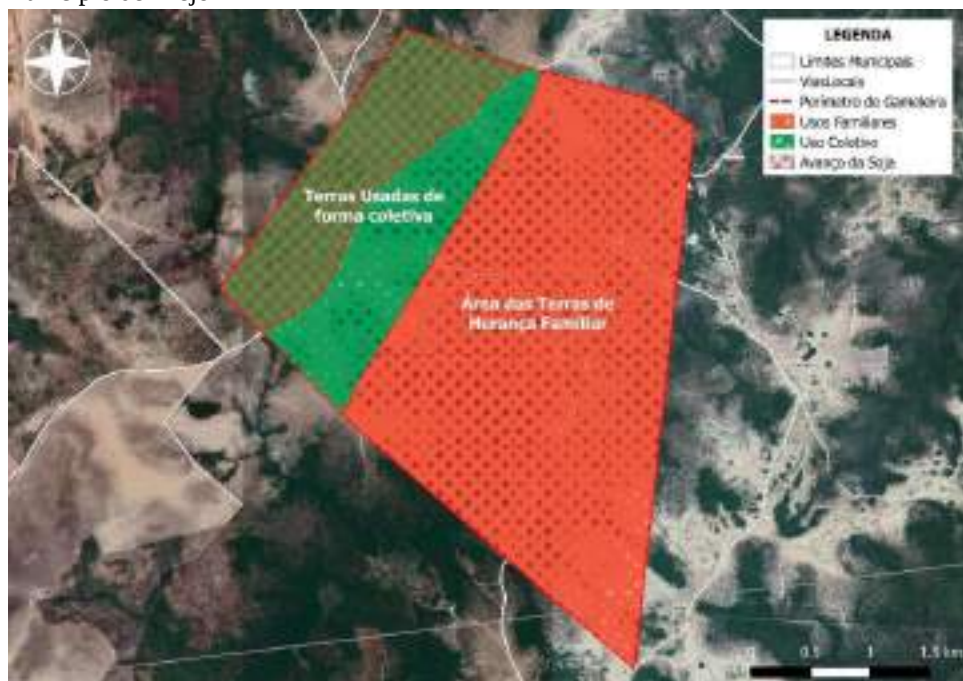
do qual fiz parte, e que também integra os autos do processo judicial¹⁴, movido pela comunidade com o objetivo de proteger e salvaguardar seus direitos, sob seu *território* ancestral.

[...]No período descrito, foi possível conhecer a história de ocupação do território onde tem vivido os moradores de Gameleira, bem como suas formas produtivas, suas relações de parentesco, suas religiosidades e, sobretudo, as relações ecológicas estabelecidas ancestralmente entre a comunidade e o cerrado, bioma marcante na paisagem do lugar, no imaginário e nas memórias do povo de Gameleira, mas sobretudo em suas estratégias de reprodução material da existência. **Gameleira é uma comunidade tradicional**[...] (FURTADO, BURNETT, FERREIRA, OLIVEIRA, SOUSA, MUNIZ, 2023, p.7, grifo nosso)

Através das análises feitas pela equipe, apresentadas do Laudo, teve-se como conclusão a caracterização da Comunidade de gameleira como comunidade tradicional. A seguir uma mapa realizado em conjunto com os moradores, através do Laudo Etnográfico da Comunidade Tradicional de Gameleira.

¹⁴ Processo judicial: 0800737-48.2021.8.10.0076 (Vara Agrária) Processo administrativo: S/I

Mapa 01 – Mapa territorial de tipologias de uso da comunidade de Gameleira, município de Brejo –MA



Fonte: LATESE e LIDA 2022

Aqui, a um entendimento que deva existir um novo aparato que resguarde a territorialidade das comunidades tradicionais, ou a reformulação da lei existente, para que o perímetro estabelecido pela comunidade, não determine o perímetro do empreendimento, ou seja do campo de soja. É necessária a criação de uma zona de amortecimento para que as práticas tradicionais como extrativismo, se mantenham forte e presente, além de, proporcionar uma segurança contra os agrotóxicos usados nas plantações, preservando a fertilidade do solo das nascentes, considerando-se que a soja degrada a terra em que é plantada. Segundo Almeida (2004), a uma certa relutância para o reconhecimento de comunidades com vertentes tradicionais, já que a exclusão e o afastamento prorroguem a invisibilidade vividas por elas.

As dificuldades de efetivação destes dispositivos legais indicam, entretanto, que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na estrutura agrária. Em decorrência, tem-se efeitos diretos sobre a reestruturação formal do mercado de terras, bem como pressões para que sejam revistas as categorias que compõem os cadastros rurais dos órgãos fundiários oficiais e os recenseamentos agropecuários (ALMEIDA, 2004, p.10)

Para compreensão dos agravantes sofridos, pela Comunidade de Gameleira, deve-se primeiro entender sua história e sua formação identitária como PCT e como isso influencia para o acirramento da disputa pelo território que ela ocupa.

A construção de uma identidade, com base na *territorialidade*, depende diretamente da cultura gerada pelo grupo que habita o *território*, ou seja, o usufruto da terra está para além da produção agrícola, é estritamente vinculada às relações imateriais, à religião, a casa, as crenças, a relação com a natureza, e principalmente as relações familiares e ancestrais. Ao trabalhar com a categoria, Comunidade Tradicionais- PCT, devemos-nos abster de toda pré-noção advinda de uma sociedade capitalista urbana, já que as disparidades e contrapontos dessas duas existências por si só, tornam-nas, não necessariamente antagônicas, mas distintas.

Uma das dificuldades, enquanto pesquisador, no início do trabalho de campo, foi justamente, abster-me das pré-noções, após anos de vivência em espaços sociais urbanos, principalmente o acadêmico, carregados de símbolos, signos, ideologias e comportamentos, subservientes e moldados pelo consumo, a estética, a lógica capitalista, eurocêntrica, sexista, racista e colonialista.

A imersão na comunidade Gameleira, não apenas possibilitou-me, um “retorno às origens”, considerando minha vivência nos acampamentos, assentamentos, cirandas do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, nas Comunidades Quilombolas, nos terreiros de Candomblé e Mina, mas fez-me perceber como, rapidamente somos “tragados pelo sistema”, se não tivermos atentos.

Segundo Almeida (2004) os Povos e Comunidades Tradicionais-PCT, têm se mantido, ao longo da história, atentos e *fortes*. A manutenção, de suas crenças, tradições, religiosidade, relações com seus territórios e suas ancestralidades é sobretudo uma forma de resistência, através da resignificação constante de suas cosmovisões, diante do avanço da pós-modernidade e de um modelo econômico e social hegemônico, com resquícios colonialista, sem, contudo, perderem suas raízes. É justamente essa cosmovisão que os diferencia de outros grupos sociais que os caracteriza enquanto PCT.

Sociologicamente são grupos *culturalmente diferenciados*, principalmente dos grupos urbanos, e que se auto reconhecem assim. Possuem formas de organização social próprias, estrita ligação com a natureza, e seus *territórios* são fundamentais para suas existências. Suas construções identitárias sustentam-se fortemente na ancestralidade e na *territorialidade*, onde retroalimentam seu *ethos*, enquanto PCT.

Sendo assim, podemos concluir, que as comunidades tradicionais, caracterizam-se pelo seu modo de vida, estritamente ligado ao *território*, espaço onde desenvolvem também, estratégias de resistência a um modelo econômico social hegemônico.

É impossível dissociar o homem do meio em que vive, já que seu construto cultural, depende das relações sociais ali estabelecidas. É nos *territórios* que se constrói a *territorialidade*, onde se criam e estabelecem as manifestações identitárias dos grupos sociais. Tudo que nele, e a partir, dele advém, é cultural. Segundo Rabuske (2001), a cultura é responsável pela assimilação e o entendimento do mundo que os circunda, através de trocas e experiências vividas. É sob a perspectiva cultural que o homem consegue achar sentido e propósito para a realidade vivida. Sobre o mesmo tema, Azevedo diz:

[...]cultura é o conjunto de sentidos e significações, de valores e padrões, incorporados e subjacentes aos fenômenos perceptíveis da vida de um grupo social concreto, conjunto que consciente ou inconscientemente, é vivido e assumido pelo grupo como expressão própria de sua realidade humana e passa de geração, conservado assim como foi recebido ou transformado efetiva ou pretensamente pelo próprio grupo. (AZEVEDO, 1996, p.336)

A formação cultural de um determinado grupo, possui elementos objetivos e subjetivos, explícitos e implícitos, materiais e imateriais, que, trabalhados juntos ou separadamente, apresentam certa coesão e expressiva relevância enquanto códigos que conduzem suas relações, como podemos observar no exemplo apontado por Azevedo (1996), as manifestações explícitas são relacionados a linguagem, os símbolos, os gestos, já os elementos implícitos da cultura são as crenças, os valores os medos, a visão de mundo, a concepção ética da vida, dentre outros.

Dessa forma, a partir do entendimento da categoria cultura, e sua relevância em suas diversas perspectivas, enquanto marcador identitário de diversos grupos, é que retomaremos a temática, dos PCT/Comunidades Campesinas, estas, possuem identidades plurais, e são reconhecidas e amparadas por vasto arcabouço jurídico, sociológico e antropológico.

A primeira lei criada ao incorporar e reconhecer as populações tradicionais de acordo com Almeida (2004), foi em 18 de julho de 2000, com a lei n. 9.985 que regulamenta o Art.225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, menciona explicitamente as denominadas “populações tradicionais” (Art.17) ou “populações extrativistas tradicionais” (Art.18) e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação (área de proteção ambiental, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável). Porém em 1992 tendo como caráter administrativo, a criação do Centro Nacional de Populações Tradicionais – CNPT¹⁵, incorporada ao IBAMA.

¹⁵ Cf. Portaria/Ibama, n.22- N, de 10 de fevereiro de 1992 que cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, bem como aprova seu Regimento Interno.

Contudo Almeida (2004), expõe que apesar da criação da lei não significava que haveria a resolução dos conflitos camponeses, faltava efetivo em sua aplicabilidade ou a falta de abrangência em sua construção para abarcar as comunidades já fragilizadas.

Segundo o IBGE (2010), os PCT são cerca de 25 milhões, cerca de 5% da população brasileira. Estima-se que os números sejam maiores, considerando a dificuldade de acesso a alguns desses grupos, por serem nômades ou ocuparem *territórios* de difícil acesso, a exemplos dos indígenas isolados.

De forma a abranger as leis vigentes, no ano de 2002 através do Decreto Legislativo nº 143, homologado pelo presidente do Senado Federal em exercício no ano, a Convenção 169 da OIT¹⁶, reconhece que o critério fundamental para o reconhecimento de comunidades tradicionais é o auto reconhecimento, onde no Art.2, fala sobre “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção. Já no Art. 14, compreender que: “Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupa”. E por fim no Art.16, determina que sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento.

A Convenção 169 OIT- Organização Internacional do Trabalho, segundo Almeida (2004) tem como objetivo, para além de determinar a importância da auto reconhecimento, como povos tradicionais, tem como ideal o reparo e conscientização do dano causado pela colonização forçada dos povos originários e o do povo africano. As dinâmicas sociais e culturais vividas pelas PCT's demonstram nitidamente uma resistência ao modelo capitalista branco hegemônico, que tem ainda o caráter agroexportador colonialista. A luta para preservação dos seus modos de vida é mais uma demonstração da importância pra implementação da Convenção 169 da OIT.

Os desdobramentos sociais dos quilombos, dos movimentos messiânicos e das formas de banditismo social que caracterizaram a resistência ao império das plantations na sociedade colonial ganham força neste contexto, do mesmo modo que as formas associativas e de ocupação que emergiram no seio das grandes propriedades de monocultura a partir da sua desagregação com as crises das economias algodoeira, açucareira e cafeeira. Novas formas de ocupações emergiram, definindo territorialidades específicas, e não tiveram reconhecimento legal, tais como as chamadas terras de preto, terras de índio (que não se enquadram na classificação de

¹⁶ Fundada em 1919 para promover a justiça social, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de 187 Estados-membros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização. > disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/>

terras indígenas, porquanto não há tutela sobre aqueles que as ocupam permanentemente), terras de santo (que emergiram com a expulsão dos jesuítas e com a desagregação das fazendas de ordens religiosas diversas) e congêneres (terras de caboclos, terras de santíssima, terras de ausentes). (ALMEIDA, 2004, p.14)

Vejamos alguns dos grupos que se autodenominam e são reconhecidos pelo decreto nº 6040¹⁷, como PCT: pescadores artesanais, indígenas, ciganos, quilombolas, quebradeiras de côco babaçu¹⁸, seringueiros, marisqueiros, ribeirinhos, jangadeiros, cerradeiros, fundo de pasto, comunidades de matriz africana, extrativistas e outros. “Neste sentido, a noção de “tradicional” não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. (ALMEIDA, p.10, 2004).

Tem-se como princípios da lei nº6.040:

“Art. 1º As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios:

I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

III - a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;

VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da

¹⁷ **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.**

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

¹⁸“A exploração dos babaçuais em regime de economia familiar e comunitária” (Art.196 da Constituição do Maranhão de 1990) e leis municipais aprovadas em 1997, chama de “Leis do Babaçu livre”, para acesso livre para as de babaçuais.

ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

XIII - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.”

A organização destes grupos, reivindicando reconhecimento e amparo legal pelo Estado, principalmente devido aos conflitos, gerado pela especulação e tentativa de expropriá-los dos seus *territórios*, forçou o governo brasileiro a assumir a existência de tais comunidades, através do estabelecimento da legislação sobre o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, através do Decreto federal nº 6040, de 07/02/2007, que trouxe a definição prévia de comunidades tradicionais, Moraes, Gamba, Muller, Campos (2017).

Almeida (2004), tem como entendimento que o reconhecimento jurídico das diversas características que englobam as “terras tradicionalmente ocupadas”, como a apropriação e uso dos recursos naturais como modo de sustento coletivo, independe de aquisição se o território ocupado é através da posse ou da propriedade.

Entender a concepção e a construção da categorização das PCT's, é legitimar as lutas das comunidades rurais e ancestrais para manutenção e preservação da sua história da sua cultura, a desarticulação política ocorrida no processo de construção brasileira, para o desmantelamento das comunidades tradicionais e étnicas tem como princípio não apenas a construção de um novo campo colonizador, mas perpetuar uma política econômica que beneficia o indivíduo para além do coletivo. Segundo Almeida:

A nova estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associada principalmente ao termo camponês. Os termos e denominações de uso local politizam-se. Ou ainda, o uso cotidiano e difuso destes termos acompanha a politização das realidades locais: os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação

ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana (ALMEIDA, p.14, 2004).

Como dito anteriormente, além do arcabouço jurídico, que propicia o amparo legal aos PCT, temos ainda, o entendimento teórico sociológico, que atribui as características essenciais desses grupos sociais, sendo as principais, a autossustentabilidade e a convivência harmônica com a natureza que os circunda, segundo Moraes et al (2015), Silva (2007) e Diegues et al (2000). Considera-se ainda, a relação e dependência espacial material dessas comunidades com seus territórios, a exemplo das moradas, a maioria erguidas com produtos extraídos do próprio bioma (palhas, barro, cipós, madeira). Ainda na esfera da materialidade territorial, dependem para fins de subsistência, acessar os recursos presentes nos biomas em que estejam inseridos, como água, área para o extrativismo e pasto para animais, relação livre com solo, espaço sagrado, onde além de plantar, enterram seus mortos e fazem rituais.

A fronteira étnico-cultural surge quando a comunicação entre grupos, por exemplo, de comunidades tradicionais do tipo extrativistas, não conseguem estabelecer trocas inteligíveis de valores, sentimentos e práticas com grandes industriais que querem utilizar seus conhecimentos para uso comercial, ou quando um fiscal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tenta fazer um ribeirinho entender que não pode construir à beira de um rio em que sempre morou por ser área de preservação permanente ou quando a constituição de uma unidade de conservação de proteção integral impede uma comunidade tradicional de extrair seu sustento em sua produção da floresta, conforme práticas tradicionais. (VIEIRA, 2015, p.23)

A concepção de *território/territorialidade*, discutida na introdução do capítulo, e os conceitos de cultura, trabalhados nos parágrafos acima, norteiam a compreensão do que se estabelece e conhece como Povos e Comunidades Tradicionais-PCT. O entendimento da sua concepção e história, são necessários para analisarmos a realidade de Gameleira, que como muitas outras comunidades, passaram por um processo de formação, baseado nos laços familiares, que ainda nos dias atuais, perpetuam-se no convívio dos moradores que ali habitam, que a partir da auto identificação e o modo de vida, através de suas relações socioambientais, os caracterizam como PCT.

A auto identificação, por parte da comunidade, e os dados levantados a partir das visitas em campo, concluiu-se que de fato a categoria PCT, se enquadra na comunidade Gameleira, por ser parte dos povos *cerradeiros* e as dinâmicas socioeconômicas presentes dentro de sua territorialidade, como fator crucial a agricultura familiar de subsistência, as relações socioafetivas, culturais e a presença do extrativismo como fatores marcantes. No

decorrer da construção do tópico, evidenciaremos, através dos dados sociais e históricos, adquiridos durante a pesquisa, a caracterização de Gameleira.

O levantamento histórico e antropológico da comunidade de Gameleira, foi fruto do trabalho realizado em parceria pelos grupos de pesquisa, LIDA e LATESE, da UEMA – Universidade Estadual do Maranhão, da qual participei como pesquisador, e resultou no Laudo Etnográfico do qual utilizei os dados, aplicando-os nessa dissertação.

É difícil datar com precisão o primeiro marco, que viria designar o *território* enquanto Comunidade Gameleira, mas, os relatos gerados pelos descendentes, apontam que o primeiro morador, viria ser o Sr. Jardimino¹⁹. Tendo ainda, como um marco temporal, a certidão de compra, de um pedaço de terra, próximo a um alagadiço. É possível, identificar ainda no terreno, as marcas da fundação da primeira casa erguida na comunidade feita ainda em pedra, porém, devido a temporalidade e o material empregado, no caso o adobo²⁰, fizeram com que a casa não resistisse ao tempo. Na imagem a seguir podemos presenciar as marcas da construção.

Imagem 01 – Marcas da fundação da primeira casa Construída em Gameleira



Fonte: Acervo Pessoal

¹⁹ Fundador da comunidade tradicional de Gameleira, Brejo - MA

²⁰ Tijolo confeccionado de barro cru, usado comumente nas construções rurais. Como pode ser observado na imagem 06, a forma utilizada em sua confecção e os tijolos confeccionados.

De acordo com relatos dos “antigos”²¹, a origem de Gameleira, ultrapassa um século, possuindo quase a mesma idade que o município de Brejo, fundado em 11 de julho de 1870, possuindo 153 anos de existência. Como mostra a imagem abaixo, de um dos registros de certidão de imóveis mais antigos, guardados pela comunidade, evidenciando a historicidade do filho de Jardimino, pai da Maria Socorro.

Imagem 02 – Certidão de compra feita pela comarca de Brejo – MA, lavrado a mão no ano de 1923



Fonte: Acervo Pessoal

Sr. Jardimino, apontado como o primeiro morador, e, portanto, fundador da Comunidade Gameleira, que alguns antigos dizem ter vindo do Ceará (mas não se pôde provar a exatidão), buscava um “*local para chamar de lar*”. Sua busca levou a um pequeno afluente, com água limpa e muitas espécies frutíferas, em especial a juçara e o buriti. A terra fértil para a produção fez com que ele comprasse aquele território, batizando-o de Gameleira, por em sua

²¹ Os antigos: termo utilizado pelos moradores ao referir-se as primeiras pessoas a chegarem no *território*. A história do povoamento da Comunidade Gameleira, é sustentada na oralidade, transmitida por gerações. Os “antigos”, tem papel preponderante nessa narrativa.

área, possuir uma grande árvore com o mesmo nome. Hoje a existência dessa árvore, e da primeira casa construída, encontram-se apenas nas memórias dos antigos.

Imagem 03 – Local de escolha pra fundação de Gameleira, onde pode ser visto a descendente da primeira árvore.



Fonte: Acervo Pessoal

Os trabalhos de campo, possibilitaram-me estabelecer um certo vínculo com os moradores da comunidade, para além da modulação das entrevistas formais, foi possível estabelecer diálogos que nos levaram a conhecer um pouco mais a fundo as relações de parentesco existentes no povoado e suas dinâmicas familiares. Com o levantamento e cadastro dos moradores através das entrevistas, fica evidente a constância do mesmo sobrenome entre os diversos grupos familiares, sendo os mais comuns *Sousa* e *Carvalho*, provando ainda mais que a fundação de Gameleira, teve uma base familiar. Como metodologia para captura de dados, usou-se como ferramenta a “linha do tempo”, onde coletivamente os moradores e moradoras buscaram, datar os principais marcos históricos que os caracterizam enquanto grupo, marcos que estabelecem sua relação com território, e a construção da “árvore genealógica”, para identificar melhor o parentesco, as gerações, as relações de compadrio.

Imagem 04 – Árvore genealógica de Gameleira



Fonte: LATESE e LIDA 2022

A “divisão” da família do Sr. Jardilino, aconteceu com o divórcio do primeiro casamento entre ele e Verônica, do qual tiveram dois filhos, sendo José, que por sua vez casou-se com Doca, tendo cinco filhas, chamadas de “*as cinco mulheres de gameleira*”, pelos antigos, são elas: Onezi, Rosilda, Maria do Socorro, Raimunda e Laura. O segundo filho do casamento do Sr. Jardilino com Verônica foi Pedro que casou, mas não foi possível identificar o nome da esposa, e teve uma filha, conhecida por Sinhá.

O segundo casamento de Jardilino foi com Firmina, dessa união nasceram cinco filhos, três filhas: Antônio, Edmundo, Domingos, Sebastião, Maria, Rita e Cisto. A árvore genealógica será trabalhada posteriormente, para melhor entendimento.

Pode dizer, que foi, através desses fatos e relacionamentos, que se configurou a formação da Comunidade de Gameleira, tanto pela vinda de outras famílias para uma comunidade já consolidada, quanto com a transição das terras herdadas, repartidas entre os familiares do Sr. Jardilino.

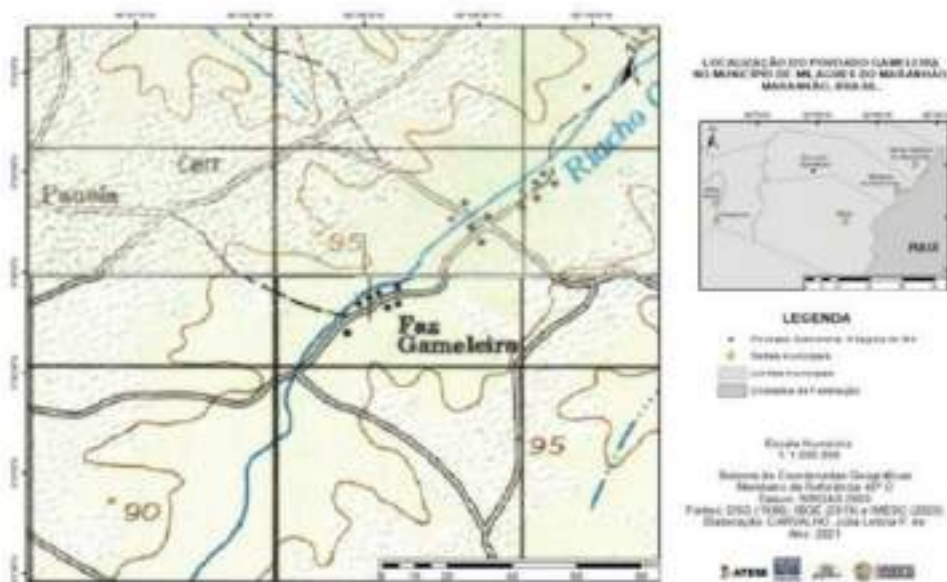
Apesar de haver algumas documentações que provem a titularidade da terra, não são todos os moradores que as possuem, considerando-se que a lógica jurídica formal, pouco se aplica nas relações campestres, a concepção cultural construída através da convivência coletiva na comunidade, ainda é a “palavra”. A troca ou venda da titularidade da terra, muitas vezes, é baseada em um código ético e moral, na confiança da palavra. A honra é algo que vale muito mais que um contrato para alguns moradores, ou seja, se alguém prometeu algo ou fechou um acordo verbal, aquilo tem tanto peso, quanto quaisquer palavras em papel teriam. Ou seja,

nesse contexto, se por ventura, uma transação não tiver a legalidade, no mínimo terá a legitimidade. Para além do fator, dos títulos há o uso comum da área da chapada, servindo aos interesses coletivos.

Obviamente, esses acordos tácitos, trazem algumas complicações jurídicas, como a comprovação perante as entidades legais da posse da terra, sendo justamente esse fator que, a maioria das vezes, grileiros e expropriadores se valem para usurpar propriedades familiares e *territórios tradicionais*. Mas, é a partir da concepção de ocupação secular, que comprove que aquele *habitat*, possui não só um povoamento, mas também uma identidade, que se pode contestar tais ações e inclusive requerer as titularidades da terra, tornando-a, legítima e legal. Há todo um arcabouço jurídico que propicia o amparo legal para tais ações. Mas, os caminhos são árduos, é necessário conhecimento dos direitos assegurados, mobilização coletiva, unidade e organização política, apoio das entidades representativas e parceiras, acesso ao sistema de justiça e aos órgãos administrativos (...).

Como apresentando no Laudo Etnográfico (2022), apesar das poucas informações antes contidas sobre a espacialidade da comunidade de Gameleira, em 1980, houve um registro formal pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro (DSG/Brasil) que demonstra já a constatação do povoamento.

Mapa 02 – Localização da fazenda Gameleira, pela cartografia do exército brasileiro em 1980



Fonte: CARVALHO, Julia Leticia F. de. Fonte: arquivo LATESE, 2021

Contudo, há outras formas de comprovar o marco temporal de um povoamento, como podemos constatar, durante as incursões realizadas no perímetro do território, seja pelos

túmulos lá encontrados ou a datação de suas construções e roçados. A tipologia arquitetônica tem como base a terra e a madeira como construção, oriundos de uma técnica milenar que é o tijolo de adobo e a madeira utilizada, geralmente oriunda do pequizeiro ou bacurizeiro, ambas plantas essenciais para a permanências dos povos cerradeiros, mas que hoje estão em grave processo extinção, devido ao avanço da monocultura. A autoconstrução²² é o principal marco nos desenvolvimentos das comunidades tradicionais ao exemplo de Gameleira, elas são produtos da mão de obra coletiva e tem usufruto dos insumos encontrados na natureza que os circunda. As imagens a seguir, demonstram alguns materiais utilizados para a construção domiciliar ou dos alpendres²³, a estocagem desses materiais como podem ser vistos, também serve para a manutenção de suas edificações.

Imagem 05 – Forma de adobo e tijolos de adobe armazenados no alpendre



Fonte: Acervo pessoal

²² Método construtivo idealizado e realizado de forma empírica, podendo ser gerido de maneira familiar ou comunitária, segundo Oliveira (2006), a autoconstrução era estranhamente um mecanismo de acumulação primitiva, pois a casa construída daquela forma não se transformava em capital.

²³ Onde há a prática dos ofícios, como exemplo a casa de farinha.

Imagem 06 – Telha de coxa²⁴ preservada de uma antiga cobertura



Fonte: Acervo pessoal

As fundações das primeiras casas localizadas ainda podem ser vistas, como a preservação de uma das moradas mais antigas de Gameleira, sendo ela de José Jardimino, que apesar de não haver moradores, continua sendo preservada pelos descendentes, a fim de mostrar sua perseverança e a sua história. A preservação e manutenção, mesmo que apenas de resquícios do que foi o lar, de seus ancestrais, demonstra o sentimento de pertencimento que a comunidade possui com sua história e consecutivamente com seu *território*. As casas dos moradores/as, além de guardar suas características originais, ainda possuem, ambientação com móveis típicos das comunidades campesinas presentes no cerrado, resguarda, não apenas a história de Gameleira, mas a história de perseverança das comunidades que habitam nas zonas rurais. O conjunto de imagens a seguir, são os registros, que particularmente considero, como um museu histórico, da comunidade tradicional de Gameleira.

²⁴ Telha de coxa, comumente usados no período colonial, para confecção de telhas para casarios, no qual usavam como molde a coxa dos escravos, possuindo assim um formato mais irregular, após isso, iam para a queima. Contudo, nas comunidades tradicionais, era comum as coxas a serem utilizadas, serem as dos próprios moradores ou de artesões que possuíam olarias.

Imagem 07 – Casa do José Jardimino



Fonte: LATESE e LIDA 2022

Próximo a casa ancestral, pode-se observar a presença dos resquícios de um moinho a tração animal, usado para moer grãos e para extração do xarope da cana, matéria prima da cachaça e rapadura, segundo relatos dos descendentes de Jardimino.

Imagem 08 – Interior da casa do José Jardimino



Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 09 – Móvel feito por José Jardimino e máquina de costura utilizada por sua esposa



Fonte: LATESE e LIDA 2022

Outro marcador presente no *território*, é com ancestralidade, o vínculo sagrado entre os que já partiram e os que ficaram para perpetuar a história da Comunidade Gameleira. Um dos principais marcos que caracterizam o assentamento ancestral é a existência dos cemitérios, onde a presença dos túmulos, demarca a fixação humana no território. É possível olhar diversos espaços sagrados, utilizados coletivamente pela comunidade, nas cerimônias fúnebres de seus entes. No total sendo quatro, dos quais possuem inclusive a presença do túmulo do fundador de Gameleira e seus descendentes. Contudo esses espaços, estão ameaçados, pelo continuo avanço dos campos de soja. Outra relevância dos cemitérios, é a demarcação dos caminhos e dos pontos limítrofes, usados pela comunidade, para mapeamento da região, como visto no mapa a seguir.

Mapa 03 – Localização dos cemitérios, dos marcos limítrofes da comunidade e dos centros urbanos do Município de Brejo – MA e de Milagres - MA



Fonte: LATESE e LIDA 2022

Um dos primeiros moradores a ser sepultado no cemitério de Gameleira, foi justamente seu fundador, Jardimino. Reconhecido pela comunidade, não apenas como fundador, mas alguém de grande relevância na construção da identidade e territorialidade de Gameleira.

A religiosidade, é outro fator de relevância significativa enquanto vínculo com o *território* onde seus moradores(as) habitam, para além do seu modo de produção e subsistência. Em Gameleira as principais manifestações religiosas, presentes em sua espacialidade, estão vinculadas às igrejas católica e protestante e o culto aos mortos. O culto aos mortos acontece anualmente, onde é realizada uma procissão, para homenagear os entes queridos que já partiram, sai ao entardecer indo até o amanhecer, percorrendo os quatro cemitérios utilizados pelos moradores, sendo um no território e três fora do perímetro da comunidade. Essa cerimônia é uma forma também de unir pessoas, que já não moram mais na comunidade, mas retornam, para participarem do evento, aproveitando para visitar parentes, e fortalecer os vínculos familiares, como visto nas imagens a seguir.

Imagem 10 – Procissão aos mortos realizados pela comunidade tradicional de Gameleira no dia 2 de novembro de 2022. A cruz na segunda imagem é o local onde o Jardimino foi enterrado



Fonte: Acervo Pessoal

Vale ressaltar, que alguns dos cemitérios, estão localizados fora do perímetro da Comunidade Gameleira, e não são usados exclusivamente pela comunidade, mas por outras que a circundam, ampliando os vínculos ancestral, para além do seu *território*. Segundo o Laudo elaborado, a localização dos assentamentos dos cemitérios demonstra a versatilidade de percepção que a comunidade possui sobre a sua territorialidade, apontando assim duas hipóteses:

[...]a) dos processos de regularização fundiária na região, muitas vezes não acompanhadas pelos órgãos públicos responsáveis por tais questões, que resultam em aquisições irregulares de terra e, consequentemente, na redução do território de algumas comunidades que ocupam aquele território a mais de um século e meio; b) que há uma certa complexidade nas formas como as comunidades tradicionais ocupam seus territórios e compartilham áreas de uso comum, tanto no sentido ecológico/ambiental, quanto nas questões mais socioculturais, que é o caso do compartilhamento de locais fúnebres. (FURTADO, BURNETT, FERREIRA, OLIVEIRA, SOUSA, MUNIZ, 2022, p.32).

Dessa forma, os laços construídos, dentro e fora do limite territorial de Gameleira, demonstra que o vínculo socioafetivo se difere dos encontrados dentro das zonas urbanas. Os vínculos familiares são um fator crucial para a manutenção dessa relação afetiva, já que devido à proximidade das comunidades, a exemplo da Comunidade Macacos dos Vitos, a uma

interação, que configuram as relações de parentesco, podendo alguns moradores/as, saírem, da Comunidade de Gameleira enquanto, outros/as podem mudar-se para o povoado em questão. Essas relações, a maioria das vezes, são condicionadas pela lógica patriarcal, onde a mulher acaba mudando-se, para o local onde a família do esposo habita.

Outro fator, que estimula a interação, laços identitários e solidários, entre as comunidades da região, é luta, considerando que os problemas vividos pela Comunidade Gameleira, não são isolados, apresentam-se em outros *territórios*, aponta o Livro da FETAEMA²⁵, demonstrando o processo jurídico²⁶ da comunidade de Ingá, pertencente também ao município de Brejo – MA, sofrendo com o avanço do campo de soja em seu território, segundo o Livro:

A Comunidade Ingá, localizada na zona rural de Brejo, é formada por aproximadamente 25 famílias de trabalhadores rurais que vivem de forma tradicional há mais de 100 anos neste território. Em 23 de junho de 2021, um sojicultor iniciou o bloqueio da estrada de acesso que liga o Povoado Ingá à sede municipal de Brejo, com uso de maquinário pesado, para plantio de soja. Aludida estrada é utilizada pelos moradores há mais de 70 anos. As ações do sojicultor são de extrema truculência contra os trabalhadores rurais da região e recentemente o mesmo foi denunciado pelo Ministério Público Estadual por formação de milícia e ameaças contra os moradores da comunidade Gameleira, também em Brejo-MA. Além disso, a comunidade denúncia que o sojicultor faz uso de agrotóxico como arma química para expulsar as famílias da terra. Tais fatos foram devidamente registrados em delegacia, conforme boletins de ocorrência. Ocorre que até o dia 31 de dezembro de 2021, nenhuma investigação estava em curso sobre os fatos no âmbito da Delegacia de Polícia Civil de Brejo. (CABRAL, 2021, p.65)

Logo, os vínculos estabelecidos entre povoados, é o sinônimo de resistência, onde para além das lutas contra o agronegócio e o latifúndio, são troados e preservados saberes ancestrais.

A iminente secularidade, dessas duas comunidades, Gameleira e Ingá, sobrepõe-se ao surgimento do campo de soja, logo, sua relação com o ambiente que os circunda é mais profunda e complexa do que se pode mensurar, embora tenhamos nos empenhando para tal. Durante a pesquisa, conversando com os moradores, é fácil identificar a presença de locais que são acessados e utilizados, pela comunidade, que vão para além dos limites oficiais do perímetro

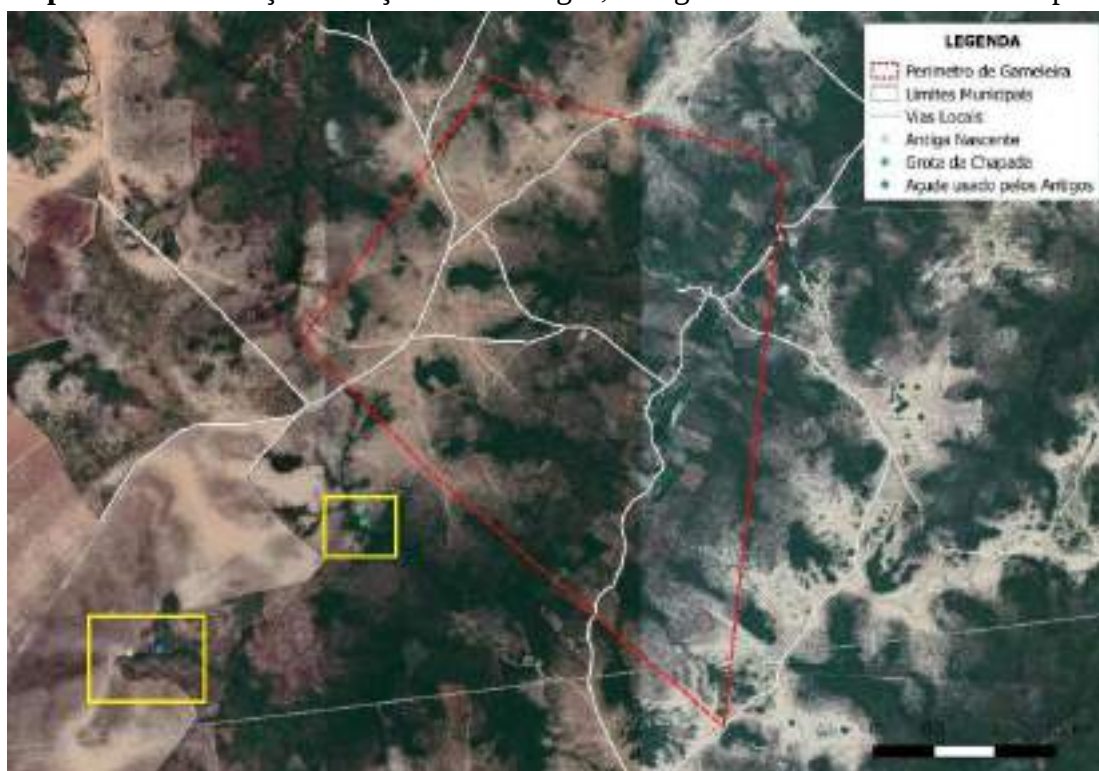
²⁵ A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão-FETAEMA é uma associação de classe de segundo grau, democrática e autônoma, sem finalidade lucrativa, fundada em 02 de abril de 1972, com sede na cidade de São José de Ribamar e voltada para a defesa dos Direitos e interesses individuais e coletivos dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiros, posseiros(as), assentados(as), acampados(as), de todo o Estado do Maranhão. (CABRAL, p.19, 2021).

²⁶ Processo referente a comunidade de Ingá: Categoria social: Comunidade tradicional Área (ha): 300 hectares N° de famílias: 100 Processo judicial: Não há Processo administrativo: S/I Coordenação da Fetaema: Coordenação Baixo Parnaíba Mesorregião do Maranhão: Leste Maranhense Microrregião do Maranhão: Chapadinha (CABRAL, p.65, 2021).

Comunidade de Gameleira, demonstrando assim, a abrangência de sua *territorialidade*. Um dos exemplos, presente na memória do povoado é a “antiga nascente” e o “açude dos antigos”. Importantes cursos hídricos, utilizados pela comunidade em tempos de estiagem. Serviam não apenas para consumo próprio como também dos animais, que criavam na chapada, como bois, cavalos, bodes, dentre outros. Essas fontes, são partes do ecossistema, suporte para biodiversidade do cerrado, os cerradeiros, a fauna e a flora. Infelizmente esses locais, devido ao avanço da soja, encontram-se contaminados e interditados para uso, em decorrência da pulverização de agrotóxico e o uso da cal para adubo, que acabaram por infectar suas águas.

O mapa e as imagens a seguir, demonstram o perímetro da comunidade, tracejado em vermelho, e a demarcação nas poligonais em amarelo, localiza no mapa: o açude dos “antigos”, a antiga nascente e a grota da chapada.

Mapa 04 – Localização do Açude dos Antigos, Antiga Nascente e a Grota da Chapada



Fonte: LATESE e LIDA 2022

Imagem 11 – Equipe no Açude dos Antigos



Fonte: LATESE e LIDA 2022

Imagem 12 – Localização da Grota da Chapada soterrada pelo sojicultor para o plantio da soja



Fonte: LATESE e LIDA 2022

Apesar das constantes investidas contra o bioma local, o aterro da grota da chapada, expressa a resistência dos cursos naturais das águas da chapada, visto que, pela força da chuva o caminho é reaberto todo ano, segundo os nativos. O Aterro da Grota é um talvegue²⁷ natural, que serve como escoamento das águas pluviais da chapada, as direcionando aos baixões. Sua

²⁷ Depressão no solo (fundo de vale) resultante do curso de águas pluviais ou nascentes.

relevância para o ecossistema local e preservação do modo de vida da comunidade, se deve ao fato dela alimentar os alagadiços e os braços de rios que intersectam a comunidade, suprimindo a demanda hídrica dos moradores e alimentando a fauna e flora local. Contudo, devido ao aterro realizado pelo sojeiro, apesar dos caminhos serem reabertos nos períodos de chuva, seu curso acaba por mudar, levando essa água para outros locais, além do fato da contaminação do solo, atingir a comunidade nos períodos de chuva.

Contudo, nem sempre a relação da comunidade de Gameleira com a agroindústria foi de hostilidade. Segundo o Laudo, é a partir dos anos 80, que o povoado começa a estabelecer relações com os empreendimentos localizados em suas proximidades. A MARGUSA, Maranhão Gusa S/A, incorporadora que trabalhava com a fabricação de carvão vegetal e a Comercial e Agrícola Paineiras, foram as primeiras empresas a estabelecerem uma relação com Gameleira. Os moradores/as relataram, que a relação da empresa com a comunidade era pacífica e respeitosa, de tal forma que parte do *território*, de uso comum da Comunidade de Gameleira, foi doada pela empresa para criação de uma área de amortecimento. Contudo, o “Gaúcho”, ao comprar as terras pertencentes a Paineiras, acabou por desrespeitar o acordo entre a comunidade e a antiga empresa. Segundo os antigos moradores, o próprio sojeiro, havia concordado em não utilizar, os 200hec cedidos em acordo verbal.

Diante da realidade de um novo proprietário, tendo por finalidade, protegerem seu *território*, das constantes ameaças, de invasão do campo de soja, a Comunidade Gameleira, em ação conjunta, contrata a empresa Metrus Engenharia, que possui sede em Brejo – MA, para levantamento cartográfico da área de uso comum da comunidade, para fins de regulamentação, gerando os documentos que vemos a seguir.

Imagem 13 – Documentos gerados pela empresa Metrus Engenharia da demarcação do perímetro da área de uso comum da comunidade de Gameleira



Fonte: Documento anexado no Processo judicial: 0800737-48.2021.8.10.0076 (Vara Agrária)

Consta no documento, as terras de herança dos moradores de Gameleira e seus respectivos nomes, as terras de uso comum, e seus confrontantes, que no total tem 389,7017Ha com um perímetro de 8.696,049 metros.

Configurando mais um instrumento probatório, que confirma a ancestralidade de Gameleira e legitima seu direito ao *território*. Contudo pela lógica hegemônica capitalista, a legalidade advém de um “papel” que comprove a titularidade da terra, mesmo que esse título, tenha sido adquirido de maneira escusa e inapropriada. A ausência de documentos que atestem o vínculo legal com o *território*, é um dos maiores problemas que se apresenta hoje nas áreas rurais maranhenses. Embora haja um arcabouço jurídico, pertinente aos PCT, as Comunidades Campesinas e rurais e correlatas, o acesso à justiça, contraditoriamente e extremamente excludente.

1.3 A disposição espacial comunitária como mecanismo de organização política

Neste subtópico, discorreremos sobre a ocupação socioespacial, para fins de moradia e trabalho, e enquanto instrumento de organização política da Comunidade Gameleira, como forma de resistência e existência.

A organização política, enquanto comunidade tradicional e campesina, está diretamente e estrategicamente ligada a forma que ocupam e se relacionam com a terra. É sobre esse fato, com base nas suas próprias narrativas, que trataremos.

[...]o surgimento destes movimentos sociais e os processos de territorialização que lhes são correspondentes. Atribuo ênfase nestes mencionados processos às denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. (ALMEIDA, 2004, p.9)

Há, no imaginário coletivo, a ideia que camponeses e PCT, são desprovidos de capacidade organizativa, em especial no que tange a organização política. E neste caso em específico, entende-se por organização política, as ações estratégicas desenvolvidas como formas de autoproteção do grupo, dos indivíduos e do meio em que vivem, ou seja; o espaço *territorial* e sua *territorialidade*.

O estigma, construído e perpetuado historicamente, do campesino ignorante, que “fala errado”, que está ligado a crenças místicas, que trabalha a terra de forma rudimentar, visto como sinônimo de atraso, em contraponto como sujeito urbano midiático, o agro tecnológico, e o Estado elitista, representado símbolos de modernidade, e um dos substratos que sustenta a;

discriminação, a falta de políticas públicas e efetivação de direitos, a invisibilidade, e principalmente conflitos de diversas ordens nas áreas rurais.

Os *territórios* rurais, tem um acúmulo de demandas históricas, que impactam no seu desenvolvimento pleno e sustentável e que chegam à contemporaneidade agravando problemas que urgem por solução, mas que veem sendo preteridos, ignorados, distorcidos e manipulados inclusive e principalmente pelo próprio Estado, segundo SÓDRE, ALMEIDA, SOUSA, SOUZA, JÚNIOR (2019) é nessa perspectiva, que a participação do Estado para a configuração do campo brasileiro nos mostra as disparidades entre a priorização da agricultura empresarial que objetiva a exportação de produtos e um segundo segmento supostamente destinado a receber políticas compensatórias, a agricultura familiar. Tal fato, não é de causar nenhum estranhamento dado às características intrínsecas do Estado, que apesar das facetas que pode assumir, ainda é sumariamente de caráter capitalista.

A ausência de políticas públicas, de ações estratégicas, que considere as especificidades e o protagonismo das comunidades camponesas e PCT, além de não trazerem soluções, agrava ainda mais os problemas, que são diversos; grilagem de terras, contaminação por agrotóxicos, ausência de equipamentos que supra as necessidades básicas da população, como hospitais e escolas, falta de emprego, cultura e lazer para a juventude, populações atingidas por barragens e mineração, desmatamento por madeireiros, contaminação das nascentes, falta de estrutura para escoar a produção, assistência técnica, pesquisas que impulsionem a produção de orgânicos, da agricultura familiar e de subsistência, invasão dos territórios, falta de titularidade etc.

[...]a estrutura do campo maranhense não foge às atenuações da formação socioeconômica e cultural do restante do país. Assim, o Maranhão desde sua época colonial possui em seu trajeto grande alinhamento à demanda externa por produtos agrícolas, tendo destaque no cenário nacional e internacional, mas historicamente, o estado conviveu/convive com as disputas por terras, onde poucos concentram a grande quantidade de terras objetivando a agroexportação e muitos lutam por uma pequena parcela de terra para exercer suas atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, ou seja, viver em seu território e preservando sua identidade histórica. (SÓDRE, ALMEIDA, SOUSA, SOUZA, JÚNIOR, 2019, p.603)

Sustentado no estigma da passividade, inércia, e incompetência, que recai sobre a classe trabalhadora rural e camponesa, há uma expectativa que os problemas do campo irão ser resolvidos por agentes externos urbanos ou pela classe trabalhadora urbana. Essa ideia atravessou a história da luta de classes, tendo sido impulsionada pela expansão da industrialização ainda no século XXVIII, que fomentou também a organização dos trabalhadores urbanos.

A história mostra, porém, que os trabalhadores rurais, o campesinato, sempre buscou formas de organização de luta, se rebelando contra o sistema dominante. *Eric Wolf, em Guerras Campesinas do século XX* aponta a importância decisiva do campesinato em guerras e revoluções mundiais, em diversos períodos históricos; a revolução cubana, a revolução chinesa, a independência de Guiné-Bissau, da Argélia, revolução da Nicarágua, a revolução mexicana (...). Wolf mostra que, contrariando o estereótipo do campesino; apolítico, atrasado, inerte a sua realidade, foram, e segue sendo, politicamente ativos, e suas estratégias e ações são decisivas em relevantes eventos históricos que mudaram a configuração do mundo.

Em se tratando dos modos de organização campesina, dois fatores são essenciais; a *cultura organizacional colaborativa* e o *modo com o se relacionam com seus territórios*. Estes são, a bem da verdade, condição intrínseca a sua existência enquanto sujeitos ligados a terra de forma ancestral e seguem guiando-os em sua organização política, como forma de se contraporem a um sistema historicamente massacrante e desagregador, que coloca em risco, seus *territórios*, vários ecossistemas e suas próprias existências.

Mesmo sem que tenham essa concepção clara, na organização campesina, cada pessoa (enquanto ser social) está vinculada ao grupo e ao espaço em que está inserida, em uma simbiose sincrônica. Ou seja, os indivíduos, neste caso, fazem parte do ecossistema.

A *organização colaborativa*, está sustentada em crenças e valores comuns ao grupo onde cada sujeito, dentro da sua individualidade, é fundamental no processo de construção de estratégias coletivas, com diversidade de opiniões. Na coletividade, as opiniões diferentes não precisam, necessariamente, serem opiniões divergentes, e mesmo quando assim forem, há de se considerar o que é mais adequado para a maioria.

Segundo Andrade (1999), os povos e comunidades tradicionais possuem uma organização sociopolítica própria, baseada em suas tradições, valores e formas de governança. Essa organização é muitas vezes coletiva e participativa, envolvendo a tomada de decisões de forma consensual e a valorização da sabedoria ancestral.

A organização sociopolítica das comunidades tradicionais está intrinsecamente ligada ao seu território. O território é considerado não apenas como um espaço físico, mas como um elemento fundamental para a reprodução cultural, social e econômica dessas comunidades. A relação com o território influencia diretamente a forma como essas comunidades se organizam e se relacionam com o meio ambiente.

O seu *ethos* também está relacionada à sua autonomia e autodeterminação. Essas comunidades têm o direito de se autodefinir e de exercer controle sobre seus territórios e

recursos naturais, de acordo com suas próprias tradições e práticas culturais. Isso envolve o reconhecimento e respeito às formas de governança e sistemas de justiça próprios dessas comunidades.

Sua existência também pode ser entendida como uma forma de resistência e luta por direitos. Muitas vezes, essas comunidades enfrentam desafios e ameaças, como a perda de território, a degradação ambiental e a violação de seus direitos. Nesse contexto, a organização sociopolítica se torna uma ferramenta importante para a defesa de seus interesses e para a busca de justiça social.

É fundamental que as reflexões sobre a organização sociopolítica das comunidades tradicionais considerem a diversidade e a pluralidade dessas comunidades. Cada comunidade possui suas próprias especificidades e formas de organização, que devem ser respeitadas e valorizadas. É importante evitar generalizações e estereótipos, buscando compreender a complexidade e a riqueza dessas organizações.

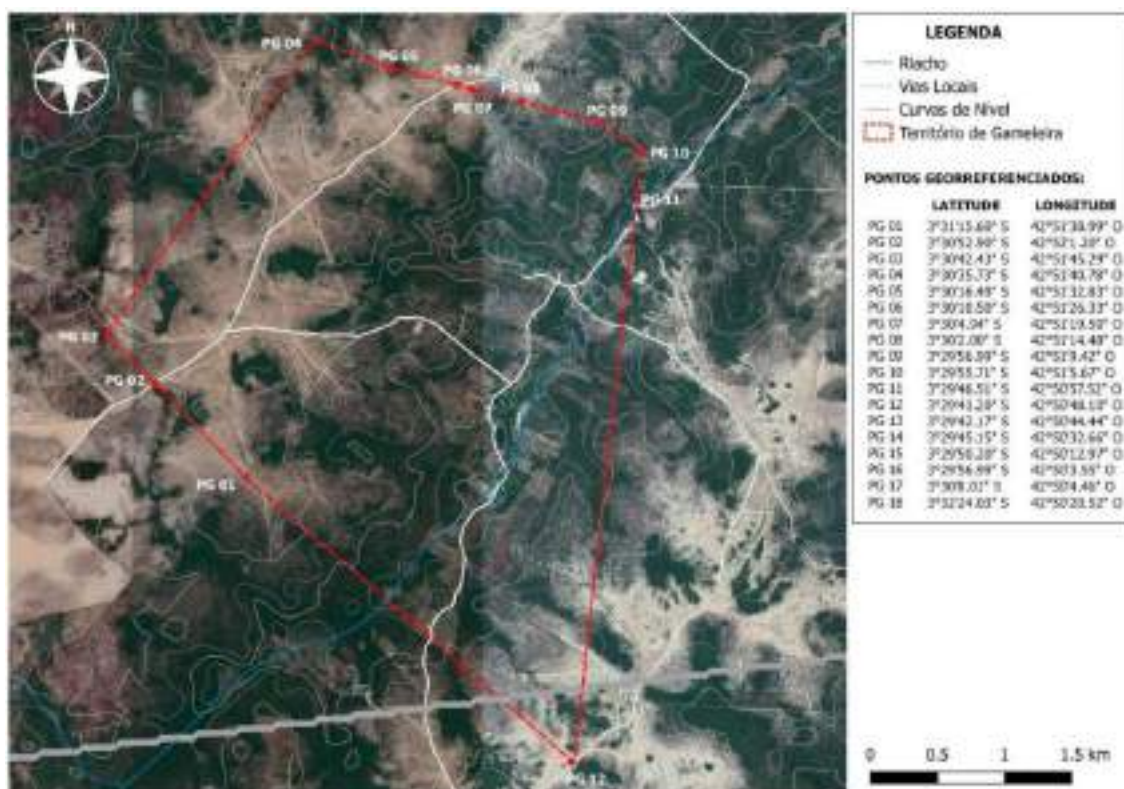
Nas organizações camponesas, também existem divergências, no entanto, não há de se comparar as contraposições internas, da mesma classe, no caso, a Comunidade Tradicional de Gameleira, com a contraposição de forças externas, o agronegócio.

Esse fato evidencia-se, ao analisarmos a realidade a partir das entrevistas e interações em campo, onde foi possível identificar, que algumas pessoas dentro da comunidade, tinham visões divergentes do pensamento da maioria, por motivos diversos: descaso com o ocorrido, medo de perderem suas terras, falta de informação, intimidação pelas ameaças, e o principal, descrença na justiça e nos agentes governamentais, para o intermediar o conflito. Porém, as pessoas que se abstiveram de participar das atividades ou delas discordaram, não intervieram de forma a prejudicarem o andamento das ações, alguns até aderiram posteriormente.

Quanto a logística de ocupação, Gameleira segue a lógica de melhor disposição espacial do solo, ou seja, organiza-se de forma a facilitar, o acesso aos corpos d'água e trilhas que interligam a cidade a outros povoados. Gameleira está a 26 quilômetros do Município de Brejo-MA e a 54 quilômetros da sede do município de Milagres do Maranhão. O perímetro do *território* foi traçado junto com a comunidade, através da demarcação de 12 pontos georreferenciados. A equipe que elaborou o Laudo, percorreu a distância com carro traçado e a pé, contatando que a comunidade possui 1.029ha de terras, ou seja, 13.492 metros, como apresentando no mapa logo a seguir.

Em sua localização, a comunidade limita-se a noroeste com o povoado Veado Branco, a nordeste com o povoado Macaco dos Damião, a sudeste com os povoados Tabocas e Macacos e a sudoeste com o povoado Macaco dos Faveiras. O acesso à comunidade de Gameleira pode ser feito por dois trajetos: utilizando a Br-222 no sentido Chapadinha-Brejo e em seguida utilizando vias vicinais internas aos campos de soja que cujo acesso está às margens da rodovia federal; (2) saindo da sede de Brejo rumo ao município de Santa Quitéria pela MA-, utilizando uma estrada vicinal na altura do bairro Zé Gomes. Por essa via atravessamos o povoado Tabocas e outros. (FURTADO, BURNETT, FERREIRA, OLIVEIRA, SOUSA, MUNIZ, 2022, p.36)

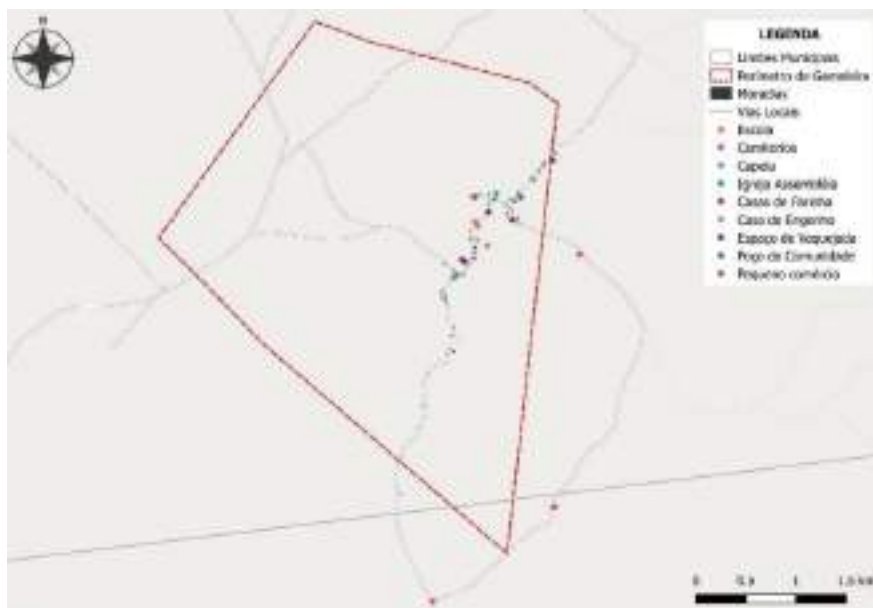
Mapa 05 – Perímetro da comunidade de Gameleira georreferenciada por intermédio dos locais. Em azul afluente do rio Buriti



Fonte: LATESE e LIDA 2022

O primeiro assentamento da comunidade tradicional de Gameleira, como vimos nos tópicos acima, foi realizado pelo Jardimino, em um local de difícil acesso, devido a esse fator a comunidade batizou-o de “Escondido”, considerando o primeiro marco da comunidade, a partir do qual foi se expandindo linearmente, como vemos no mapa a seguir, onde está demonstrado o assentamento comunitário, demarcando os equipamentos comunitários existentes, como: Vias, escola, cemitério (presente dentro do perímetro da comunidade), igreja da Assembleia de Deus, casas de farinha, casas de engenho, espaço de vaquejada, poço da comunidade e o pequeno comércio.

Mapa 06 – Perímetro da comunidade de Gameleira georreferenciada por intermédio dos locais. Em azul afluente do rio Buriti



Fonte: LATESE e LIDA 2022

A disposição espacial dos *territórios* e a forma como as comunidades nele se estabelecem e organizam, não deixa de ser um “instrumento” fundamental, na resistência e luta pela preservação do *território*. A organização, sociopolítica da comunidade, com base na espacialidade esta eivada de conhecimentos ancestralmente construídos. Conhecimentos e experiências, que possibilitam que eles experienciem o espaço *território*, como espaço de expressão, portanto de resistência as várias, formas de dominação.

Pensar as formas de resistências, para além das guerras e revoluções, ou seja, das ações de resistência que demandem violência, é atentar-se para a resistência cotidiana e “silenciosa”, onde as próprias práticas diárias, desaceleram, dirimem ou mesmo impossibilitam o avanço de forças contrárias a suas existências plenas e a de seus *territórios*.

No caso específico da Comunidade Gameleira, observa-se que o espaço *território* está concebido de forma que a segurança existencial dos moradores e moradoras seja preservada ao máximo. Principalmente diante da ameaça dos avanços dos campos de soja. Mas é perceptível também a preocupação com o bioma, com a preservação dos elementos do ecossistema. Dessa forma, buscam ocupar e utilizar o *território*, nas ações de subsistência, com o mínimo impacto possível, preservando, por exemplo, as nascentes, as áreas de flora nativa, não utilizando agrotóxicos, praticando a cultura integrada. Essa lógica, baseadas em práticas ecológicas, é que asseguram a viabilidade de uma coexistência entre o ser humano e o cerrado,

com o mínimo de degradação, garantindo através dos seus recursos suas subsistências, como vemos no Laudo Etnográfico:

Existem duas principais características que expressam a lógica ecológica das famílias de Gameleira:

a) um sentido coletivo com regras próprias de como os recursos do cerrado podem e devem ser utilizados. Tal sentido se viu ameaçado pela expansão dos campos de soja no entorno da comunidade. Se a comunidade visse com familiaridade a expansão do agronegócio em seu território, muito provavelmente já teriam vendido suas terras ou abandonado o território. Mas há resistência.

b) uma razão preservacionista atrelada a um senso coletivo, que orienta a forma como as famílias da comunidade utiliza os recursos de fauna, flora, hídrico e agrário do território. (FURTADO, BURNETT, FERREIRA, OLIVEIRA, SOUSA, MUNIZ, 2022, p.56)

O planejamento da comunidade em torno, da disposição espacial que ocupam e das suas ações, considerando toda uma lógica de preservação e baixo impacto no ecossistema/bioma, deixa evidente a diferença de perceptivas que norteiam a relação do campesinato com o bioma e a forma como os sojicultores concebem suas práticas e vivências enquanto ruralistas. A Comunidade Gameleira, vive de acordo com o bioma, adequando suas necessidades a este, enquanto os sojicultores tentam “adequar” o bioma as suas “necessidades”. Vejamos:

Para as famílias de Gameleira, existem sentidos outros de como a terra é pensada. As áreas de cultivo, as áreas de chapada (sua fauna e flora), os nascedouros e córregos de água, as áreas de brejo que concentram juçarais e buritizais etc. não são pensadas de uma perspectiva exploratória com finalidades a gerar receitas monetário-financeiras para a comunidade. Há um princípio ecológico outro, que destoa da razão sustentável hegemônica característica do capitalismo. (FURTADO, BURNETT, FERREIRA, OLIVEIRA, SOUSA, MUNIZ, 2022, p.60)

Tendo em contraposição a ideologia do sojicultores “(...) o agronegócio e seus agentes são peças de um mecanismo muito mais amplo que se instituiu enquanto ordem hegemônica e via de mão única das realizações humanas, o modo de produção capitalista, a quem tudo e todos são vistos como mercadoria”, inclusive principalmente a terra. (FURTADO, BURNETT, FERREIRA, OLIVEIRA, SOUSA, MUNIZ, 2022, p.36)

1.4 O modo de vida da comunidade Gameleira: uma estratégia de luta contra a hegemonia capitalista

A partir da compreensão do modo de vida da Comunidade Gameleira, podemos identificar as características que a qualifica enquanto PCT, e como seu *ethos* manifesta-se com um contraponto em relação a sociedade hegemônica capitalista, evidenciando sua relevância, não apenas para a preservação de um modo de vida secular, mas principalmente na preservação

do bioma que já vem sistematicamente sofrendo danos com os avanços do cultivo predatório do agronegócio, mas especificamente a sojicultura.

Com isso, esse subtópico tem por objetivo, indicar, caracterizar e quantificar dados, da produção agrícola familiar, dados censitários, tipologia construtiva, religiosidade, cultura da Comunidade Gameleira.

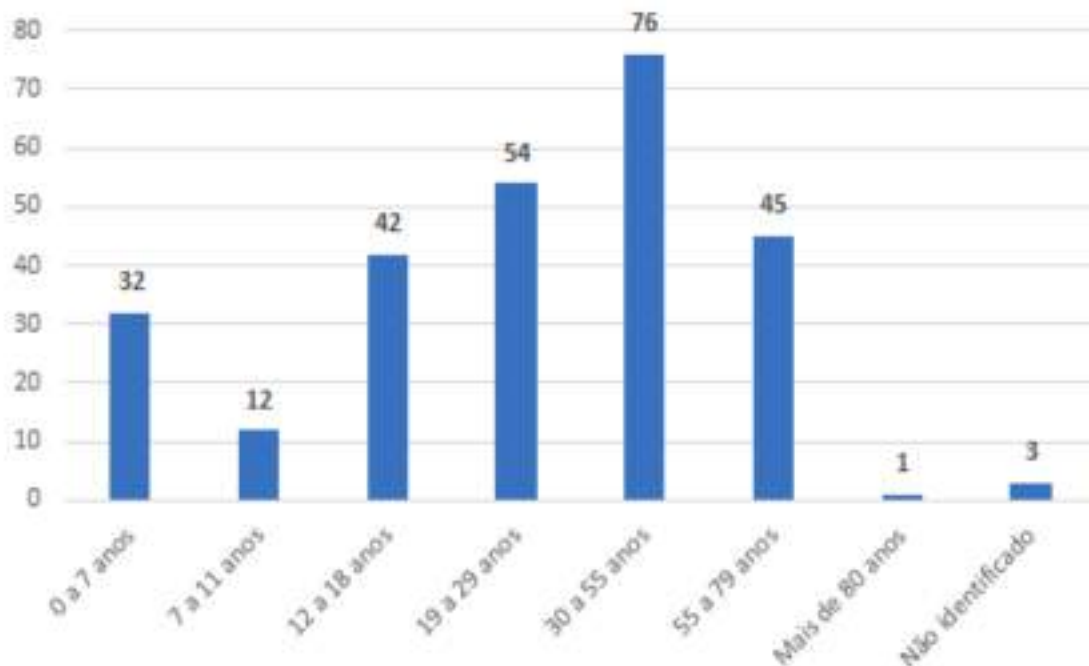
Esses dados levantados, foram realizados através de visitas técnicas em corroboração com os grupos de pesquisa LIDA e LATESE da Universidade Estadual do Maranhão, para o desenvolvimento de um Laudo Etnográfico como proposta e mapeamento, caracterização e identificação de Gameleira.

Através de entrevistas realizadas e o cadastramento das diversas famílias que ali habitam, durante as expedições feitas ao povoado, conseguiu-se, não apenas relatar a ancestralidade ali vivida, mas também constituir um dado censitário, que demonstra que, o povoado de Gameleira existe, está vivo e ativo e vivendo atualmente em conflito, gerado pela expansão da sojicultura.

Foram identificadas 80 famílias que habitam o povoado, sendo grande parte delas descendentes do ramo familiar do senhor Jardimino, fundador do Povoado Gameleira, segundo o entrevistado, José de Sousa Carvalho. Outras famílias são oriundas de povoados próximos da região.

Das 80 famílias entrevistadas, cerca 57 pessoas, confirmaram sua ligação parental, reforçando a construção familiar da comunidade, e remetendo a trajetória de aproximadamente, 150 anos atrás.

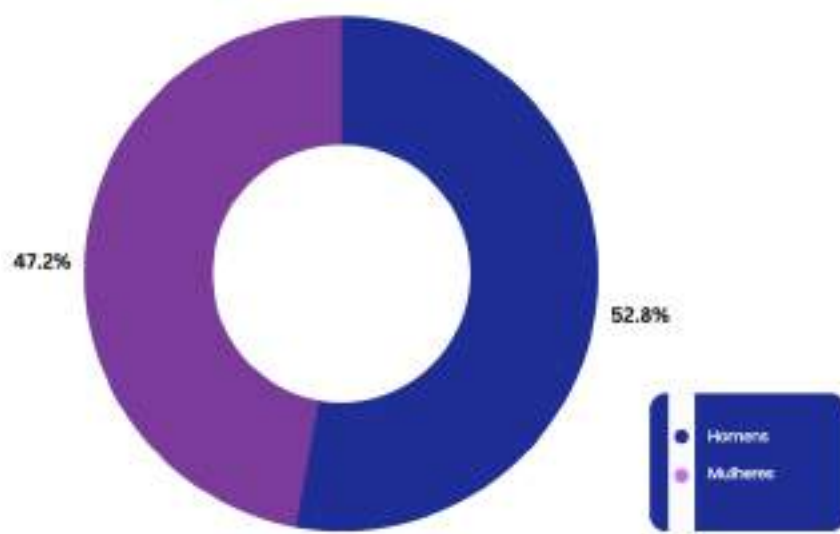
Gameleira é composta por uma população de 265 pessoas, segundo dados levantados pela equipe LATESE e LIDA, da qual fiz parte, sendo 44 crianças, 42 adolescentes e jovens, 130 adultos e 46 idosos, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Levantamento censitário da comunidade de Gameleira

Fonte: LATESE e LIDA 2022

Quantitativamente, há um maior número de moradores/moradoras na faixa etária de 30 a 55 anos, sendo 28,7% da população. Esse dado é prova substancial que a população é estável, havendo um equilíbrio entre a população jovem e idosa.

Já em relação a gênero, os dados apontam uma presença maior de homens, em detrimento as mulheres, eles ocupando um percentual de 52,8%. As mulheres, representando 47,2% são responsáveis, pelos trabalhos domésticos, educação das crianças, e em alguns casos, participam da colheita e extrativismo, mais especificamente, na coleta e beneficiamento do côco babaçu, representando grande importância na economia doméstica, considerando que com elas produzem o azeite de babaçu e o carvão, usados para consumo próprio e venda. Já os homens são responsáveis pelas lavouras, construção e manutenção do lar e a venda ou escambo dos insumos produzidos.

Gráfico 02 – Quantitativo com relação ao gênero auto identificado

Fonte: Acervo Pessoal

A cada visita realizada, no decorrer da pesquisa, ficava mais evidente o vínculo dos moradores e moradoras com o *território*. Na questão da moradia por exemplo, os materiais encontrados no bioma em que estão inseridos, é muito empregado nas tipologias construtivas, enfatizando a vertente ecológica e simbiótica que a comunidade possui com a natureza que a circunda.

A maioria das casas possuem, aproximadamente 110 metros quadrados de área construída, normalmente divididas em 5 ou mais cômodos, sendo eles: sala, quarto, cozinha (a grande maioria externa), quarto principal, varanda e banheiro. O fato de a cozinha ser externa, deve-se muito a forma de utilização dada a ela, pois apesar, da maioria das casas, possuírem gás de cozinha, devido ao preço elevado, e o difícil acesso, muitas famílias utilizam o carvão de babaçu (feito na própria casa).

Quanto aos banheiros, como a maioria das casas não possui encanação, possibilitando o banheiro convencional com fossa, usam sentinas²⁸ que ficam na parte externa, da casa.

Em termos de materiais construtivos, embora, como dito anteriormente, a utilização de materiais nativos seja extensamente empregada, já há presença de construções com tijolos convencionais cerâmicos de 6 furos, representando 16% das moradias, 77% de tijolo de adobe autoproduzido (alguns expostos, o que possibilita ver o material utilizado para sua confecção),

²⁸ Banheiro seco comumente usados em áreas que não possuem esgotamento sanitário, optando assim por utilizar serragem ou cal, como forração.

e 7% confeccionadas em outros materiais, sendo muitas delas de taipa-de-mão. Outra técnica predominante são os pisos de cimento queimado (bastante utilizados nos projetos arquitetônicos urbanos atuais), e piso de barro batido. Já a cobertura possui duas modalidades sendo, a maioria, representando 96% de telha cerâmica. Em alguns casos, normalmente as casas mais antigas, soa encontradas as telhas de “coxa” (terminologia empregada para designar as telhas que usavam as coxas como formas, que depois eram cozidas em fornos de barro, técnica predominante do período escravista), há ainda o telhado em palha, utilizando de palha de buriti e telhas de fibrocimento que representam cerca de 4%.

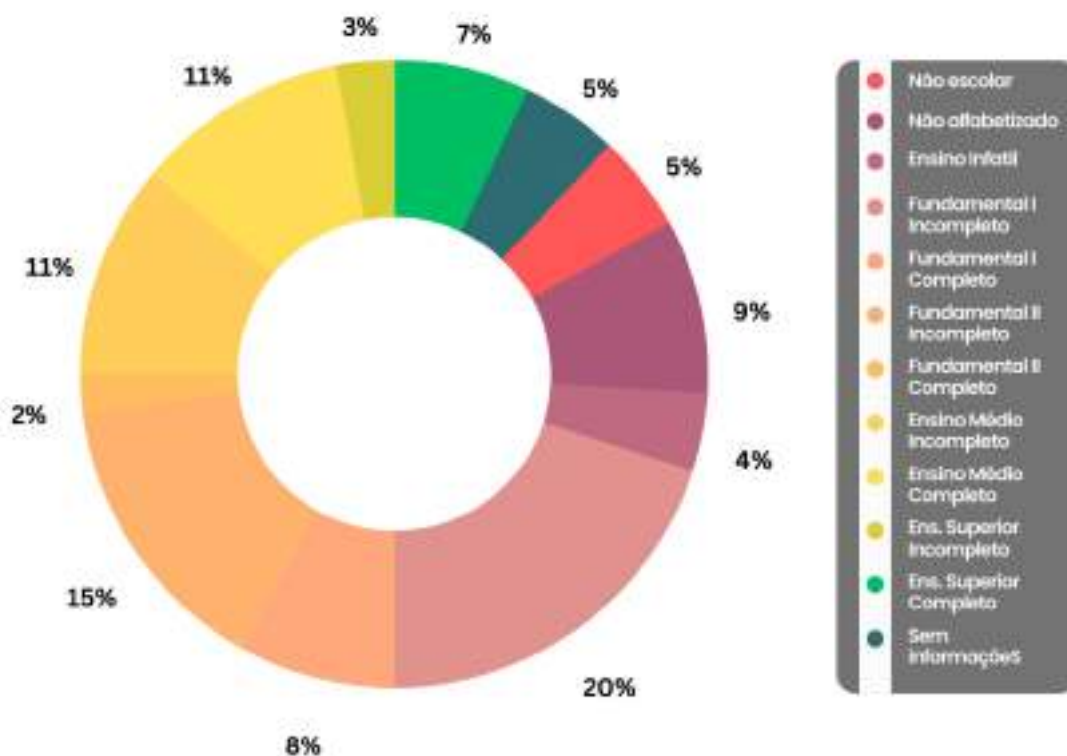
No sistema construtivo, segundo informações dos moradores, ainda é utilizado, por algumas famílias, o método cooperativo de ajuda mútua, seja na edificação de moradas ou locais para execução de ofício, como a casa de farinha, localizadas dentro do próprio lote, ou na área de plantio. Nos serviços de manutenção das casas, muitos moradores, também utilizam o mesmo sistema, perpetuando assim os saberes para os mais jovens, para que futuramente, se necessário, eles mesmos possam, construir ou reparar suas casas. Quanto aos métodos e materiais construtivos, ainda podemos identificar vestígios de técnicas, oriundas dos saberes negros e indígenas, a exemplo das coberturas de palha, do uso da taipa²⁹, da amarração com cipós etc.

No quesito educação em Gameleira, identificou-se que, além dos saberes empíricos tradicionais, passados pelos mais velhos, há também o saber formal, instituído pelo MEC, ou seja, há, dentro do território, presença de uma escola de ensino básico, sendo as professoras, todas mulheres, e o diretor, um homem, residentes na própria comunidade.

Quanto à escolaridade dos moradores/moradoras, 53 pessoas possuem Ensino Fundamental I completo; 39 com o fundamental II Incompleto; 6 pessoas com Fundamental II completo; 29 pessoas com ensino médio incompleto e 29 com ensino médio completo e por 18 com ensino superior completo. Em relação às crianças apenas 13, ainda não possuíam idade suficiente para frequentar a escola. Como vemos no gráfico a seguir.

²⁹ Taipa de mão é um processo construtivo secular, onde utiliza de estruturas de madeira em montantes e tiras como travamento para recepção do barro moldado com a mão.

Gráfico 03 – Nível de escolaridade da comunidade de Gameleira



Fonte: Acervo Pessoal

A vertente religiosa da comunidade de gameleira é plural, identificou-se duas vertentes cristãs, sendo: a Igreja Católica com 52% de adeptos, 43% vinculados a igreja protestante, 3% não souberam responder e 2% não informaram.

Imagem 14 – capela da comunidade de Gameleira



Fonte: arquivo LATESE e LIDA

Imagem 15 – Igreja Assembleia de Deus, localizada na região do Escondido



Fonte: arquivo LATESE e LIDA

Gameleira, como a maioria das comunidades tradicionais, não possui rede de saneamento, ou seja, não possui uma infraestrutura de esgotamento sanitário ou sistema de abastecimento de água e/ou coleta de lixo. O destino do lixo é responsabilidade das famílias, não havendo coleta por parte dos órgãos competentes, sendo 97% queimado, 2% jogam nos arredores (jogado no mato) e 1% enterrado. Como não há esgotamento sanitário, 68% dos banheiros residenciais possuem fossas, 20% dos moradores usam sentinas (no fundo das residências), 10% fazem as necessidades na mata, 2% não responderam. Já o abastecimento de água acontece de forma regular encanada, através de um poço central, localizado nos mapas acima, levando 88% da comunidade a possuir água encanada e os 12% restantes a terem, poços artesianos individuais ou poços cacimbões. Quanto a iluminação, esta não existe nos espaços públicos da comunidade, há, porém, distribuição de energia elétrica para as residências, com medidores para aferir o consumo.

Ao considerarmos Gameleira como comunidade tradicional, um aspecto importante a ser mensurado, são os seus meios de produção, em especial a agricultura de subsistência, das quais destacamos como predominante: arroz, milho, mandioca (utilizada na produção de farinha), feijão, cana de açúcar (para produção da cachaça e rapadura) dentre outros.

O aprovisionamento, ou seja, a guarda dos grãos servem tanto para o consumo ao longo do ano, como para a venda, reservando-se um percentual, onde são selecionados os melhores grãos para o plantio da safra subsequente.

A sistema de plantio de gameleira, tem como característica o método tradicional de: corte-queima-pousio. Etapas, que respeitam a condições naturais do clima, como os períodos de seca, para a queima do roçado e de chuva, para o plantio. Todo o processo de preparação do solo é feito em 2-3 meses possibilitando o replantio. No mês de setembro começa o preparo do solo, com a capina do mato mais baixo, após aproximadamente um mês efetuam a derrubada do mato mais grosso com o machado, em seguida efetuam a queima (controlada) da terra. Com as chuvas, que se intensificam no final do mês de dezembro para o mês de janeiro, é o momento propício para a realização do plantio, já que não há necessidade da rega. Cada tipo vegetativo vai ter um intervalo e plantio diferenciados, dependendo da quantidade de água necessária para sua produção e o tempo de crescimento. Utilização ainda o método rotativo, plantando em áreas alternadas, para que haja a devida recuperação do solo. Infelizmente, com a redução das áreas agricultáveis, em virtude da expansão da sojicultura, essa técnica, tão necessária a manutenção do bioma e principalmente, da subsistência das famílias, tem sido cada vez mais difícil.

Muitos roçados de Gameleira são realizados nos baixões, próximos às várzeas dos rios, para que haja uma constante abundância de água, como o arroz, o feijão e em alguns casos a mandioca. Como na foto abaixo, na qual apareço registrando a colheita do feijão para ser consumido no almoço.

Imagem 16 – Registro da colheita de feijão feita ao lado da residência



Fonte: arquivo LATESE e LIDA

Cada cultura demanda um tempo específico de manejo que deve ser respeitado, um dos moradores explicou-me que: “*cada um tem sua ciência*”, considere isso de uma sabedoria profunda. Assim, cada um tem tempo de plantar e de colher: maxixe e quiabo (50 a 60 dias), abóbora (cinquenta dias), melancia (três meses), fava (seis meses), feijão (dois a três meses), milho (quatro a seis meses), milho transgênico (quarenta e cinco dias), arroz (cinco a seis meses), arroz ligeiro (quatro a cinco meses), cana-de-açúcar (doze meses), maniva crioula (um ano e seis meses), maniva da baixa (seis meses).

Os baixões, regiões mais alagadiças, ficam próximas ou dentro dos roçados das famílias de Gameleira, já que sua implantação começou pelo Escondido, ele sendo no baixo. O plantio no baixo traz um conjunto de vantagens que é a semeadora da roça quase o ano todo, pois, mesmo na seca, por ser uma região que naturalmente há um acúmulo de água, propiciando solo, úmido quase o ano inteiro, o que facilita o plantio das algumas culturas como abóbora e principalmente feijão e arroz.

Já os grandes roçados, comumente são feitos em locais distantes das comunidades, sendo até realizados em outros povoados, pela falta de terra boa para o plantio, ou a proximidade com o campo de soja, esses roçados são chamados de “capoeiras”³⁰ pelos nativos.

Vale ressaltar que a tradição de plantio da Comunidade +Gameleira, tem como fundamento a coexistência com o bioma circundante, o cerrado. As práticas de plantio são feitas em áreas planas, ou respeitando a declividade do terreno, do corte ou aterro, as árvores mais antigas são preservadas e as queimas, são para a tirada do excesso de vegetação rasteira e perene. Essa prática difere e muita da praticada pela agroindústria, que corrobora não só com o extermínio da fauna e flora, mas como seu plantio na corrobora com a segurança alimentar das pessoas que o circunda.

A seguir podemos ver algumas práticas de plantio apresentadas em imagens, elas sendo a colheita do arroz e do milho, dos grãos, com forte presença dentro da comunidade de Gameleira, tanto para a alimentação dos moradores, como ração para os animais de pequeno e médio porte, como galinhas, porcos e bodes. Na imagem a seguir

³⁰ Segundo Wadt (2007) a capoeira é “[...]práticas de manejo agrícola mais utilizadas pela agricultura familiar na Amazônia é caracterizada pela agricultura itinerante, também conhecida como agricultura de derruba e queima, que se baseia no cultivo agrícola por um ou dois anos, seguido de um período de pousio para o crescimento da vegetação secundária[...]” (WADT, p.81, 2007)”

podemos ver a pratica da “batida” do arroz, que tem como objetivo, separar os grãos da planta, podemos ver também nessa imagem, a pratica sendo realizada de modo coletivo, ou seja, vários grupos familiares presentes nessa colheita, onde o sistema de permuta de dia de serviço é aplicado, ou seja, rodizio nas colheitas.

Imagem 17 – Registro da colheita de arroz feita na “capoeira”



Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 18 – Registro da plantação e colheita do milho



Fonte: Acervo Pessoal

Outro cultivo forte que é presente dentro de Gameleira é a plantação de mandioca, que serve tanto para insumo próprio como para a venda. Os insumos gerados do plantio da maniva são a farinha, cultura forte presente no cerrado maranhense, servindo como suplemento alimentar de muitas famílias. Contudo, outra prática presenciada durante as visitas de campo, foi a venda da mandioca para a AMBEV³¹. Como intuito de incentivar e qualificar a produção rural de mandioca, o governo do Estado do Maranhão, junto a empresa AMBEV, fabricaram uma cerveja regional com o nome Magnífica, que tem como matéria prima, a mandioca, no período de 2021 a 2022, a empresa pagava 1 real o quilo da mandioca. Em uma das entrevistas, foi constatado que um dos produtores tinha vendido mais de 17 toneladas de mandioca para empresa, tendo assim um lucro substancial.

Apesar da iniciativa por parte do Estado, em fomentar a agricultura familiar, ter sido positiva, foi percebido a queda na produção da farinha pela comunidade, já que a retorno da venda da mandioca, para fabricação de cerveja, possuía um lucro mais alto, que a fabricação da farinha. Apesar das invenções de valores vividas dentro da comunidade, ainda é possível sim,

³¹ “A Ambev nasceu, em 1999, da união entre as centenárias **Cervejaria Brahma** e **Companhia Antarctica**. Mas a nossa história começou muito antes, quando ainda éramos duas cervejarias na década de 1880: a **Companhia Antarctica Paulista** e a **Manufatura de Cerveja Brahma & Villeger & Companhia**. A Ambev é uma empresa de capital aberto, sediada em São Paulo, mas com atrações em todo o Brasil e no continente que trabalha com a produção de cervejas, destilados dentre outros produtos” >disponível em: <https://www.ambev.com.br/sobre-ambev><

observar diversas casas de farinha dentro de Gameleira, existindo 16 dela no total. Como visto na imagem a seguir:

Imagem 19 – Registro da torra da farinha



Fonte: LATESE e LIDA, 2022

Por último, mas não menos importante é o plantio de cana de açúcar, outra cultura na comunidade, utilizada para produção de: rapadura, açúcar e a cachaça, cujo o plantio é próximo ao engenho. A venda desses produtos é realizada diretamente nos engenhos ou levados para comercialização na cidade de Brejo – MA, os produtos são também utilizados no consumo diário, nas festas do próprio povoado e nas adjacências.

Existem três engenhos dentro do perímetro da comunidade, onde ainda podemos ver todo o processo de confecção artesanal, sendo utilizado o motor apenas para retirada do xarope da cana, como vemos nas imagens a seguir:

Imagem 20 – Registro de um dos engenhos



Fonte: Acervo pessoal

Outra prática importante da comunidade, é a criação de pequenos, médios e grandes animais. A pecuária, segue a o modelo tradicional, sendo determinada pelas necessidades presentes nas comunidades, fazendo parte da cadeia que garante a segurança alimentar das famílias, muitas das quais possuem, ao fundo de seus terrenos, a criação solta de pequenos animais: como patos, galinhas, porcos, que servem como alimento no dia a dia, ou o abate é realizado nas datas comemorativas. A criação de bovinos e de caprinos, também ocorre na

Comunidade de Gameleira, sendo essa uma pratica extensiva, onde os animais são soltos para pastar na chapada.

Os impactos causados por esse tipo de criação são mínimos, considerando que a quantidade de animais presentes, não apresenta um risco a fauna e flora local. Ou seja, não há uma competição pelo acesso da comida entre os animais domésticos e silvestres. O pasto na chapada é adequado, devido a presença de brotos e outros tipos de vegetações rasteiras, abundantes na região, que servem de alimento para os animais domésticos.

Segundo os moradores, a criação de animais, além de ser importante para segurança alimentar, propicia ainda uma segurança financeira, com as vendas destes. A criação de animais de grande porte, servem para a venda em momentos de necessidade, sendo assim uma reserva de capital utilizada pelos moradores.

Contudo, assim, como a agricultura familiar, a criação, principalmente a animais, está sendo afetada pelo cercamento da área de uso comum, na chapada de Gameleira. O cercamento, apesar de ter sido realizado pela comunidade, foi realizado em detrimento das ameaças realizadas pelo sojicultor, não apenas contra a integridade física da população, mas a ameaça de abate de animais, que por ventura pastassem “em seu campo”. Segundo relatos da própria comunidade, já houve morte de animais, portanto, a necessidade do cercamento. O auto enclausuramento da comunidade, altera sua dinâmica de subsistência, agora, o plantio de cana, milho e outros tipos de culturas, antes destinados a alimentação das famílias, e venda, para completar a renda, atualmente parte é usada como ração para o gado, cavalos, bodes, jumentos, impactando diretamente na segurança alimentar e economia doméstica. Mesmo com esse esforço, houve um substancial decréscimo na quantidade de animais presente na comunidade, por falta de comida para alimentá-los. Vemos na imagem a seguir um morador, fazendo a ração para alimentação de seus animais.

Imagem 21 – Morador no processo de fabricação da ração e alimentação do gado



Fonte: Acervo Pessoal

Outro tipo de insumo de origem animal é o pescado. Por existir a presença de vários corpos hídricos no local, a pesca é uma das práticas que garantem o sustento das famílias de Gameleira, tanto homens como mulheres, possuem o hábito da pesca, seja para o consumo seja para o lazer. Segundo relatos dos antigos, havia uma maior presença e variedades de peixes no local, contudo com o passar dos anos, houve uma queda no pescado, que pode ser justificada por dois fatores: a presença de espécie invasora, que altera a água, matando os peixes, a diminuição da vazão dos afluentes, em decorrência do soterramento das grotas e nascentes pelo avanço do campo de soja e a toxidade das águas, já que a maior parte da pesca é feita nos baixos, para onde correm as águas vinda da chapada, local onde está implantado a sojicultura, altamente poluente, por conta dos agrotóxicos e calcário.

A presença de espécie invasora, nos alagadiços se deve a açudes, localizados no baixo, pertencente a um morador, descendente do Jardimilino. Ele possui um total de oito açudes (como observado nas imagens a seguir) no qual tem como principal pescado o tambaqui, que é vendido na cidade de Brejo – MA e a outros povoados. Em períodos de chuvas, a cheia dos açudes faz com que os peixes migrem para os alagadiços e córregos naturais dos baixos, disseminando a espécie para outros locais.

Segundo relatos de moradores, eles já encontram espécies de peixe, criados em cativeiros, nos alagados. Houve relatos também da presença, de camarões de água doce.

Imagem 22 – Açudes presente na comunidade de Gameleira



Fonte: Acervo Pessoal.

Imagem 23 – Alagadiço próximo ao açude



Fonte: Acervo Pessoal.

Normalmente a pesca é realizada, pelos moradores/as, com vara, anzol e linha, mas, eventualmente, fazem o uso da tarrafa, que geralmente é confeccionado pelo pescador, como observado na imagem a seguir.

Imagem 24 – Tarrafa utilizado para pesca



Fonte: LATESE e LIDA, 2022

Outra prática comum, nas comunidades tradicionais, é o extrativismo. A relação simbiótica com o cerrado, tanto na manutenção do modo de vida comunitário, quanto na proteção e resguardo da fauna e flora, qualifica as comunidades como protetoras, não apenas de saberes, mas de ecossistemas. As dificuldades encontradas no isolamento do cerrado, propiciam o cultivo de saberes que transcendem a lógica vivida nas cidades, a natureza para Comunidade Gameleira é sinônimo de vida, considerando suas vidas estão pautadas no bioma, suas moradias são construídas a partir de materiais extraídos do cerrado, os seus remédios, alimentos e outros insumos.

O extrativismo também faz parte de suas realidades. Os tipos vegetativos comumente coletos pelo/no povoado, são as palmeiras (babaçu, buriti, juçara) e as árvores frutíferas (caju, pequi e bacuri). Apesar dessas colheitas serem comumente usadas para consumo próprio, muitas famílias vendem esses produtos para complementar a renda. Segundo o Laudo Etnográfico, o babaçu tem como nome científico *Attalea speciosa*, sendo totalmente aproveitado: frutos, folhas e tronco. A atividade, da coleta ao beneficiamento, é uma atividade quase exclusivamente de mulheres.

- a) a amêndoa é retirada para a produção do azeite ou para a venda do comércio local. Pode-se ressaltar que a produção do azeite é basicamente feminina e geralmente observa-se que nas casas visitadas encontram-se as amêndoas do coco levadas ao forno de barro, que depois de assadas são socadas e fervidas até a extração do azeite.
 - b) o epicarpo, mesocarpo e endocarpo, são aproveitados para produção de carvão vegetal, utilizado nos fogões artesanais, contribuindo para economia da família.
- (FURTADO, BURNETT, FERREIRA, OLIVEIRA, SOUSA, MUNIZ, 2022, p.52)

Do babaçu derivam vários produtos: o azeite e o leite, (que serve para o consumo alimentar cotidiano, amplamente usado pela comunidade), a bora das sementes (usada como ração animal), as palhas (na arquitetura), os troncos (como adubo), a casca do coco (na confecção de carvão) A maioria das residências possuem fogareiros, utilizando assim os carvões produzidos, na própria comunidade, para o preparo das refeições diárias, diminuindo o gasto com o gás de cozinha, é possível ver nas imagens a seguir a produção do carvão e a retirada da amêndoa do coco babaçu.

Imagem 25 – Quebradeira de coco babaçu a esquerda e a direita o azeite já cozido



Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 26 – queima da casca do coco babaçu para produção do carvão na imagem a esquerda e a direita o seu uso.



Fonte: Acervo Pessoal

Outra utilidade, para o babaçu e buriti, plantas nativas, é o uso das folhas para a cobertura das casas, uma prática, que está se perdendo com o passar do tempo, utilizada hoje

em atualmente, mais nos alpendres, como visto nas imagens, da casa de engenho. Os frutos da juçara e do buriti, ambas palmeiras encontradas nos baixos, nas várzeas e rios, são usas como completo alimentar da comunidade, em específico o buriti na confecção a de doce, apesar de não ser uma pratica tão comum.

Já os pés de bacuri e pequi, sofreram com o desmatamento continuo da região da chapada, segundos os nativos, quase não há mais coleta de frutos, considerando que houve uma diminuição significativa, das arvores existentes, processo esse acelerado pela sojeiro, o que impactou a economia da comunidade, pois esses frutos, além do consumo, serviam para a venda.

A partir dos dados apresentados, que explicita o modo de vida da Comunidade Gameleira, podemos observar, que alterações significantes ocorreram em seu *território*, tanto no bioma, quanto suas existências, a partir a implantação da monocultura da soja.

É incontestável, a partir do levantamento e das análises, expostas a cima, a capacidade interventiva, direta ou indireta, que o sojicultor exerce sobre o espaço, para além de suas terras, mudando sua configuração de várias formas. Esse fato, explicita o poder que **uma pessoa**, no caso, o sojicultor, pode ter sobre as vidas e realidades de **muitas pessoas**, comunidades e ecossistemas inteiros. Esse poder emana da terra. Terra, na acepção capitalista, é poder. A mesma terra que pode ser sinônimo de vida, dependendo de como é concebida e utilizada, pode servir para destruir, desarticular, matar. Essa força política, que o agronegócio, na pessoa do sojicultor tem, o respalda nestas ações, assim como o “isenta” das responsabilidades legais, éticas e morais, pois é lido como sinônimo de modernidade e progresso, nas mídias e nos espaços de poder.

CAPÍTULO 2

A neocolonização do campo: o avanço da monocultura no leste maranhense

Este capítulo tem como objetivo analisar, a partir da construção do contexto histórico da formação do Brasil, os diversos conflitos gerados devido as “cicatrices” deixadas pelo período colonialista e como esse processo emerge, a partir de políticas desenvolvimentistas estabelecidas no estado do Maranhão no período militar.

O entendimento do processo de expansão agrícola capitalista e seu contexto global traz uma perspectiva diversa sobre as dinâmicas das relações campesinas. O processo de análise histórico econômico brasileiro, tangencia os conflitos ocorridos, não apenas em sua formação moderna e contemporânea, mas em todo o seu processo de construção, desde a chegada das primeiras caravelas ao litoral brasileiro, para fins da colonização, a época, território dos povos originários, posteriormente categorizados genericamente como índios.

A incursão violenta e pragmática de assentamento do território hoje conhecido como Brasil, está pautada desde o início, por uma lógica imperialista ocidental, enraizada fortemente nas relações de poder presentes ainda na atualidade. O processo de consolidação das capitâneas, foi o ponto crucial na expropriação e repartição do solo nacional, usurpando assim o direito dos povos originários³² aqui presentes.

Segundo Almeida (2010, p. 31), "*em toda a América havia inúmeros povos distintos que foram chamados de índios pelos europeus que aqui chegaram*", a nomenclatura **índi**, alcunha utilizado pelos portugueses, para designar os nativos, foi um termo generalista, que tinha por fim objetificar, despersonalificar, igualar os diversos povos do território invadido. Essa dinâmica, que “remove” as particularidades identitárias, das diversas etnias que habitavam o território brasileiro, no momento da sua invasão, colocando-as na condição “homogenia” de inferioridade cultural e civilizatória, que precisa ser tutelada, foi e segue sendo, o sustentáculo, não apenas da apropriação territorial que chega aos dias atuais, mas principalmente a justificativa para a consolidação e expansão de um projeto de silenciamento, isolamento e extermínio destes povos, mesmo que de forma implícita em alguns momentos da história.

Segundo o Almeida (2013, p.29) eram entre 2 a 4 milhões a taxa populacional dos povos originários, com mais de mil agrupamentos étnicos encontrados no Brasil no século XVI, superior a taxa populacional portuguesa que somava os quase 1.5 milhões de colonos. Já em

³² Entre os diversos termos utilizados para denominação deste agrupamento étnico, como: povos originários, nativos, autóctones, primitivos e tribais, neste trabalho será encunhado a categoria Povos Originários, englobando os povos nativos do Brasil.

1994, segundo a Cedi/Instituto Socioambiental a taxa já decaía para apenas 270.000 e 206 etnias. Tendo um considerável aumento em 2001 com 701.000. Isso demonstra o processo higienista da colonização, ocorrida não apenas em solo brasileiro, como nas demais Américas e na África.

Pode-se deduzir, que a princípio, a postura do colonizador, com sua visão de superioridade eurocêntrica, em generalizar os povos originários como índios, objetificando-os, denota a incapacidade de percepção da diversidade das riquezas subjetivas, étnicas e culturais, presentes no modo de vida e no território por eles invadido. Percebe-se, no entanto, que ao longo da história, essa visão simplista sobre os povos originários vem sendo questionada, inclusive com a contribuição da academia e dos movimentos sociais organizados, mas infelizmente o que prevalece ainda é a lógica mercantilista onde os valores materiais e econômicos se sobrepõem as questões sociais, culturais e humanitárias.

A Subalternidade como projeto civilizatório, foi a foi a objetificação da população nativa e a apropriação do seu território para uso da coroa portuguesa para uso da coroa portuguesa, fomentou diversos conflitos, éticos territoriais, culturais etc. na expansão do domínio europeu ocidental objetivando o que denominaram “conquista do novo mundo”. As terras invadidas, passaram por uma divisão entre duas grandes nações a época: a coroa portuguesa e a coroa espanhola, assim, no caso específico do Brasil, a territorialidade antes representa por todo um povoamento étnico, passou a ser reconhecido apenas como território colonial, fruto de um pensamento de consumo intrusivo para fins exploratórios. A desconsideração das especificidades encontradas no território brasileiro, presentes ainda na fase inicial da sua colonização pela coroa portuguesa, são preponderantes e decisivas na configuração geopolítica em que o Brasil se encontra na atualidade, mesmo com o lapso temporal decorrido.

Outro fator relevante, o desenvolvimento do modelo capitalista antes mesmo da consolidação da era moderna, que traz consigo uma concepção cartesiana e hegemônica, retomando as experiências sofridas durante o processo colonialista até a difusão das relações socioeconômicas no pós-modernismo, Quijano (2010).

Infelizmente o processo de colonização atravessou séculos, “aculturando”, despersonalizando, dizimando povos e moldando a configuração das relações estabelecidas tanto com os nativos, com a própria colônia, ou com outros países de acordo com suas necessidades e principalmente as expectativas de lucro da coroa portuguesa. Entende-se por lucro, neste caso, não apenas as questões materiais objetivas, como a extração das riquezas que

seriam monetizadas, mas também os lucros subjetivos, advindas do poder geopolítico, que poderia ser barganhado com outros países. A exploração das riquezas poderia ter duas dinâmicas: a colonização (de povoamento – que encorajava investimentos na própria colônia – ou de extração – que transferia todas as riquezas da colônia para a metrópole. Ocorre, que as dimensões geográficas e as riquezas naturais do *território*, demandavam grande quantidade de mão de obra para sua exploração, considerando que não encontrava eficácia, apenas com a escravização, da população originária e os indivíduos advindos da Europa, além de não dominarem as técnicas necessárias para atividades, principalmente agrícolas, em um país tropical, não dispunham-se a ao trabalho árduo, imbuídos por sua pseudo condição de superioridade, embora fossem em sua maioria a escória europeia, condenada ao exílio. Diante dessa realidade, intensificou-se o processo nefasto do *tráfico negreiro*, que resultou em mais de trezentos anos de escravidão no Brasil, sendo indubitavelmente, de forma direta ou indireta, diretriz para as desigualdades que permeiam a sociedade brasileira na atualidade e “organiza” nossas existências.

O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e viver e no sentimento estético do brasileiro. Por sua vez, em toda a outra costa atlântica se podem facilmente reconhecer os brasileirismos. Há comidas brasileiras na África, como há comidas africanas no Brasil. Danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de música, palavras e comportamentos sociais brasileiros insinuaram-se no dia a dia africano. [...] Com ou sem remorso, a escravidão foi o processo mais importante de nossa história. [...] O escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja a nossa origem. (COSTA E SILVA, 2003, p.76)

A presença africana, assim como a indígena, compõe uma parte densa e importante na configuração do que hoje chamados.

Analisar o processo histórico, como consequência do colonialismo escravista, estando inserido no evento/recorte racial, considerando as consequências, das violências e injustiças como um dado marcador da nossa estrutura social intrínseca, assim como todas as formas de resistência, resiliência, e ressignificação identitária diaspórica da população negra, bem como as estratégias de resistência dos povos originários, é fundamental para entendermos, entre outras coisas, como chegamos a pirâmide social atual, bem como para elaborarmos estratégias eficazes de mobilidade social e enfrentamento as desigualdades no campo e nas cidades.

A africanização do território brasileiro está estritamente ligada ao modelo econômico empregado na época, a escravidão. A diáspora africana citada por Santos (2008), é

uma realidade que chega até contemporaneidade e se não for trabalhada esse mal perdurará para as gerações futuras.

A palavra diáspora foi originalmente usada no Antigo Testamento para designar a dispersão dos judeus de Israel para o mundo. Recentemente, tem se aplicado o mesmo vocábulo, por analogia à condição judaica, aos movimentos dos povos africanos e afrodescendentes no interior do continente negro ou fora dele. A diáspora traz em si a ideia do deslocamento que pode ser forçado como na condição de escravo, ou resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais. Também pode ser uma dispersão incentivada ou espontânea de grandes massas populacionais em busca de trabalho ou melhores condições de vida. (SANTOS, 2008, p.181)

A escravização dos povos africanos, arrancados do seu continente, foi o maior movimento migratório forçado ocorrido em toda história humana segundo Santos (2008), cerca de cinco a dez milhões de africanos foram deslocados forçadamente para a Europa e as Américas, como escravos. A comercialização de tal contingente humano, não apenas enriqueceu diversas nações imperialistas, principalmente as localizadas no continente europeu, como ajudou a fundar vários países, a exemplo do Brasil.

O fluxo migratório escravista para as américas, durou do século XVI até o final do século XIX, ou seja, quase 400 anos de violência escravista, que forjou um estereótipo racial permeado de negatividade, e que se mantém até os dias atuais.

Pensemos a escravidão como fenômeno que sempre existiu em todo o mundo, atingindo diversas culturas e povos, em todos os continentes em períodos distintos ou mesmo simultâneos, pois havia troca, venda ou doações de pessoas, inclusive entre sociedades distintas (culturalmente, geograficamente). A escravidão poderia decorrer de vários fenômenos, como as guerras, onde os vencidos eram escravizados por seus oponentes, invasões de territórios, onde os povos subjugados poderiam ou não serem escravizados, como pagamento de dívidas ou mesmo presentes a representantes políticos, religiosos, ou pessoas com relevância social. Ou seja, o ser humano, em algum período histórico, nas mais diversas culturas, por motivos vários, objetificou sua própria espécie como escravos, entretanto a negritude não era a condicionante intrínseca para tal, como orbita o imaginário coletivo, em especial do brasileiro, pessoas caucasianas, asiáticas, mongóis e outros, em algum momento histórico também foram escravizadas. Porém há especificidades no processo de escravização dos povos africanos, em especial os que foram traficados para o Brasil, que o torna ainda mais; cruel, degradante, desagregador, desumano e determinante socialmente que todos os demais. Vejamos algumas particularidades que podemos pontuar; a **diversidade** de povos/etnias que foram escravizadas em um mesmo período, oriundas de um mesmo continente. Não há precedentes na história mundial, nada que se equipare a escravidão africana, nem em; **quantidade**, foram mais de 5

milhões somente para o Brasil, **temporalidade**, mais de trezentos anos ininterruptos, do fluxo escravista, ou na **forma** ostensiva de violência empregada em todo seu ciclo, nem em **objetivo**, considerando que escravidão negra foi exercida exclusivamente para gerar lucro, sendo o principal sustentáculo de sistemas econômicos de muitas nações, inclusive e principalmente do Brasil, esses números superam e muito a perseguição dos judeus durante a segunda guerra mundial, mas nós livros de história ou no convívio social, não tiveram o mesmo reconhecimento ou zelo.

Outra peculiaridade da escravidão negra africana, é a tentativa sistemática, do “**apagamento**” **identitário** dos povos/noções traficados. Havia, por parte do colonizador escravista, a necessidade dos africanos e africanas romperem todos os vínculos com suas origens inclusive e principalmente, os vínculos ancestrais. Ainda em solo africano, antes do embarque para os piores dias das suas vidas, os filhos e filhas da Mãe África passavam pelo ritual do esquecimento, como nos mostram o autor a seguir

As prisioneiras e prisioneiros que eram crianças, jovens e adultos, caminhavam longas distâncias a pé durante a noite, para que a escuridão as impedisse de encontrar o caminho de volta, caso tentassem fugir. Quando chegavam ao forte, ficavam acorrentadas (os) até que fosse realizado um leilão para saber quem seria o comprador daquelas pessoas. E antes de embarcarem, eram obrigados a dar voltas em torno do Baobá, forçados a deixar aquela terra natal e toda sua história. A ordem era para que as mulheres dessem sete voltas e os homens nove” (Instituto Fazendo História, 2021)

Para entendermos a violência que esse ritual simbolizava para os povos africanos arrancados de suas origens, é necessário entendermos a cosmovisão que os sustenta. Vejamos:

Considerada por muitos, como uma espécie de árvore da vida, a identidade social africana de alguns povos é interpretada pela ideia de que as raízes do Baobá representam os ancestrais e as memórias da comunidade, enquanto o tronco, seriam as crianças e os jovens em crescimento. Estes, por sua vez, devem estar enraizados nessa camada profunda, densa e profícua da terra, para sobreviver as variações do tempo e seguir em direção ao ápice de suas vidas. Os galhos significam o amadurecimento e quando as folhas caem, retornando ao solo para alimentar as raízes, dão continuidade a um novo ciclo que recomeça. Sendo predominante nas regiões semiáridas de Madagascar, o Baobá carrega simbolicamente uma outra visão de ser humano, que se constitui a partir do nós, ao invés do eu, como no ocidente. (Instituto Fazendo História, 2021)

O desenraizamento, que o ritual pretendia, buscava a ruptura com o sagrado, com seu *ethos* identitário, deixando-os vulneráveis ao cativo e a servidão, imposta pelo colonizador escravista.

A ressignificação de suas existências, já naquele momento era primordial, como estratégia de sobrevivência. Resilientes, buscavam formas de se contrapor ao sistema, sem

deixar-se de todo dominar. Seus corpos foram apreendidos, mas suas consciências, postaram-se para muito além da escravidão.

As estratégias escravistas, em massificar os povos africanos, no *território* colonial, destituindo-os de suas identidades, e tornando-os genericamente “negros”, tanto na categoria semântica quanto na categoria social, foi um projeto muito bem arquitetado.

Dificultar a organização dos escravizados, impedindo fugas e rebeliões era a meta. Assim, etnias com troncos linguísticos diferentes eram agrupadas dificultando a comunicação, povos rivais podiam ser vendidos juntos, as famílias eram separadas, era proibido o uso de seus adereços identitários, os cultos religiosos foram demonizados e veementemente reprimidos, bem como qualquer manifestação cultural. Os escravizados eram batizados como cristãos e seus nomes africanos eram proibidos, sendo trocados pelos nomes de “seus senhores” ou nomes genéricos.

Outra particularidade do escravismo imposto aos povos africanos foi o **estigma**. Uma das piores heranças da escravidão.

Segundo Goffman, estigma é a “situação do indivíduo que é inabilitado para a aceitação social plena”, tendo por base “(...)um atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 1982, p. 8). Ou seja, o estigma forjado nas relações sociais a partir de estereótipos, tem a maleabilidade de integrar ou segregar indivíduos ou grupos, colocando-os como protagonistas, como sujeitos ou objetos de suas histórias.

O estigma tendo esse fator inclusivo ou excludente, é um dos marcadores da estratificação na hierarquia político social. Dessa forma, o projeto de desumanização, de coisificação sistemática do povo negro, que permeia todo o processo histórico de sua construção social enquanto brasileiros e que usa seus corpos racializados, como estigma para mantê-los em condições de subalternidade atravessa séculos, sendo um marcador social de desigualdade na pós modernidade. O corpo negro que se move pelo mundo, carrega consigo o “*atributo depreciativo*” a ele imputado. Um gordo, estigmatizado pelo seu biotipo, pode emagrecer e seu estigma será extinto. Uma pessoa pobre, poderá ascender socialmente e o estigma social será suplantado, porém um negro jamais deixará de ser negro, o estigma é intrínseco a sua existência.

O entendimento das causas da fragilização de uma ou várias identidades étnicas, tendo o estigma racial como um dos fatores, é fundamental na compreensão de como as diferenças sociais estão diretamente ligadas ao construto étnico racial, principalmente em sociedades em que a africanização, via escravidão, se articulou. Dessa forma, devemos considerar que; a construção identitária oriunda do colonialismo e escravização, traz consigo o

estigma. O estigma, que fragiliza o sujeito social, coloca-o em condições de subalternidade e a subalternidade o alija dos espaços de poder e decisão. Ou seja, um povo que carrega estigmas históricos, que são convenientemente preservados, por séculos, como forma de manutenção de poder, é uma das maiores violações de direitos humanos.

A realidade ocasionada pelo tráfico negreiro, está presente ainda nos dias atuais no imaginário coletivo. Faz parte da identidade nacional e podemos afirmar que a divisão de classes no Brasil, não está baseada apenas na economia, mas é preponderantemente determinada pela questão étnica racial.

A partir da consolidação da presença de mão de obra escrava, houve o estabelecimento das tipologias econômicas primárias presentes dentro do território. A colheita de especiarias/espécies vegetativas ricas e únicas encontradas (como o pau brasil, dando origem ao nome do país), movimentou e financiou os primeiros assentamentos dos colonos, principalmente nas faixas litorâneas.

Os primeiros anos de assentamento da colônia brasileira, não renderam tantos lucros, como as colônias espanholas. Segundo Mattos e Innocentinni (2012, p.437), “o Brasil contribuía com apenas 2% de toda a economia portuguesa, enquanto a Índia sozinha era responsável por cerca de 26% da economia total.”

Devido à baixa produtividade da nova colônia, e consequentemente, déficit econômico, o interesse da coroa portuguesa em investir declina, o que retarda ainda mais o desenvolvimento populacional europeu, urbano e agrícola da colônia. A extensiva faixa de terra sem povoamento europeu, possibilitou outras coroas a buscarem as riquezas aqui encontradas, como França e Holanda.

Como maneira de refrear a perda de territórios, para outras coroas e proteger seu patrimônio, em uma estratégia política e militar, Portugal instituiu as Capitânicas Hereditárias (CHs), que cedia grandes faixas de terras para donatários, nobres ou pessoas que buscavam um lugar para investir. As CHs propiciavam privilégios econômicos, com a única responsabilidade de desenvolverem suas cidades.

Quinze capitânicas foram instaladas na colônia brasileira no período de 1534 a 1536. Não havia um sistema unificado, sendo cada donatário responsável por sua capitania, em alguns casos por mais de uma. As únicas prerrogativas era a obediência a coroa e o pagamento de tributos. Mas toda a administração das terras, a distribuição e como deveriam ser exploradas, ficava a cargo de cada donatário.

O sistema de capitânicas transformou radicalmente a disposição do território colonial, concedendo grandes porções de terras a membros seletos da nobreza, que puderam

gozar de considerável autonomia política e econômica ao longo de algumas décadas, determinando o futuro da colônia. Em especial, Duarte Coelho pôde transformar a Capitania de Pernambuco na faixa de terra mais rentável do reino durante o ciclo do açúcar, e isso só foi possível porque, como donatário, pôde administrar o uso da terra do jeito que julgava melhor, convidar portugueses interessados em construir engenhos, adquirir a mão de obra que lhe fosse conveniente e gozar de liberdade para comercializar seus produtos em todo o reino. As capitanias resultaram na condição ideal para que o ciclo do açúcar viesse a se instalar. (MATTOS E INNOCENTINI 2012, p.440)

A derrocada das CHs, aconteceu em 1821, um pouco antes da Proclamação da Independência da coroa portuguesa. As capitanias sofreram uma reformulação, passando a possuir Câmaras Municipais, distribuindo um pouco do poder político, já que quem o detinha era apenas o Governador Geral.

Quando o Brasil passa à República, já havia consolidado, após anos de subserviência e exploração da coroa portuguesa, o seu modelo econômico. As grandes riquezas geradas ao longo dos séculos pelo território, advinha da cultura da cana de açúcar, café, algodão, da exploração da mineração, da seringueira, do pau-brasil, culturas ricas no Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sudeste do País.

Apesar da diversidade de riquezas abundantemente geradas durante o processo de formação territorial e política do Brasil colônia, a situação social e econômica da população, nos pós colônia não difere muito, não avança, não há equidade de distribuição dessas riquezas, a econômica do país seguia concentrada nas mãos de uma elite, o massacre das populações indígenas e a escravidão negra seguem.

As desigualdades étnicas, e consequentemente sociais, são acirradas e evidenciadas com a abolição formal da escravidão em 1888. A escravidão, deixou marcas, que consolidadas reverberam na atualidade, como veremos no próximo capítulo.

O arcabouço histórico até aqui construído, denota que as cicatrizes geradas a partir do sangue derramado de várias etnias, indígenas e negras, a exploração indevida das riquezas naturais e a concentração dos lucros, materiais e imateriais, geradas a partir delas, nas mãos de uma elite, é uma realidade que atravessa séculos, chegando à contemporaneidade. As desigualdades que hoje vivemos foram construídas, são consequência, desde os primeiros momentos em que os colonizadores portugueses tocaram o solo habitado pelos povos originários. Os problemas decorrentes dessa realidade ainda estão presentes no campo e nas cidades. O estudo que nos propomos é um recorte dessa realidade. A comunidade Gameleira, situa no leste maranhense, impactada pelo agronegócio, mas especificamente a monocultura da soja, esta imbricada por signos dessa história e é sobre ela que trataremos.

2.1. O Estado e suas políticas desenvolvimentistas

Neste subtópico, serão aprofundadas as análises, das políticas agrárias implementadas, que corroboraram, com a aceleração da industrialização da área rural maranhense, correlacionando-a com o racismo estrutural, oriundo do antigo sistema escravista/colonial.

A formalização do **fim da escravidão** e o avanço das políticas democratas/capitalistas, reescreveram de tal forma as relações socioeconômicas, levando culturas inteiras a ressignificarem suas dinâmicas de existência; as relações de trabalho, as relações sociais e familiares, as relações geoespaciais, as relações com os ecossistema e principalmente, **acirrou e consolidou a divisão de classe e raça**.

O estímulo exacerbado da corrida para a dominação do mercado global, mostrou que a primeira fase da industrialização modernista trouxe um novo processo de produção, voltado para um mercado não apenas interno como externo, fruto da globalização. As relações econômicas entre os blocos emergentes do “novo mundo”, antes explorado pela Europa ocidental, levou a redistribuição das dinâmicas globais de poder.

Portugal antes visto, como uma grande potência imperialista, foi reduzida a um consumidor de produtos gerados por sua ex colônia, o Brasil, assim como, de outras nações, como França e Inglaterra.

Contudo, apesar da mudança clara dos blocos econômicos e de sua revolução tecnológica, a exploração predatória de outros territórios tornou-se cada vez mais acirrada, não apenas pela necessidade de obtenção da matéria prima para o desenvolvimento de produtos manufaturados, como de mão de obra barata, análoga ainda ao antigo regime escravista.

A diáspora do continente africano e o oriente médio antes movida pela necessidade de obtenção de mão de obra forçada, agora vira refém de seu próprio território. A expropriação de seus territórios, mostram que mesmo após a abolição da escravidão e a abertura de um novo modelo político-econômico, não mudou as relações étnicas entre os opressores e os oprimidos.

No contexto nacional, a revolução industrial, em relação a outros países, ocorreu de forma tardia, mas nem por isso, menos nociva. As contradições geradas a partir das novas relações de poder, seguiam reproduzindo um modelo segregacionista, presente em toda sua formação.

Após a abolição da escravidão, assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888, pressionada pelos movimentos abolicionistas, os libertos, não possuíam quaisquer direitos de cidadania. Não possuíam terras, não tinham acesso à educação, saúde, bens, nem a reparação formal pelos anos de trabalho escravo e as consequências deixadas por estes.

Contudo as políticas higienistas da época levaram o sul e sudeste do Brasil, a fornecerem terras e oportunidade para pessoas brancas, vindas da Europa, principalmente Itália e Alemanha. O embranquecimento da população brasileira, acentuou o racismo estrutural presente dentro do território e consolidou ainda mais as diferenças de classe, entre a população branca e a população negra.

Pautado nesse assentamento étnico, com base em exclusões históricas, o Brasil chega ao período militar e suas políticas desenvolvimentistas. A reindustrialização da nação afim de permitir o avanço tecnológico busca restabilizar a economia durante o militarismo, orquestrando uma das maiores empreitadas para a criação de parques industriais e a exploração de áreas ainda isoladas, como o norte do país.

A criação de eixos rodoviários e ferroviários, nunca foi tão intensa, cortando grandes extensões de terras, sem nenhum estudo antropológico que resguardasse a identidade histórica e étnica que muitas possuíam. Conflitos que remetem a época colonial foram retomados, novamente o “progresso” e o modo de vida tradicional contrapunham-se. A expansão capitalista e ditatorial, não questionava ou tentava identificar a população impactada por tal empreitada, tratando tudo como uma única máquina a ser construída, engrenagem por engrenagem, não para servir a uma nação, mas para atender aos interesses individuais e de grupos locais e globais.

A maior preocupação para além da exploração e a manutenção da agropecuária, era a exportação facilitada dos insumos aqui gerados, para o mercado externo. A facilitação do transporte bem como a criação de entrepostos ajudou a industrializar o campo.

A exemplo das empreitadas realizadas na década de 70, houve o projeto e execução da estrada de Ferro Carajás, conhecida pela sigla (EFC). Um dos grandes projetos realizados para movimentação do eixo de escoamento da produção agrícola, mas principalmente mineral, teve dois estados impactados, o Maranhão e o Pará. Com o início de suas obras em 1976, por ordem do governo federal, tinha como objetivo a ligação da serra de Carajás no Pará, até o porto da ponta da madeira em São Luís – MA, as obras portuárias tendo sido começadas apenas 6 anos após o início da obra da ferrovia.

A elaboração do projeto foi desenvolvida na época pelo Programa Grande Carajás (PGC), para o desenvolvimento da Amazônia. O roteiro estabelecido para a apropriação do

território nortenho, teve como justificativa o desenvolvimento nacionalista, parte estratégica do governo militar.

Contudo, não fica explícito, durante as argumentações do próprio Estado, quais eram os impactos socioambientais ocasionados por esse projeto progresso desenfreado.

[...] é parte do investimento massivo que o Estado, empresas nacionais e transnacionais intencionaram de forma bem articulada na Região Norte/Nordeste de expansão da fronteira agrícola, utilizando-se do discurso desenvolvimentista e nacionalista impregnado de promessas de emprego e melhores condições de vida para a população do campo e da cidade. (NASCIMENTO, 2016, p.117)

O começo da nova colonização, apoia-se em um pensamento eurocentrado, para o desenvolvimento de políticas que beneficiem grupos historicamente privilegiados, seus descendentes ou grandes conglomerados, também remanescentes dos privilégios históricos.

A exploração de minérios na Amazônia legal, levou o PGC incorporar três outros projetos, para ampliação e maximização da EFC, que segundo Nascimento (2016), seriam “projeto minero-siderúrgico; o projeto agropecuário e florestal e o projeto de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e hidrelétricas).

Segundo Faustino e Furtado (2013), no ano de 2012 a EFC, foi considerado o maior trem do mundo em operação, com cerca de três quilômetros e quatrocentos metros, com um total de 339 vagões e 247 locomotivas com 14.975 vagões no total.

O a extensão percorrida por toda a sua linha ferroviária são de impressionantes oitocentos de noventa e dois quilômetros, atravessando cerca de 27 municípios, de dezenas de pequenos povoados.

É impossível negar a importância da EFC, no desenvolvimento de umas das maiores mineradoras do mundo, a Companhia Vale- CV. Apesar do lucro massivo gerado pela construção da malha ferroviária e do porto, pouco ou nada tem sido empregado como contrapartida a sociedade, principalmente após a privatização em 1997. Necessário ressaltar ainda, os impactos socioambientais de dimensões imensuráveis, por ela causados, a exemplo do rompimento da barragem de Fundão- no Município de Mariana- MG, em 5 de novembro de 2015. “a capacidade de produção de minério dos atuais 100 milhões de toneladas ao ano, em 2010 passou para 230 milhões, em 2015”. (MERLINO, 2011, p.10).

Segundo Alves (2006) Com o investimento em infraestrutura para o escoamento de matéria prima para o mercado internacional na década de 70, o recorte na análise temporal das políticas desenvolvimentistas a partir dessa época, serve para o arcabouço teórico do entendimento dos conflitos gerados na zona rural maranhense.

O envolvimento do Estado para o desenvolvimento do capital do parque agrícola industrial, está estritamente ligado com os valores arrecados independente dos conflitos gerados. A Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária- EMAPA, teve uma participação efetiva com o desenvolvimento de pesquisas para implantação do cultivo da soja no maranhão. Já que era uma demanda exigida pelo mercado externo.

Os primeiros estudos experimentais com a soja no território maranhense foram realizados pela Secretaria de Agricultura no ano de 1971, por meio de convênio entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA) (MARANHÃO,1983). (Almeida, 2017, p.39)

Segundo Almeida (2017), a EMAPA, surgiu no ano de 1976, dois anos após sua inauguração, no ano de 1978, foi criado, dentro da EMAPA, o Centro de Pesquisa de Soja (CNPSO), que teve como objetivo verificar a qualidade da terra, bem como as condições mais favoráveis, para o plantio massivo do grão. A escolha das áreas para teste, tiveram como parâmetro as condições de clima (índice pluviométrica), qualidade do solo encontrada e a topografia existente. O Municípios escolhidos foram o de Bacabal (com o bioma dos cocais), Balsa (planalto) e Brejo (Cerrado).

Foi sugerida desse modo, a criação de dois grupos de áreas para a expansão da soja. O denominado Grupo I, com áreas no sul e sudoeste do Maranhão, incluindo as microrregiões de Imperatriz, Chapadas Sul do Maranhão e Baixo Balsas que se caracterizam pela utilização de áreas com fins puramente comerciais. E o Grupo II compreendendo as microrregiões do Baixo Parnaíba Maranhense, Mearim e Itapecuru caracterizadas pela utilização de pequenas áreas com o objetivo de propiciar alternativa de produção ao pequeno produtor, esperando-se inclusive, através de um programa de extensão rural, incluir o produto (a soja) na dieta alimentar do rurícola maranhense. (Almeida, 2017, p.40)

Dado pelo processo do neoextrativismo³³, com a descobertas de terras férteis e propicias para o plantio, e as pesquisas da EMAPA, para melhoramento dos grãos, o Estado, alegando a estagnação da economia, proporcionou benefícios para o plantio da soja, já que a mesma se adequava perfeitamente ao bioclima. Segundo Almeida (2017), os primeiros sulistas instalaram-se no sul do Maranhão, no município de Balsas, na década de 70. Os produtores chegaram através de uma empresa particular de colonização, que tinha sede em Goiás, inicialmente para o desenvolvimento da cultura de arroz, mas com o tempo, viram na soja, maior viabilidade. Segundo Pedrosa (2021)

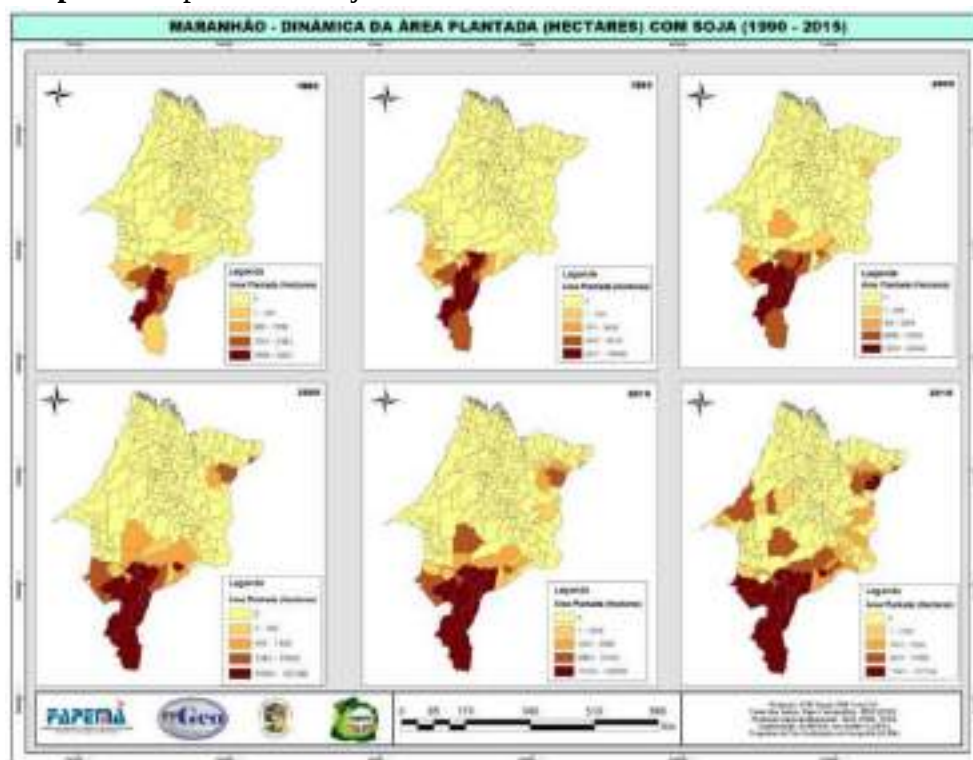
[...]chamada de “neoextrativismo”³⁵ essa nova abordagem de uso e exploração dos recursos naturais da qual foram ou são protagonistas as experiências dos governos

³³ Gudynas (2012, p.307) diz que “Enquanto o velho extrativismo visava as ‘exportações’ e o ‘mercado mundial’, os governos progressistas substituíram aquele discurso por outro que está voltado para a ‘globalização’ e a competitividade

progressistas na América Latina. É uma estratégia de gestão do agro de forma a favorecer a exploração de áreas e recursos naturais por intermédio do papel preponderante do Estado. (PEDROSA, 2021, p.195).

A chegada dos Gaúchos, termo referente aos agricultores sulistas, instalados no sul do Maranhão, para implementação do agronegócio, deu-se por intermédio da SUDENE³⁴, pelo programa de desenvolvimento regional. Contudo a expressiva monopolização agrícola só ocorre em meado dos anos 80 com a modernização da área rural maranhense, Alves (2006). Pedrosa (2021), afirma que o extrativismo das monoculturas depende do apoio do estado, para a logística de implementação e escoamento da produção, sendo baseada a partir dos “planos agrícolas”³⁵. Como mostrado no mapa abaixo, o desenvolvimento da monocultura da soja no Maranhão dos anos da década de 90 até 2015.

Mapa 7 – Expansão da Soja no Maranhão



Fonte: Almeida (2017), compilação dos dados do IBGE

³⁴ Trabalhamos para promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da área de atuação da autarquia, além de buscar a integração competitiva da base produtiva regional nas economias nacional e internacional. Disponível em: [https://www.gov.br/sudene/pt-br/acesso-a-informacao/institucional#:~:text=Seja%20bem-vindo%20\(a\),nas%20economias%20nacional%20e%20internacional](https://www.gov.br/sudene/pt-br/acesso-a-informacao/institucional#:~:text=Seja%20bem-vindo%20(a),nas%20economias%20nacional%20e%20internacional).

³⁵ Plano Safra, por exemplo, é estruturado sobre três pilares: crédito rural, apoio à comercialização e gestão de risco rural. Os dois últimos envolvem mecanismos de garantia de preços mínimos, zoneamento climático e seguro rural. O saldo total do crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) representava de 34,7% do PIB em 2007 e 47,7% em 2018, o saldo total do crédito rural, por sua vez, alcançava 78,2% do PIB agropecuário em 2007, saltando para 109,0% em 2018 (cfr. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9286/1/cc_43_nt_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20cr%C3%A9dito_rural.pdf).

A partir da década de 90 o município de Balsas, passa a produzir massivamente a soja, em decorrência do massivo investimento em pesquisa, convênios e incentivo financeiros e fiscais. Segundo Almeida (2017) “A partir de 1991, a pesquisa com a cultura da soja foi intensificada pela parceria CVDD³⁶, através da Superintendência da Estrada de Ferro Carajás.”

A partir da década de 90 são elaborados conjuntos de programas que possam a facilitar e qualificar o parque industrial agrícola no estado. A EMBRAPA, implanta um conjunto de pesquisa que norteiam as melhores condições para o desenvolvimento dos grãos para exportação.

Já no ano de 93, cria-se, através da Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays” e extensão privada, dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantis, Almeida (2017).

O programa PROCEDER III, implantado pelo Estado em Balsas-MA, teve como finalidade a colonização agrícola com assentamento de quarenta famílias, sendo 20 sulistas e as demais oriundas de outras regiões. Segundo (Alves, 2006), a administração do projeto ficou encargo da Coordenação da Cooperativa Agropecuária Batavo do Paraná, da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) e Banco do Nordeste.

O incentivo para a monocultura no estado do Maranhão, demonstra a má distribuição de recursos dentro da área rural, ocasionando mazelas, não apenas na área ambiental, mas também, o extermínio das comunidades tradicionais.

A política desenvolvimentista do Estado, iniciada na década de 70, remete a política higienista do Brasil império, que buscava o branqueamento do Brasil, através do incentivo da miscigenação. O incentivo, do descolamento, dos sulistas, para fins de implementação de monoculturas, em detrimento de políticas de investimento da agricultura familiar, aponta um processo de higienização do setor rural, que paulatinamente será substituído. Se não pelas populações, mas pela lógica do agronegócio.

Quando o próprio Estado não vislumbra as potencialidades de uma população que secularmente, sem incentivos, desenvolve suas técnicas de manejo, salvaguardando os recursos naturais e ecossistemas, gerando uma econômica circular de subsistência e contribuindo, mesmo sem o devido apoio para o desenvolvimento econômico e social local e mesmo que indiretamente global, corrobora com o acirramento das desigualdades; geoespaciais, étnicas,

³⁶ Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, atualmente Companhia Vale.

socioeconômicas, culturais etc. E principalmente como o aumento dos conflitos e a desestabilização do próprio Estado Nação.

Segundo Pedrosa (2021), a partir do ano de 2014, o Maranhão passava por um encerramento de um ciclo político vicioso, sendo esse o fim da oligarquia do sarneísmo³⁷. Depois do mandato de Vitorino Freire, a eleição de Flávio dino (PcdoB), surge, no imaginário popular, como um governo progressista, no entendimento de uma parcela da população do estado. Contudo, essa expectativa não se realiza em sua totalidade, considerando que o governo, que vendera a ideia de ser progressista, acaba por se adequar as demandas exigidas pelo capital, ou seja, a exploração da natureza para fins de implementação da agroindústria.

Embora a estratégia política adotada para vencer o grupo Sarney pudesse ser até justificável (reunir uma frente ampla de todos contra o adversário teoricamente mais forte), os dois governos de Flávio Dino demonstraram que houve uma diluição de um núcleo duro capaz de imprimir a direção política de conteúdo progressista (PEDROSA, 2021, p.197)

A oligarquia sarneísta, deixou diversas marcas no maranhão, como o coronelismo³⁸, estabelecendo um sistema hierárquico no campo, onde a relação dos grandes produtores, normalmente se sobrepõe aos direitos das comunidades tradicionais e camponesas, as mesmas dinâmicas vividas no período colonial. A partir do momento que a esquerda derruba o antigo regime, tem-se um breve momento de regozijo, com o pensamento das novas dinâmicas sociopolíticas que iriam predominar nas áreas de conflito, mas como alertado pela FETAEMA, o Maranhão em 2023 é o estado que possui a maior taxa de conflitos agrários no Brasil.

A perspectiva do fim das propostas desenvolvimentistas, (discutida no capítulo 3), e a implementação de melhores políticas públicas, que viessem a realidade das comunidades rurais e camponesas, pauta dos movimentos sociais, dissipou-se, prevalecendo poder e influência do capital, nas decisões governamentais. Segundo Pedrosa (2021) desde o primeiro governo, a participação da agricultura familiar foi reduzida a políticas compensatórias, passando ao largo do projeto de desenvolvimento adotado, de promoção e abertura de novas fronteiras agrícolas, como é o caso do cerrado no leste maranhense, palco de grandes conflitos fundiários.

³⁷ Título dado a família Sarney, que por longos anos detiveram a hegemonia política do Estado do Maranhão

³⁸ Coronelismo origina-se da criação da Guarda Nacional em 1831. Os senhores de terra recebiam a patente de capitão, tenente-coronel, major, e os chefes mais poderosos a patente de coronel” (ARRUDA ,2013, p.04). A Guarda Nacional estabeleceu a relação umbilical entre proprietários rurais e o governo, que se sujeitava aos coronéis, porque o setor agrário era o suporte básico para a sociedade brasileira à época.

Desse modo, é possível dizer que mesmo dentro da polarização política existente entre protofascismo (do campo da ultra direita neoliberal) e a esquerda progressista existe um vínculo de aliança e permanência com o agronegócio extrativista. O governo Flávio conseguiu domesticar o bolsonarismo local para seu projeto de poder por intermédio de sinalizações generosas a esse segmento produtivo. (PEDROSA, 2021, p.197)

O reflexo das políticas governamentais, salvaguardo interesses voltados ao comprimento de uma agenda econômica, classista, utilizando os aparelhos do Estado, que deveriam contemplar democraticamente os direitos de todos, mas, priorizando as populações mais vulneráveis, que vivem à margem da sociedade, opta por se torna agenciador dos monopólio, das agroindústrias, do capital, como explicita Pedrosa (2021) o ITERMA e a SEMA³⁹, as principais entidades responsáveis para proteção do meio ambiente e da territorialidade das comunidades, são fomentadores do conflito, a partir do momento que financiam administrativamente, os interesses do agronegócio.

Esses dois órgãos foram decisivos para marcar um comportamento mais geral do governo estadual em relação aos conflitos agrários. O ITERMA por sua omissão, desarticulação e até mesmo boicote da agenda dos movimentos sociais; a SEMA por sua cumplicidade na emissão de licenças ambientais sem critérios, agravando os conflitos e fortalecendo as iniciativas dos fazendeiros contra povos e comunidades tradicionais. (PEDROSA, 2021 p.199)

A emissão de licenças ambientais, pela SEMA, sem a devida inspeção e profunda análise dos impactos ambientais, legitima a apropriação de *territórios*, pelo agronegócio, que respaldados, avançam com o desmatamento sobre e biomas, expulsam e/ou encapsulam comunidades, na de Gameleira, resultando em conflito.

Apesar das diversas tentativas de boicote do debate, sobre a desarticulação governamental, em relação houve também aspectos positivos como a criação da Comissão Estadual de Prevenção à Violência do Campo e na Cidade (COECV), para análise e apuração de casos que ainda poderiam ter como solução a mediação. A Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, SEDHIPOP, outro aparato que acabou por ter sua atuação mitigada devido ao desmonte político, ainda teve algumas atuações nas zonas de conflito a exemplo de Gameleira, onde houve ainda a presença do antigo secretário, logo após a denúncia, mas como disse um dos moradores do povoado: ***“eles fizeram uma fala bonita, comeram e foram embora, sem nada ter resolvido”***. A percepção, das comunidades, sobre a falta de resolução por parte dos agentes governamentais, acaba por tirar-lhes as esperanças, como expressa um, morador, durante uma entrevista: ***“do que adianta tanta luta, nada vai mudar, nunca muda, manda quem tem dinheiro”***.

³⁹ Secretaria do Estado do Meio Ambiente.

Segundo Pedrosa (2021), O Maranhão foi recordista nos índices de violência do campo, não sendo diferente, nos dois mandatos de Flávio Dino, permanecendo estável, no atual governo, do antigo vice-governador, Brandão. A seguir uma tabela organizada por Pedrosa (2021), com as fontes os Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Tabela 01 – Rank dos conflitos do Estado do Maranhão

Ano	Conflitos	Mortes	Ranking Nacional
2014	123	5	1
2015	120	6	1
2016	180	13	1
2017	201	1	1
2018	199	0	1
2019	174	4	2
2020	203	5	2
2021	72	9	3

Fonte: Pedrosa (2021), compilação dos dados da CPT

Fica nítido o tipo de agenda que o governo do Maranhão pretende cumprir, os diferentes sabres ancestrais que permanecem vívidos no campo, estão ameaçados por não se enquadrarem no modelo hegemônico capitalista.

2.2. A legalidade e a ilegalidade como forma de legitimar o deslocamento e permanência “dos gaúchos” no leste maranhense.

A efetivação de uma economia, pautada por parte de uma concepção hegemônica econômica, faz com que o elo mais fraco dessa disputa, no caso as PCT's e Comunidades Campesinas, sofram com o desmantelamento da sua estrutural social, cultural, econômica e ambiental. Este subtópico tem como objetivo, entender como se dá o processo de ocupação intrusivo dos “Gaúchos” no Maranhão e as consequências para o meio que ocupam e os povoados que os circundam.

Na história da humanidade, o desenvolvimento humano e o seu processo de enraizamento, ou seja, o estabelecimento de residências fixas, só foi possível, graças ao domínio

da agricultura e da domesticação de animais, fossem para alimentação ou para auxílio do trabalho.

A humanidade nasceu e se desenvolveu no campo, com todas as suas dinâmicas e processos produtivos, no começo sendo estes de cunho de subsistência e posteriormente, passando para as atividades de cunho econômico. Com o avanço das tecnologias, as possibilidades para o aumento da produção levaram a criação de latifúndios, tornando a terra um produto rentável e visado.

O capitalismo, apesar de ter sua expansão nos tempos modernos, apresenta-se ainda na antiguidade, contudo, foi a partir das criações das primeiras máquinas que a sua consolidação acabou se efetivando.

Segundo Oliveira (2007), foi a partir da mecanização rural, que acabou por estabelecer um processo de desenvolvimento de produção monopolista, industrializando o campo e concentrando essa produção nas mãos de poucos, acabando por redefinir a estrutura política e socioeconômica além de acentuar conflitos.

Para Guedes (2021), o entendimento da propriedade privada é a base que sustenta a desigualdade fundiária, ela estabelece uma monetização do solo, ou seja, ela dita quem tem direito a ocupar e/ou produzir, e essa é uma das grandes problemáticas que surgem nos conflitos agrários, a disparidade e o predatismo dos grandes latifundiários que buscam monopolizar (neste caso em específico, o campo empírico deste trabalho), as terras do cerrado, já que trabalham com uma metodologia de plantio rotativo, pois a soja acaba por deteriorar o solo.

Compreender o catalizador desses conflitos e os ideais por trás deles, torna-se necessário para a compreensão do trabalho como um todo, não apenas para fins metodológicos, mas principalmente, para o entendimento da nocividade causada pela capitalização e mecanização do solo rural, que impacta, não apenas as relações sociais, mas também as econômicas e principalmente ambientais.

A submissão dos pequenos produtores e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas à lógica de mercado, estabelece uma sistematização do processo de capitalização. Da mesma forma que o capitalismo alimenta a mão dos ricos, ela tira o sustento dos pobres.

Ou seja, o camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo) e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas. Assim, muitas vezes a grande produção pode ser sinônimo de falência, em função da queda dos preços no mercado. No ponto de chegada desse processo de integração do camponês ao mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto. (OLIVEIRA, 2007, p.9)

A disparidade do poder político envolvido denota a cumplicidade do Estado, muitas vezes a sua conveniência, para os tipos de implementação de produções extensivas que corroboram com conflitos, tão marcado na zona rural brasileira.

Diante de tal realidade, a reforma agrária torna-se cada vez mais urgente, considerando que há muitas áreas improdutivas, frutos de heranças, de má distribuição de terra oriundas ainda do período colonial, de aquisições suspeitas e/ou fraudulentas, ou ainda aquelas, frutos de grilagem em processos silenciosos ou violentos e conturbados.

É importante destacar as configurações do agronegócio no Maranhão, mais especificamente na mesorregião do Leste Maranhense, identificando como a expansão desse setor econômico, cujo enfoque encontra-se no monocultivo extensivo e que tem acarretado inúmeras implicações sobre os territórios dos PCT e Comunidades Camponesas.

Isto posto, se evidenciará a existência de dois projetos dicotômicos em ação, de um lado a agenda do agronegócio com práticas abusivas de exploração desenfreada, e do outro, as práticas camponesas baseadas no uso ecológico do espaço e seus recursos. Logo, o agronegócio tem pensado a terra como mercadoria, enquanto o camponato tem vislumbrado no *território* a própria existência.

Segundo Altieri (1998), o construto do conceito agroecologia, surgiu a partir da necessidade de repensar o modo de produção rural, a fim de minimizar os impactos ocasionados pela industrialização no campo. Apesar das tentativas de serem aplicadas no setor industrial, a agricultura familiar camponesa, principalmente em comunidades tradicionais, exerce durante todo seu desenvolver histórico a colaboração natural com o meio ambiente que os circunda, já que os mesmos necessitam dos recursos naturais dispostos ao seu redor para sobreviver. E grandes partes dos insumos consumidos nas cidades são de origem da agricultura familiar camponesa, já que os grandes latifúndios trabalham apenas com o intuito de exportar seus insumos.

De acordo com Barbosa (2011), o modelo de especulação para fins de acumulação no Brasil, passou a incluir o Estado do Maranhão no rol do capital industrial a partir da segunda metade da década de 1950, como modo de disseminar o capital. No final dos anos 1960, por sua vez, instituiu um mercado ativo das terras regionais, ocasionando a transformação do contexto que se tinha, através da publicação da Lei de Terras-legislação que institucionalizou o latifúndio.

O Maranhão nos últimos trinta anos tornou-se alvo de uma quantidade significativa do modelo de capital transnacional, tendo a produção em larga escala e o mercado externo como

características essenciais para a concretização desse estado “novo”, o estado “moderno” (BARBOSA, 2011).

Assim, o interesse de notáveis grupos econômicos pelo território maranhense se destaca, passando a exercer influência nas políticas de governo. Conforme aponta Almeida (2017), os planos governamentais para a economia do estado se sustentaram no setor produtor da matéria-prima, o setor primário, isso já no início dos anos 1970.

No final dos anos de 1970 destacam-se como marco dos primeiros cultivos da soja em larga escala no estado do Maranhão, contudo, adquirem impulso somente duas décadas depois, no final do século XX, momento em que o Maranhão se consolida na produção da leguminosa avançando para as regiões do Centro e do Leste Maranhense. A expansão para esta última mesorregião iniciou-se na década de 1990, no entanto, se consolidando apenas no final da mesma década (CARNEIRO, 2008).

Convém ressaltar o crescimento do agronegócio na região em destaque anteriormente à entrada da soja. Para Carneiro (2008), a expansão pode ser percebida já na década de 1980, em virtude do plantio do eucalipto para a produção de carvão vegetal, respectivamente operacionalizados pelas empresas Comercial e Agrícola Paineiras Ltda, pertencente ao grupo Suzano, e a MARFLORA (Maranhão Reflorestadora Ltda).

O Leste Maranhense passou a ser visto com enorme potencial para a prática dessas monoculturas, com o setor do agronegócio avançando no interesse pelas terras, agindo, inúmeras vezes, através de atos ilícitos. Cabe ressaltar, que a mesorregião em destaque se configura “por seis microrregiões – Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itaipé, Codó, Caxias” (ANDRADE, 2012, p. 4).

Almeida e Júnior (2019) também destacam que no começo do século XXI a mesorregião passou a receber significativo impacto da cultura da soja, processo expansionista incentivado pela própria mobilização estatal. Por isso, segundo os autores, não se pode pensar na implantação da soja em terras maranhenses de modo desvincilhado do Estado, pois ele, através de suas políticas públicas de fomento à infraestrutura e aos benefícios financeiros, foi responsável por articular desde a origem até a expansão do plantio leguminosa.

Nessa perspectiva, nota-se o apoio massivo do Estado a uma política atrelada aos interesses externos, desconsiderando as particularidades e demandas próprias da região em destaque. O Estado, com incentivos a políticas que favorecem esse setor econômico, passa a conduzir o processo de uso irrestrito da terra para fins de satisfação do agronegócio.

Essa região acabou sendo entendida por planejadores como uma espécie de “vazio econômico a ser preenchido pela ação empresarial, enquanto as famílias camponesas e seu modo de vida peculiar [...] são alcançados por essa lógica desenvolvimentista [...]” (ANDRADE, 2012, p.6). Em razão dessa ideia de “progresso”, povoados, recursos naturais e todo um aparato de conhecimentos vão sendo afetados.

As chapadas têm sofrido a ação violenta do cultivo desregrado da soja, colocando famílias inteiras diante da impossibilidade de seguir com a tradição da criação de animais e, conseqüentemente, garantir seu sustento, fato que configura a insegurança alimentar gerada (ANDRADE, 2012).

Para o processo de reprodução da cultura sojícola é necessária uma área ampla para o seu desenvolvimento, demandando enormes proporções de terras, e nessa busca incessante por espaço, territórios inteiros vão sendo invadidos para atender a lógica da acumulação de lucro. Sobre isso, Carneiro (2008) corrobora que os camponeses serão os maiores prejudicados, tendo em vista que sem a posse do documento de comprovação da propriedade fundiária, ou quiçá, na posição de agregados, transformam-se no grupo mais vulnerável frente o processo de exploração em curso na região.

Assim, o avanço da cultura da soja nessa região tem ocasionado mudanças intensas na dinâmica local, as atividades comunitárias começam a ser afetadas por meio “do processo de cercamento das áreas consideradas como de uso comum (áreas de chapada, babaquais) cuja utilização está fortemente relacionada com as atividades do extrativismo vegetal” (CARNEIRO, 2008, p. 98).

Ademais, o agravamento da concentração fundiária, redução no número de agricultores familiares, além do aumento na área de exploração agrícola e aumento de conflitos por terra, é um retrato da expansão do agronegócio. Sem mencionar as áreas ocupadas secularmente por grupos de camponeses que serão impactadas diretamente (CARNEIRO, 2008; ALMEIDA, 2019).

Essa atividade passa a ser conduzida pelos denominados *gaúchos*, indivíduos que migram para a região passando a investir massivamente na sojicultura. Um processo migratório que aconteceu, segundo Gaspar (2013), nos fins dos anos de 1980, caracterizando-se pelo crescimento empresarial no setor da produção agrícola.

A etapa de fixação dos sojicultores não ocorreu de forma imediata ou por meio de incentivos fiscais como deu-se no sul do estado. Na dada região, o estabelecimento dos

primeiros grupos em Chapadinha teve características próprias, estando mais relacionada ao acúmulo de recursos por meio do próprio patrimônio familiar (GASPAR, 2013).

Percebe-se, nesse tipo de discurso, o predomínio centrado na visão colonialista e mercadológica voltado para uma exploração ilimitada, o qual atua basicamente no contexto econômico, servindo para ocultar os impactos sociais produzidos e desconsiderar práticas seculares de populações tradicionais, confrontando e alterando diretamente o seu modo de vida.

Dentro desse panorama, destaca-se que o termo *gaúchos* é utilizado para definir “agricultores que se deslocaram de outras regiões do país e se fixaram ou vêm se estabelecendo em municípios da *microrregião* de Chapadinha”, sendo, portanto, “identificados, localmente, como *gaúchos* e, também, se autodefinem acionando essa categoria” (GASPAR, 2013, p. 83).

Diante disso, o mesmo autor constata o processo de deslocamento para o leste do Estado vem se caracterizando de modo contraditório:

Por um lado, os chamados gaúchos chegaram a uma região que estava ocupada, há mais de um século, por um campesinato com territórios tradicionais definidos e que adotavam um regime comunal de uso dos recursos naturais baseado na associação entre a pequena produção de alimentos, a atividade criatória e o extrativismo. Diferentemente da visão que supõe a existência de terras livres para o avanço da fronteira agrícola, aqueles agentes se apropriaram de um estoque de terras, as chapadas, que há muito faziam parte de um sistema de produção nativo (GASPAR, 2010, p. 141).

A garantia de terra fácil em função do descaso do poder público em promover reformas fundiárias, foi um forte indutor para a presença desses grupos, “os *gaúchos* teriam sido instigados [...], devido à abundância e fertilidade, bem como pelo baixo valor das terras disponíveis na região e à falta de regularização fundiária, que o Estado nunca foi capaz de realizar” (VIANA, 2018 p. 114).

A concretização de projetos de reflorestamento também exerceu influência na chegada desses povos, uma vez que o estoque de terras gerado pela posse indevida na região da chapada propiciou a incorporação do território às práticas de produção graneleira. Assim, a lógica da ocupação das terras por esses projetos acabou por impactar diretamente os setores camponeses que ali habitavam (GASPAR, 2013).

Nota-se que os grandes projetos destinados à região estão meramente interessados na acumulação de capital, na qual a expansão da cultura sojícola se insere no ideário “modernizante”. Assim, as atividades predatórias sobre o uso da terra e dos recursos naturais ganham notoriedade.

A partir desse cenário, de acordo com Almeida (2017), formam-se embates entre os pequenos agricultores, os quais desenvolvem a agricultura de aprovisionamento, e os ditos grandes empreendimentos, que gozam de imensas áreas de terras públicas. Logo, o Estado assume seu papel de aparelho defensor da burguesia, despejando comunidades inteiras de suas terras, ou, simplesmente não atuando de modo firme para a efetivação das leis, que poderiam assegurar seus direitos a posse dos seus territórios.

Nesse sentido, reafirma-se a naturalização do discurso do agronegócio sendo lançado como solução a uma estrutura agrária “atrasada”, recebendo fomento de políticas governamentais de cunho liberal, de modo a priorizar projetos vinculados ao capital global, potencializando os investimentos entre a esfera governamental e privada, com relativo destaque ao setor da soja.

Por conseguinte, nefastos são os resultados dessa economia para o campesinato da região Leste Maranhense, em virtude de o modelo predador invadir áreas tradicionais com suas máquinas, pondo em xeque a condição da reprodução física e imaterial de sujeitos históricos.

Mediante os elementos apresentados, percebe-se a pertinência e necessidade em discutir o avanço do agronegócio na região em foco, visando ampliar a discussão, publicizar as informações, além de somar força na luta das comunidades que sofrem os efeitos socioeconômicos da produção de grãos.

Qualificar tal debate permite compreender as particularidades do “desenvolvimento” adotado pelo Estado, bem como a forma de organização dos territórios nos quais a lógica de existência não é a do capital, intuindo, assim, assegurar a posse e propriedade das terras a quem originariamente pertence.

De modo específico, a comunidade tradicional Gameleira, tem convivido com a ameaça da expansão dos campos de soja, frequentemente lidando com a intimidação de pistoleiros sob o comando de latifundiários, vivenciando todos os perigos que o agronegócio ocasiona.

2.3. Território e territorialidade: a quem pertence o cerrado? Uma perspectiva sobre o racismo ambiental

Neste capítulo, discorreremos sobre o papel do Estado e os mecanismos que sustentam a concepção de progresso com base no neodesenvolvimento⁴⁰, e como esse fator

⁴⁰ A estratégia neodesenvolvimentista adotada no Brasil é sustentada pela combinação de financeirização, crescimento econômico e políticas sociais compensatórias (MOTA, 2013). O termo faz referência ao paradigma desenvolvimentista que correspondeu ao período entre 1930 a 1980 no Brasil. Porém desse se difere por no

incide na atual condição em que vários territórios se encontram, impactados pelo avanço do agronegócio, em especial de monoculturas, considerando as evidências, que apontam que países que possuem suas economias sustentadas em *commodities*, acabam por potencializar o processo de degradação ambiental, destruindo ou desequilibrando biomas inteiros, a fim de produzir de forma contínua e massiva, como ocorre no Brasil e em específico na Comunidade Gameleira, nosso recorte para essa análise.

Nesta perspectiva, é primordial considerarmos a construção da narrativa histórica e identitária nacional, com recorte no processo escravista colonial, para melhor contextualização e entendimento da realidade campesina no Brasil contemporâneo e em específico, na Comunidade Gameleira.

Segundo Pacheco e Faustino (2013), o novo processo de colonialidade presente nos diversos conflitos territoriais gerados principalmente na região Norte e Nordeste do país, como no caso de Gameleira, são retratos de uma dinâmica de poder oriunda de um pensamento eurocentrado branco, que visa ainda nos dias atuais a usurpação da territorialidade étnica e cultural de povos ancestrais para a consolidação de uma produção capitalista hegemônica. Portanto nesse capítulo a construção do entendimento do significado dos conceitos de Racismo Ambiental e Ecocídio, tem por objetivo aprofundar o entendimento do conflito entre a Comunidade de Gameleira e o Gaúcho,” que se apresenta com dono do campo de Soja e as consequências ambientais, sociais, econômicas e culturais, que derivam dessa ação, e quais os impactos que geram, não apenas a comunidade Gameleira, mas em todo um bioma.

O processo civilizatório brasileiro, passou por diversas etapas, que o formatou na atual configuração, enquanto Estado Democrático. A organização da sociedade civil, representada pelos movimentos populares, sociais e classistas, muito contribuíram neste processo, sendo fundamentais para que fossem discutidas pautas e implementado um arcabouço jurídico em que suas especificidades estivessem, mesmo que minimamente, contempladas. Infelizmente a correlação de forças e interesses é extremamente desigual, e apesar de muito ter-se avançado na conquista de direitos, em especial com a promulgação da Constituição de 1988, e as leis e normativas que dela derivaram, ainda seguimos em desvantagem, frente às elites brancas. E esse fator (cenário) tem sido crucial, pautando diversas áreas do cenário nacional, inclusive e principalmente, as relativas às questões ambientais e agrárias.

contexto contemporâneo estar inserido na lógica do capitalismo neoliberal (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013)

Apesar desse arcabouço jurídico salvaguardar diversos direitos aos PCT com a lei 6.040/2007 e a convenção 169 da OIT- Organização Internacional do Trabalho, sua aplicabilidade, e, portanto, eficácia, não possui tanto êxito como esperado. A configuração representativa política nas instâncias governamentais possui baixa representatividade: de classe, étnica de gênero, e outros segmentos subalternizados politicamente, o que sustenta e agravam esse cenário.

Apesar das eleições de 2022, nos apontar a possibilidade uma nova configuração política, mais à esquerda, portanto com probabilidade de uma agenda, onde a participação popular e suas pautas sejam vislumbradas, contrapondo-se, as ideologias e ações, do governo anterior⁴¹, ainda estamos longe da equidade necessária para vivencia de um Estado Democrático, onde as desigualdades sejam dirimidas e a cidadania plena seja alcançada, mesmo com o vislumbre de uma conjuntura política, mais propensa as causas sociais, com mais diversidade e a inclusão, considerando todo o desmonte, pela gestão anterior, de políticas públicas estratégicas, que só agravaram o acúmulo histórico das desigualdades, além de outras forças políticas formais do país, a exemplo do legislativo, segue configurado por grandes bancadas, representantes de setores dominantes: os latifundiários ruralistas, evangélicos conservadores, empresários das mais diversas áreas, que se unem defendendo temas dos seus interesses, ampliando e/ou mantendo seus domínios econômicos e seus *status* sociais, sufocando, negligenciando, ou mesmo burlando, as pautas que possam, minimamente desestabiliza-los e propiciar um reordenamento social, a exemplo da Reforma Agrária e o Marco Temporal.

Observa-se, no entanto, que vários seguimentos sociais, contrapondo-se a essa lógica estrutural hegemônica, também desenvolvem estratégias políticas de organização e resistência, mobilizam-se em prol de suas pautas e daquelas que possam convergir, com seus ideários. Seguindo o exemplo anterior, da pauta rural agrária e indígena, podemos citar: o Movimento sem Terra-MST, os sindicatos e federações, as cooperativas, os coletivos, as representações de lideranças de territórios, etc. Ou seja, há ações cotidianas, individuais e/ou coletivas, dos PCT, das comunidades rurais, camponesas, Povos indígenas e afins, buscando a autoproteção de seus territórios e suas territorialidades, salvaguardando seus valores. Esses movimentos sociais e políticos, organizados ou não, movidos por interesses antagônicos, aos da

⁴¹ Governo Bolsonaro do partido PL eleito no ano de 2018 no cargo até 2022

classe dominante, configurando a materialização contemporânea do que Engels e Marx denominaram luta de classes⁴².

A invisibilidade das comunidades camponesas e tradicionais só reforça que a luta de classe ocorre em diversas instâncias, seja na rotina cotidiana desses atores, ou nos cargos de poder que deveriam representar de forma equitativa o povo brasileiro. Considerando-se a formação histórica, não há de se falar no Brasil, em luta de classe, sem se considerar as questões de raça, em especial nas dinâmicas rurais e camponesas.

Classe e raça estão intrinsicamente ligadas e são indissociáveis no Brasil. Análises sociológicas, antropológicas, econômicas, ou outras, devem considerar o fator histórico do colonialismo, da escravidão, das políticas eugenista de branqueamento, no pós-escravidão, e todo o percurso de invisibilização do papel do povo negro do país. No apagamento da contribuição, não apenas identitária, mas principalmente econômica, considerando-se que desde a época da invasão, à força de trabalho majoritariamente e negra é que sustenta a economia do país, embora as riquezas produzidas fiquem concentradas, no poder de uma minoria, majoritariamente branca ou não-negra, estabelecendo-se assim, as diferenças de classe racializada.

A ausência de políticas (públicas e/ou privadas) no qual foi concebido historicamente o Brasil, segue se manifestando em ações veladas de racismo, que permeiam todas as estruturas sociais na atualidade. Inclusive e principalmente em sua distribuição espacial populacional, que impacta diretamente o desenvolvimento sociopolítico e econômico dessas populações. Partindo do princípio que, o sul /sudeste do país, no período “pós-abolição”, receberam toda uma estrutura, política fundiária, para europeus e europeias que foram *convidados* a migrarem, se contrapondo ao norte/nordeste em que africanos e africanas, que foram *arrancados* de seus países, e escravizados, não receberam nenhum suporte, mesmo período, por parte do Estado, da igreja, ou de qualquer outro setor da sociedades, que os permitisse acesso a terras ou qualquer outro mecanismo que lhes propiciasse o autossustento. Pelo contrário, foram privados de uma série de direitos básicos, como acesso à educação, a saúde, a manifestações religiosas, culturais e principalmente a voz política.

A concessão de direitos e todo um aparato, inclusive logístico, permitiu a imigrantes brancos, que se fixaram principalmente no Sul/Sudeste do país, nos pós abolição, que progredissem economicamente. É fato, que nem todos os descendentes de europeus, estão

⁴² Para Marx e Engels, a luta de classes é um fenômeno social marcado por uma oposição de ideias entre grupos diferentes. Essas visões antagônicas podem ser observadas em diferentes esferas e muitas vezes referem-se à defesa de próprios interesses.

no topo da pirâmide social, mas se formos mapeá-la racialmente, seria perceptível o fato, que a base da pirâmide é majoritariamente composta por negros/negras e indígenas, descendentes dos povos escravizados e povos originários, e à medida que evolui para o topo, é composta por descendentes dos imigrantes europeus, e mais acima, os descendentes dos colonizadores.

É irrefutável o fato que as questões raciais históricas, seguem sendo relevantes no que concerne as desigualdades e consequentemente de classe. O que no Brasil, acabou por condenar, a grande maioria dos povos originários e afrodescendentes à marginalidade social, exclusão dos espaços de poder e decisão, acirando conflitos, nas áreas urbanas e rurais.

Nas últimas décadas, as migrações internas, tem se intensificado drasticamente, em especial do Sul/Sudeste para o Norte/Nordeste. É perceptível que a lógica, que tem dado aporte a esse fenômeno, reproduz as dinâmicas colonizadoras: tentativa de supremacia de uma cultura sobre outras, a exploração predatória, a imposição de uma lógica econômica com base apenas no capital e no lucro, a subjugação étnica. Mas, há um aspecto que é crucial, a função do Estado como subsidiador dessa “nova ordem”, consolidado seu papel histórico de representante da classe dominante.

Gameleira, enquanto PCT, situada em um estado do nordeste, pautado sua existência na cultura tradicional, tendo o bioma cerrado como seu território, embora não seja uma Comunidade Quilombola, pelo próprio regionalismo, está eivada de culturalismo étnico identitário, quer seja indígena, negro ou não brancos, em contraposição com os sulistas que se instalaram na região, em particular o Gaúcho, que tem na cultura eurocêntrica sua visão de mundo, imprimindo-a na sua relação com a terra e com a população nativa. Ou seja, a terra é meramente uma forma de gerar lucro, e para esse fim ele tem meios “modernos” que supostamente irão trazer o desenvolvimento para a região tirando-a do atraso. Os PCT/Comunidades Campesinas são, para os colonizadores modernos: atrasadas, preguiçosas, místicas, exóticas, necessitam serem tuteladas por pessoas visionárias, desbravadoras como ele: o Gaúcho, sinônimo de progresso.

A invisibilização, desvalorização, exotização ou folclorização das diversidades culturais presentes nos diferentes territórios têm sido práticas recorrentes na implementação de políticas públicas e atividades econômicas de altos impactos sociais e ambientais. A negação das identidades étnicas ou da capacidade das populações envolvidas nos conflitos de decidirem sobre o destino, gestão e usufruto dos bens ambientais, fortemente atrelados aos seus modos de vida, trabalho, tradições e práticas religiosas ancestrais, verifica-se, por exemplo, no frequente ataque às legislações nacional e internacional que versam ou incidem sobre a autodeterminação dos povos. (PACHECO, FAUSTINO, 2013, p.78).

Diante do exposto, percebe-se que o *modus operandi* do colonizador, manifesta-se em um *continuum* ao longo da história. Seguem inovando, se reciclando, empregando novas formas de opressão, para que não sejam tão evidentes.

A relação que ocorrem hoje na zona rural, entre a produção de cultivo familiar e a agroindústria é pautada na violência e no extermínio da cultura tradicional. As justificativas para tais atos, estão pautadas na disparidade de produção de bens de consumo que cada modalidade consegue gerar. De forma massiva, a sojicultor consegue extrair da terra uma maior quantidade de produtos, contudo, o produto extraído não só impacta o ambiente no qual se implanta, como economicamente beneficia apenas o produtor, já que o insumo gerado serve apenas para a exportação. Outro fator que merece destaque é que a implantação de uma única cultura. A monocultura, de qualquer espécie, gera impactos negativos de diversas ordens, não apenas e tão somente nas: economias, biomas, culturas e ethos dos indivíduos e sociedades em que são implementadas. Os impactos ocorrem para além das localidades e regionalidades, tingindo o equilíbrio: ambiental, social, cultural, econômico global, e principalmente põe em risco a segurança alimentar.

Segundo o site da EMBRAPA, o Brasil ocupa a quarta posição de maior exportador de grãos do mundo, tendo como principais produtos a soja, arroz, cevada milho e trigo. Em 2021 atingiu o recorde de 250 milhões de toneladas de produtos a serem exportados. Contraditoriamente em 2019 o Brasil voltou ao Mapa da Fome.

A soja, grande protagonista dos conflitos agrários hoje no Maranhão, produziu 131 milhões de toneladas em 2021, representando 1/3 de toda a produção mundial dando um lucro de 31 bilhões de dólares. Porém, segundo o IBGE, o Maranhão ocupa 5ª lugar, no ranque da lista de estados da federação no quesito insegurança alimentar.

Esse contrassenso que os dados nos apontam, evidenciam que a apesar da alta produtividade e rentabilidade da soja, permanece a má distribuição dos lucros: materiais (econômicos) e imateriais (o poder), advindos em geral, do agronegócio, mas em específico, da monocultura da soja no leste maranhense.

A economia de exportação, como base na sojicultura, e os grandes impactos que dela derivam, tanto no bioma local, quanto nas comunidades que são diretamente atingidas e usurpadas. De acordo com o último censo feito pelo IBGE (2017), há 5.073.324 de estabelecimentos rurais, distribuídos em uma área de 351.289.816 ha, sendo cerca de 15.105.125 de produtores. Segundo Souza (2020), existe uma concentração de renda na área rural, sendo que 1% dos produtores ficam com 50% de toda a produção nacional.

Segundo Alves e Rocha (2010), após analisados, os dados apontaram que, 0,62% do total dos ruralistas, correspondem a metade de todo o valor produzido, se contrapondo a grande maioria dos produtores que mal chegam as 2 salários mínimos de produção e as famílias que tem a produção de subsistência.

Os agrupamentos sociais rurais tradicionais ou camponeses, que possuem sua *territorialidade* baseada no convívio social e produção horizontal, tem, na origem étnica: indígena, negra ou não brancos, uma das principais características. A etnicidade está para além do biotipo, do fenótipo, e manifesta-se nas relações dinâmicas nas suas vivências, no modo como se relacionam com o território, com o bioma e com seus pares, a ocupação e organização dos espaços, bem como os modos de produção e estratégias de sobrevivência, também estão conectados com suas origens étnicas, transcendendo gerações.

Historicamente a interiorização por essas comunidades, precedia uma lógica de sobrevivência, de autoproteção, como no caso dos quilombos e o afastamento dos indígenas para territórios quase inacessíveis. Esses fatores, intensificados, alicerçados pelos estereótipos, lhes foi imputado, e a falta de políticas públicas, voltadas a estas populações, propiciou a escassez de recursos, tanto naturais quanto estruturais, que impulsionou a imigração para centros urbanos, mas grande parte permaneceu em áreas rurais mantendo, sua práxis cultural e étnica, não de forma solidificada, enrijecia, hermeticamente fechada as mudanças que a pós modernidade impõe, mas resignificando-a, readaptando-a, reestruturando toda uma lógica que lhes é cotidianamente imposta, sem contudo perderem suas origens identitárias. Desse modo, é evidente, que a lógica escravista colonial, condiciona, na atualidade os PCT's e Comunidades Camponesas, a “submissão”, a uma lógica capitalista, que é aporte dos conflitos agrários no Brasil.

Apesar de Gameleira, não possuir, traços identitários étnicos, com marcadores definidos, negros ou indígenas, considerando que sua caracterização identitária, é diversa e plura, baseando na miscigenação, não a exclui de sofrer também as consequências de um racismo estrutural enraizado. O enfrentamento da divisão de classe gerada no Brasil, tem como principal origem a divisão étnica, ou seja, uma está vinculada a outra. Entender, que o racismo não atinge só as pessoas, pelo fenótipo, é o primeiro passo para conceber medidas cabíveis e realistas para o enfrentamento da disparidade social brasileira. Segundo Pacheco e Faustino:

[...] trata-se de encarar o racismo como questão que afeta não somente as minorias, mas também quem, mesmo sem querer ou sem concordar com as premissas racistas, está situado em lugares de poder e goza de maior possibilidade de acesso ao mundo, ao poder político e à riqueza [...] (PACHECO, FAUSTINO, 2013, p.82)

Compreender que as questões, étnico racial e socioeconômica são indissociáveis, é fundamental no enfrentamento do combate à pobreza e as desigualdades em especial de classe, gênero étnica. É necessário um posicionamento político crítico, que questione os espólios e riquezas adquiridas e distribuídas no Brasil, desde a época colonial, e tudo que advém desse fato, inclusive e principalmente a ocupação dos espaços de poder, que são sustentáculos do *status quo* da classe dominante. Fazendo um recorte, para as relações que se estabelecem no campo, quer seja com o Estado, com o agronegócio, com as representações de classe ou entre os próprios camponeses, é primordial que o entendimento, as análises e as ações, sejam pautadas considerando o racismo estrutural como fenômeno intrínseco, a essa realidade, considerar que o enfrentamento ao racismo, também é enfrentamento das políticas hegemônicas e ao processo da industrialização massiva do campo.

Contudo, vale ressaltar, que outros marcadores sociais, que não, classe e raça, são sustentáculo do cenário de desigualdades e injustiças sociais presentes no campo. Nas áreas rurais, assim como nas áreas urbanas, fatores decisivos, em se tratando de desigualdades devem ser considerados. Embora não seja possível dissecá-los, em toda sua complexidade, neste trabalho, é imprescindível a interseccionalidade, dessas categorias sempre que possível, a exemplo das questões; de gênero, de geração, orientação sexual, local de origem etc.

Considerando, que nem todas as injustiças sociais presentes no campo estão atreladas apenas ao racismo, é necessário, pautar também o debate, sobre conflitos rurais e ambientais, para além do fator raça e classe, incluído, neste requisito, a Comunidade Gameleira.

Segundo Pacheco e Faustino (2013) é a xenofobia que faz com que, indivíduos do Sul/Sudeste, principalmente, mas também do Centro-Oeste, vejam, com raras exceções, os nordestinos e nortistas como “não brancos” e culturalmente inferiores. Discriminam seus modos de trabalho, suas relações com a natureza e com o território, suas conexões com a ancestralidade e com tradições, presentes em seus modos de vida. Ou seja, tudo que de alguma forma, difere da cultura sulista/sudestina, com base colonial europeia, está em uma condição de subalternidade implícita, colocando nordestinos/nortistas como inferiores, portanto passivos de intervenções, mesmo que imposta.

Embora a xenofobia, tenha também a raça como um marcador, neste caso, o fator cultural se sobrepõe, ou se destaca como condicionante discriminatório, colocando os sudestinos/sulistas como superiores, portanto, opressores, dos nortistas/nordestinos. É necessário ressaltar que essa análise, está dimensionada às relações estabelecidas entre os

Gaúchos, que migraram para o Maranhão, para implantação do agronegócio, mas especificamente, a monocultura da soja no leste do estado.

Entender o racismo, como subproduto do processo histórico colonial discriminatório, e, portanto, opressor, em que territórios de PCT e campesinas, foram submetidos, é fundamental. Aponta-nos que as questões ambientais e raciais não se dissociam, apesar de terem outros marcadores sociais e diversas condicionantes. Essa evidência se destaca, em especial quando analisamos as disparidades, no campo das desigualdades, impostas a uma parcela considerável das populações mais vulneráveis, nas quais se incluem, as que vivem em áreas rurais.

A expansão do agronegócio é a materialização dos argumentos acima expostos, onde as riquezas produzidas no campo, permanecem concentradas em um nicho reduzido e seleto de poucos, em detrimento da negligência, invisibilidade e sofrimento de muitos, onde comunidades e ecossistemas inteiros podem ser dizimados, configurando o Racismo Ambiental.

A compreensão do conceito de Racismo Ambiental, enquanto categoria, que permeia as relações estabelecidas nos espaços sociais, no caso em análise, áreas rurais, é de suma importância, tanto para o pesquisador, entender, na transversalidade, como estas se constroem e são vivenciadas na prática, quais suas implicações o que delas derivam, quanto na articulação política dos PCT e Comunidades Campesina, que buscam esse aporte como construto identitário, auto definido, como instrumento de enfrentamento a lógica capitalista.

O conceito de Racismo Ambiental- *Environmental Racism*- teve sua origem na década de 1980, quando o pensador e reverendo, líder dos direitos civis, Benjamin Franklin Chavis, emprega-o durante a luta, contra o despejo de produtos químicos em uma comunidade negra, na Carolina do Norte. O despejo de dejetos químicos, em uma majoritariamente negra e de outras etnias não brancas, mobilizou a população atingida a se contrapor ao fato, usando, dentre outras ferramentas políticas, os próprios corpos para impedir que os caminhões, entrassem no bairro para despejar os produtos. Corpos racializados foram alvos, mas também armas, escudos contra o próprio sistema. Caso semelhante ao de Gameleira, em que a população coletivamente, usou de seus corpos para impedir o avanço das máquinas e dos correntões, contra seu território.

A partir das denúncias de Chavis e divulgação de tais atos através dos meios midiáticos da época, outras denúncias foram realizadas nos Estados Unidos, com relação ao descarte de materiais tóxicos em comunidades negras ou não brancas. Segundo Pacheco e

Faustino (2013), oito estados do sul, onde $\frac{3}{4}$ dos depósitos de rejeitos estavam concentrados em bairros negros, embora eles representassem apenas 20% da população da região.

O engajamento popular e o enfretamento, através de dinâmicas combativas aos crimes ambientais com cunho racial, tomaram relevância sendo assumidos pela Comissão de Justiça Racial da Igreja de Cristo (United Church of Christ Commission for Racial Justice), dirigida por Chavis. O primeiro trabalho gerado a partir do estudo, desse movimento foi em 1987, titulado *Toxic Waste and Race in the United States of America*, descrevendo e analisando o conflito gerado pelo despejo dos rejeitos tóxicos, onde o mesmo aborda o conceito de Racismo Ambiental, no qual aponta Chavis:

Racismo ambiental é a discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis. É discriminação racial no escolher deliberadamente comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial no sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor. E discriminação racial é excluir as pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras. (CHAVIS, 1993, p.3)

Após a primeira conferência em 1991, realizada pela Comissão pela Justiça Racial, sendo ela a Conferência Nacional das Lideranças Ambientalistas de Cor, da qual participaram mais de 650 ativistas na cidade de Washington. Foram também representantes de Porto Rico, México, Havaí, Chile e das Ilhas Marshal. Com finalização do evento foi gerado um documento contendo 17 itens, que tem como objetivo endossar normas para o combate a prática do Racismo Ambiental.

[...]nós, pessoas de cor, reunidas nesta Primeira Cúpula Nacional de Lideranças Ambientalistas de Cor para iniciar a construção de um movimento nacional e internacional de todos os povos de cor para combater a degradação e proteger nossas terras e comunidades, restabelecendo assim nossa interdependência espiritual com a sacralidade da Mãe Terra; em respeito e celebração a cada uma de nossas culturas, linguagens e crenças sobre o mundo natural, e os nossos papéis em curar a nós mesmos/as; para assegurar a justiça ambiental; para promover alternativas econômicas que possam contribuir para o desenvolvimento de meios ambientalmente seguros de subsistência; e para garantir a liberdade política, econômica e cultural que foi nos negada ao longo de mais de 500 anos de colonização e opressão, resultando no envenenamento de nossas comunidades e da terra e no genocídio de nossos povos, afirma e adota estes Princípios de Justiça Ambiental: (seguem-se os 17 princípios)⁴³.

Com o engajamento da luta nos Estados Unidos, Chavis demonstrou uma preocupação com as dinâmicas econômicas desenvolvidas globalmente, em especial nos países em desenvolvimento, considerando a fragilidade, desses países, em que sistemas políticos,

⁴³ Disponível em: www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/UserFiles/17/Files/17_principios.pdf.

facilitam o acesso das indústrias adentrarem territórios étnicos, sem um estudo sobre os impactos causados nas suas áreas de implantação, fragilizando e invisibilizando ainda mais essas comunidades, que sofreram e sofrerem as mesmas agressões vivenciadas e estudadas por Chavis.

No contexto brasileiro, por se tratar de uma ex-colônia e todo o peso que isso gera na formação econômica, social e cultural do país, percebe-se que há uma fragilidade histórica sobre as comunidades campesinas e PCT, diante do avanço hegemônico capitalista da agroindústria e do agronegócio.

No Maranhão, as ocupações de terras por agricultores vindo de outros estados, em especial do Sul/Sudeste, impulsiona o avanço do ideário colonizador. Segundo Pacheco e Faustino (2013), além das origens sociais dos sujeitos antagônicos dos conflitos ambientais serem extremamente desiguais, a implementação dos projetos e políticas de desenvolvimento econômico acontece acompanhada de um processo naturalizado (às vezes sutil, porém sempre potente) de desqualificação, inferiorização e subordinação dos modos de vida locais e, conseqüentemente, da desvalorização e invisibilização das populações, sejam urbanas ou rurais.

Além das origens sociais dos sujeitos antagônicos dos conflitos ambientais serem extremamente desiguais, a implementação dos projetos e políticas de desenvolvimento econômico acontece acompanhada de um processo naturalizado (às vezes sutil, porém sempre potente) de desqualificação, inferiorização e subordinação dos modos de vida locais e, conseqüentemente, da desvalorização e invisibilização das populações, sejam urbanas ou rurais. (PACHECO, FAUSTINO, 2013, p.91)

De certa forma, não há como confirmar as ações dos grandes aglomerados empresariais ou a relação do Estado, com as políticas que flexibilizam suas instalações em áreas povoadas ou com uma densa riqueza florestal. Contudo, pela perspectiva do conflito no campo, esses que são diretamente ligadas a usurpação do território de povoaamentos ancestrais, sejam eles comunidades campesinas ou tracionais, étnicas ou não brancas, as condenando para um vazio social, tornando-as excludentes de sua própria história e da história nacional.

Contudo, é impossível negar que a precariedade do acesso às instituições públicas e as desigualdades políticas e econômicas tornam essas populações, a priori, desfavorecidas e prejudicadas pela sua histórica exclusão (ou inclusão subordinada, real ou potencial) das instâncias oficiais mais amplamente reconhecidas e legitimadas de exercício do poder. E isso, aliado às possibilidades do mercado, faz toda a diferença no momento de decidir por qual território optar. Nesses casos, não se pode negar que a condição inferiorizada dos habitantes constitui um fator que facilita a sobreposição dos interesses da iniciativa privada e do Estado desenvolvimentista. (PACHECO, FAUSTINO, 2013, p.92)

As consequências da invisibilidade gerada pela supressão desenvolvimentista do Estado em conluio com o capital empresarial, perpetua a lógica colonialista de relação das lutas

de classe e dos conflitos étnicos. A retirada das “minorias” do sistema jurídico e político é retirar o que há de mais fundamental para qualquer indivíduo, a sua cidadania. Como modo a resistir a essa exclusão e o afastamento voluntariado ou forçado ao longo dos séculos das cidades, levaram a criação de uma cultura própria, com seu próprio sistema político, econômico e social, divergindo da lógica econômica pregada pelo Estado democrático, o capitalismo.

O ideal de progresso desenvolvimentista aplicado pelo Estado Nação, significa segundo Pacheco e Faustino (2013), o agravamento da subordinação desses grupos aos modelos sociais, políticos e econômicos que marcam tradicionalmente o ideário colonizador branco, burguês e ocidental, no qual o racismo é, ao mesmo tempo, parte histórica da ideologia e o instrumento de dominação dos povos.

Logo, com a conceituação introdutória desenvolvida neste capítulo acerca do Racismo Ambiental, tem como ideal trabalhar e entender as articulações políticas dos grupos atingidos pelas lutas ambientais. Segundo Pacheco e Faustino (2013), o entendimento desse componente faz emergir na cena pública a história, os estigmas e os processos que concorrem indubitavelmente para o desfavorecimento dos atingidos nos conflitos, ao mesmo tempo que articula e mobiliza diferentes sujeitos para uma luta ambientalista que contenha em seu âmago a denúncia e o enfrentamento do racismo. O conflito gerado em Gameleira, por se tratar de um avanço latifundiário para ampliação de um campo de soja, e esse sojicultor carregar consigo, não apenas toda as heranças advindas de um ideal capitalista colonizador, sendo ele próprio um sulista, identitariamente conectado aos seus ancestrais, europeus colonizadores, tenta se sobrepor a uma comunidade ancestral não branca. A relação ambiental protecionista que a comunidade possui para com o bioma que a cerca (cerrado, baixões e a mata de cocais), a uma relação indispensável, não só por perpetuar uma cultura que vem sendo dizimada, mas, uma força imprescindível para proteção de nossos biomas.

Tratar das injustiças ambientais levando em conta o racismo é mais que ‘dirigir-se’ diretamente aos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas partindo de uma ideia de localidades isoladas e de especificidades ‘minoritárias’, ou da noção de assimilação subordinada – o que se poderia dizer das populações urbanas negra e indígena – aos poderes e instituições dominantes. Considerar o racismo na problemática das injustiças ambientais significa reconhecer a posição e a importância política desses sujeitos étnico-racial e culturalmente diversos e entender essa diversidade sem distorções alegóricas, mas como condição humana e, portanto, histórica. Romper com os essencialismos que folclorizam os atingidos, assim como politizar sua existência e as históricas negações que sobre esses contingentes recaem é, pois, um bom e promissor caminho para o enfrentamento das injustiças ambientais, posto que em boa parte é por meio dessas negações – racistas por excelência – que tais injustiças se constituem. (PACHECO, FAUSTINO, 2013, p.93).

Gameleira como povoado, possui uma lógica própria de ocupação territorial bem como o usufruto do bioma que os circunda. A idealização do assentamento ecológico, executado pelas comunidades tradicionais, também são percebidos em Gameleira, já que existe uma simbiose com seu território, seja para as construções de suas moradas, cultivo, criação de pequenos e grandes animais, medicamentos, religião, extrativismo, dentre outros.

Logo, podemos considerar, que a Comunidade Gameleira é guardiã, protegendo um bioma, que se degrada continuamente e que possui uma dificuldade de renovação, o cerrado. Segundo o IMESC (2021), a maior parte territorial de Gameleira se encontra no bioma do cerrado, possuindo um solo árido, barroso, porém com áreas férteis. Com índice pluviométrico de 1450mm e 1749mm de chuva, sendo elas nos períodos de dezembro a fevereiro e no meio do ano, propiciando o cultivo nessas duas épocas do ano, priorizando o começo e fim do ano onde se concentra a maior índice pluviométrico.

Gameleira possui um grande recurso hídrico, já que está inserida dentro da bacia do Rio Parnaíba. Dentro da comunidade, para além dos talvegues naturais criados durante o período de chuva, existem, duas afluentes que cortam Gameleira, sendo eles oriundos do rio Buriti. Contudo com o enclausuramento da comunidade pelos campos de soja, os rios ficam ameaçados de se extinguirem, devido ao desmatamento de sua mata ciliar e o envenenamento, por uso constante de agrotóxicos pelo sojicultor.

Segundo o Laudo etnográfico apresentado pelos grupos LIDA e LATESE, a ancestralidade ocupacional do território de Gameleira, tem 150 anos, desde estão a comunidade bem estabelecendo convívio fluido e horizontal com cerrado, ou seja, ao mesmo tempo que o explorava, faziam a reposição de sua flora, preservando-a. Todo os recursos usados, eram decididos de forma coletiva ou autônoma, enfrentando em um consenso a melhor forma de aproveitar toda a riqueza natural que os cercavam.

a) um sentido coletivo com regras próprias de como os recursos do cerrado podem e devem ser utilizados. Tal sentido se viu ameaçado pela expansão dos campos de soja no entorno da comunidade. Se a comunidade visse com familiaridade a expansão do agronegócio em seu território, muito provavelmente já teriam vendido suas terras ou abandonado o território. Mas há resistência.

b) uma razão preservacionista atrelada a um senso coletivo, que orienta a forma como as famílias da comunidade utiliza os recursos de fauna, flora, hídrico e agrário do território. (FURTADO, BURNETT, FURTADO, SILVIA, CARVALHO, CORRÊA, 2023, p.57)

Conhecendo um pouco da dinâmica ocupacional territorial de Gameleira, é perceptível o vínculo que eles possuem com a natureza, que se expande para além de sua sobrevivência, naquele *território* eles perpetuam sua cultura, suas raízes e constroem suas histórias. O conflito, direto com a comunidade não é uma agressão apenas a eles, a violência

campesina tem raízes mais profundas, onde perpetuam uma ideologia que agrava as relações de classe no país de forma geral e tiram de cena as comunidades que ainda resistem de forma assídua para que o Maranhão e outras localidades ainda preservem o pouco que ainda resta de sua riqueza natural (material e imaterial).

Como forma de resistir as agressões continua do sojicultor, houve na comunidade uma articulação para a vigília do campo, um rodízio entre as famílias, para impedir que o mesmo avance sobre a comunidade, agravando ainda mais o sufocamento vivido pela monocultura da soja. Com a união dos moradores/moradoras e recursos próprios, construíram, como modo de defesa, o cercamento da área de uso coletivo da comunidade, cercamento esse que já havia sido derrubado, pelos tratores e correntões. O cercamento demonstra a fragilidade que a comunidade sofre, ao ter que se isolar de outros povoamentos, ou do acesso fácil aos locais que antes serviam para sustento de suas famílias, como o poço dos antigos, áreas de pasto, extrativismo ou mesmo, melhor acesso a área urbana, o isolamento é a primeira tática usada para supressão.

CAPÍTULO 3

Lutar para viver: as dinâmicas protetivas da comunidade tradicional de Gameleira.

Neste capítulo, seguiremos, trabalhando, com mais profundidade algumas categorias já apresentadas em capítulos anteriores, mas que necessitam serem retomadas, e conceituadas, em especial as categorias *conflito* e *desenvolvimentismo*, a partir das quais, analisaremos os impactos específicos dessas categorias na Comunidade Gameleira.

Construiremos também, a partir das entrevistas, diálogos informais, percepções das vivências no trabalho de campo, um arcabouço que expresse as narrativas da comunidade, nas ações efetivas de *mobilização* desenvolvidas, como forma de tentar mitigar o efeito nocivo sobre território e ambiente da comunidade causado pela expansão da sojicultura no bioma cerrado, e suas consequências.

Outrossim, elencar e qualificar os parceiros e mediadores externos que vêm contribuindo com a *mobilização*, organização, e principalmente, difusão do enfrentamento que a Comunidade Gameleira tem sido levada a travar frente a invasão do bioma cerrado, e os riscos, que sobre ele incidem com a implantação da sojicultura no leste Maranhense. De pronto poderíamos destacar a Defensoria Pública, a Arquidiocese, os programas da FAPEMA/Capes ligados a UEMA, pesquisadores independentes, dentre outros.

3.1 Vozes silenciadas que emergem: A visibilidade da Comunidade Tradicional de Gameleira a partir do conflito

É imprescindível, entender a categoria *conflito*, considerando que esta permeia todo nosso estudo, embora não seja tema específico desse trabalho. Embora outras questões tenham se evidenciado ao logo do desenvolvimento desse trabalho, é a partir dessa perspectiva, que chegamos aqui, o *conflito* que se estourou na Comunidade Gameleira.

Neste capítulo analisaremos ainda, a partir cosmovisão da Comunidade Gameleira, o *conflito* e as consequências em suas dinâmicas de vida, considerando que, para além de sujeitos dessa pesquisa, são vítimas silenciadas de uma violência contínua. O subtópico, segue com o objetivo a cima: compreender, a partir da narrativa da comunidade, como veem a problemática da implantação do campo de soja, para o modo de vida tradicional que eles possuem.

De forma sinóptica, entende-se por *conflito*, o choque de interesses, que tem em sua essência, ideologias antagônicas, colocando indivíduos ou grupos em posições opostas, diante

de algo que se torna um problema. Esses, indivíduos ou grupos, com o problema instaurado e, diante de uma intensa falta de entendimento, buscam defender seus interesses, infringindo ações, que podem atingir, o espaço em que o conflito ocorre, o grupo ou indivíduo opositor, das mais variadas formas, incluindo a violência. Considera-se violência, não apenas atos que atinjam a materialidade: os corpos, os espaços físicos, os bens palpáveis, mas também aqueles que alcançam a imaterialidade: a moral, a cultura, a religiosidade, as identidades, a territorialidade, a violação de direitos, etc.

Identifica-se que diversas áreas da ciência, seguem elaborando e revisando o conceito da categoria *conflito*, e trabalham com a temática, de forma direta ou transversal em suas áreas de conhecimento, a exemplo da psicologia, direito, filosofia, sociologia, antropologia e outras, demonstrando ser a *violência*, algo inerente a condição humana, embora não se restrinja a ela, manifestando-se independente do tempo e do espaço. Apesar dessa vasta possibilidade, nossas análises transitarão entre a sociologia, a política e antropologia e o direito (sociologia jurídica), considerando as especificidades do nosso sujeito/objeto de estudo. Vejamos como alguns pensadores, elaboraram suas percepções sobre o tema; para Zaparolli (2009) “O conflito é um desacordo e, em geral, as pessoas entram em conflito por divergência (incompatibilidade) de valores, necessidades, opiniões e desejos de uma ou de ambas as partes”. Já conflito segundo Norberto Bobbio, em Dicionário de Política, elenca que o conflito é “Uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso à distribuição de bens escassos”. Por fim, Vezzulla (2005), aborda que “o conflito consiste em querer assumir posições que entram em oposição aos desejos do outro, que envolve uma luta pelo poder e que sua expressão pode ser explícita ou oculta atrás de uma posição ou discurso encobridor”.

Sendo a categoria *conflito* um tema denso, e não o foco principal do nosso trabalho, fizemos uma análise sucintamente sobre assunto, e seguiremos com o recorte *conflito social*⁴⁴, que diferente dos *conflitos*: pessoais, intrapessoais, e interpessoais, que ocorrem na individualidade ou entre indivíduos, manifesta-se na coletividade, entre grupos sociais que se contrapõem a partir de divergência de ideias e/ou interesses, o que é evidente em nosso estudo de caso, o *conflito* vivenciado pela Comunidade Gameleira.

⁴⁴Segundo Ernesto Laclau (2008). As conceituações tradicionais de conflitos sociais têm sido tipificadas através de três características principais: a determinação da identidade dos agentes era feita através de categorias pertencentes à estrutura social; o tipo de conflito era determinado em termos de um paradigma diacrônicoevolucionário; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um espaço político unificado, onde a presença dos agentes era concebida como uma "representação de interesses"

Diversas artes rupestres apontam que *conflitos sociais* estão presentes, desde os primórdios da humanidade, em todas as sociedades indistintamente, nas mais diferentes formas de manifestações, sendo as vezes o modulador, ou marcador da configuração de grupos ou sociedades inteiras, apresentando-se em maior ou menor intensidade, em um fluxo e refluxo permanente. Essas configurações, nas quais os *conflitos sociais* são fatores decisivos, modulam diversas estruturas sociais, tais com a economia, a cultura, biomas, territórios, arquiteturas, configurações espaciais e geopolíticas, ecossistemas etc. impactando-as, de forma isolada ou interrelacionando-as. Assim, os *conflitos sociais* podem alterar a realidades, como dito anteriormente, de forma positiva ou negativa.

Se considerarmos, os principais, porém não únicos, elementos estruturantes dos *conflitos sociais*: ideologia, poder, classe e raça, entenderemos como, de forças antagônicas, podendo inclusive envolver violências, conseguem, eventualmente, derivar resultados positivos.

Os *conflitos sociais*, em suas interseccionalidades, ao se manifestarem na coletivamente, estabelecem-se sobretudo, por disputas e/ou manutenção de poder. É nessa contraposição de forças, quando se instauram os *conflitos*, que se evidenciam as diferenças; sociais, ideológicas, econômicas, culturais e de outras ordens, bem como explicitam os aparatos que sustentam as desigualdades. Ou seja, é no cerne dos conflitos que podemos, também, mapear as desigualdades, as estruturas de poder, os elementos estruturantes e ainda publicizar violências e violações de direitos. Outro ponto que merece ser considerando, é que pode haver, *violência sem conflito*, bem como, *conflito sem violência*. Assim, a ruptura de violências silenciosas, que emergem com os *conflitos*, pode trazer pautas e/ou seguimentos sociais invisibilizados para o cenário público.

Apesar dos *conflitos* propiciarem eventualmente, elementos que podem contribuir na construção de estratégias que venham, romper estruturas, reparar injustiças, visibilizar sujeitos e/ou coletivos e pautas, além de propiciar ou restaurar direitos, é indiscutível que dos conflitos também derivam elementos extremamente nocivos, para indivíduos e sociedades, tanto na materialidade, quanto na subjetividade. Na forma mais extrema, *conflitos* podem dizimar sociedades e culturas inteiras. Destruir biomas e territórios, identidades étnicas, culturas tradicionais, arquiteturas, economias. Nos *conflitos sociais*, as estruturas e grupos mais fragilizados tentem a sucumbir. É esse risco, que a Comunidade Gameleira correr, com o *conflito* que se estourou em seu território com implantação da monocultura de soja, mas especificamente com o sojicultor conhecido como Gaúcho.

Segundo o Livro da FETAEMA (2021), os conflitos sociais no campo, são os sintomas de uma política higienista capitalista. A truculência vivida pelas Comunidades Tradicionais e Campesinas, são frutos de uma pauta econômica global, onde a representatividade política dessas comunidades fica em escala inferior as necessidades apresentadas pelo Estado capitalista.

A todo tempo oscilam insinuações autoritárias no sentido de uma situação política excepcional, tanto quanto se registra o aumento vertiginoso de ocorrências de conflitos sociais no campo, que disseminam atos violentos, de brutalidade extrema, com eliminação física de trabalhadores rurais conjuminada com rituais macabros de despejos e de maus-tratos corporais e emocionais a dezenas de milhares de famílias de pequenos agricultores. É justamente da ótica dos registros sistemáticos destes terríveis sofrimentos, resultantes da ação de agressores, que promovem cenas repugnantes de intrusão das terras tradicionalmente ocupadas por trabalhadores rurais, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas e demais comunidades tradicionais, que a FETAEMA tem se empenhado em mobilizar os trabalhadores rurais e em divulgar seus registros para toda a sociedade. (CABRAL, SILVA, SANTOS, SILVA, MARTIN, PEDROSA, p.16, 2021)

Os conflitos agrários tem se intensificado, nas últimas décadas com a expansão do agronegócio e a migração interna, principalmente do Sul/Sudeste para o Norte/Nordeste, em busca de novos territórios que viabilizem a implantação dos projetos agrícolas de produção em larga escala, em especial monoculturas de grãos, sem contudo, considerarem, que os nativos, enquanto Comunidades Campesinas e Tradicionais, tem suas vidas pautadas em uma relação completamente diferenciada com os territórios, biomas e ecossistemas. Para os PCT e as Comunidades Campesinas, suas existências e identidades, regulam-se pela relação que estabelecem com o *território/territorialidade*, estas são indissociáveis. Negligenciar, ou desconsiderar esses fatores, ao se introduzir, o agronegócio, que tem uma forma completamente distinta de se relacionar com a terra, com raras exceções, torna-o incompatível com as culturas locais, com os biomas e ecossistemas, essa incompatibilidade tem sido o maior gatilho para os *conflitos agrários*.

Segundo levantamento feito pela FETAEMMA, houve um registro de mais de 243 situações de conflitos agrários em 52 cidades maranhenses, esses conflitos acabaram resultando em 7 mortes e mais de 204 pessoas ameaçadas de mortes, podendo haver mais pela onda de crimes e a falta de impunidade. Durante o levantamento feito, Silva (2021), relata que foi possível observar os desmanche de roçados, casas, expulsões de pessoas de seus territórios, famílias sendo separadas, desmatamento, contaminação do bioma e das pessoas por uso excessivo de agrotóxicos. O impacto dessa violência atingiu 32.473 famílias que vivem em situação de risco com os conflitos agrários, sendo disputado cerca de 1.107.691 (um milhão, cento e sete mil seiscentos e noventa e um) hectares de terra.

A omissão do governo federal e seu desprezo para com os povos e comunidades tradicionais do campo tem levado a todas essas mazelas. Com as ações de reforma agrária paralisadas e a expansão dos monocultivos de grandes empreendimentos sobre comunidades, drasticamente os sujeitos do campo estão sendo impactados com a falta de acesso à terra. A omissão do ITERMA e as licenças ambientais expedidas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão também têm contribuído decisivamente para o aumento desses conflitos agrários que assolam a vida de milhares de maranhenses. (SILVA, 2021, p.165)

Os conflitos vividos pela comunidade tradicional de Gameleira, também foram registrados no livro elaborado pela FETAEMA em 2021, onde eles descrevem o caso como:

Cerca de 100 famílias de trabalhadores rurais há mais de 8 décadas trabalham e moram no Povoado Gameleira, sendo que parte do povoado se encontra na zona rural de Brejo e outra parte, na zona rural de Milagres do Maranhão, com área de 389,7017 hectares devidamente demarcada e cercada. Os moradores sempre viveram em plena harmonia comunidade. Ocorre que nos primeiros dias de maio de 2021, um sojicultor passou a perturbar a posse dos moradores, quando passou a remover cercas e arames instalados pela comunidade. Em 19 de maio de 2021, o sojicultor e outros 22 homens armados, todos desconhecidos, invadiram parte da área de uso comum da comunidade (chapada), e com uso de tratores e um instrumento conhecido por correntão, destruíram cercas instaladas e promoveram o desmatamento de parte significativa da aludida área. Em razão dos fatos, foi instaurado Inquérito Policial Nº 0800683-82.2021.8.10.0076, já finalizado, que indiciou o sojicultor nos artigos 161, §1º, II e 288-A do Código Penal. Além disso, os trabalhadores ingressaram com ação de manutenção de posse na Vara Agrária da Comarca de São Luís. Categoria social: Comunidade tradicional

Área (ha): 398 hectares Nº de famílias: 100 Processo judicial: 0800737-48.2021.8.10.0076 (Vara Agrária) Processo administrativo: S/I Coordenação da Fetaema: Coordenação Baixo Parnaíba Mesorregião do Maranhão: Leste Maranhense Microrregião do Maranhão: Chapadinha (CABRAL, SILVA, SANTOS, SILVA, MARTIN, PEDROSA, 2021, p.16)

Como retratado no primeiro capítulo, o sojeiro e réu do processo, que está em lide com a comunidade de Gameleira é responsável por outros conflitos na região, a exemplo da comunidade de Ingá, tendo como principal denúncia, a formação de milícia. Apesar de não haver fatalidades, até o presente momento, no confronto no povoado de Gameleira, a FETAEMA, registrou, a partir dos relatos dos moradores, ameaças de morte do sojicultor e dos seus “jagunços”, às lideranças do povoado, podendo ser observados na tabela feita pela FETAEMA.

Tabela 02 – Quantitativo dos moradores de Gameleira ameaçados de morte

143	Francisco da Chagas Nascimento	Bacuri	Aterrado da Reforma Agrária	São Benedito do Rio Preto	154	Francisco Lopes Rodrigues	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
144	Luís Carlos Costa	Bacuri	Aterrado da Reforma Agrária	São Benedito do Rio Preto	155	Francisco Sousa Mendes	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
145	Adão Oliveira Gomes	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo	156	João dos Milagres Carvalho Bejo	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
146	Alex Sousa Carvalho	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo	157	João Gomes	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
147	André Rodrigues Lima	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo	158	João Manoel Barbosa de Carvalho	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
148	Dionísio de Sousa Carvalho	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo	159	Luís de Martin de Carvalho	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
149	Ediana Gomes	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo	160	Luís Sousa Carvalho	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
150	Edison de Carvalho Sousa	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo	161	Margarida Martins de Carvalho	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
151	Elaine Sousa Lima	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo	162	Marta Antunes de Sousa Oliveira	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
152	Francisco Carvalho de Lima	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo	163	Marta do Sacramento Carvalho Sousa	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo
153	Francisco José de Fátima Diniz Sousa	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo	164	Marta Nogueira Gomes Sousa	Gameleira	Comunidade Tradicional	Bejo

Fonte: Livro FETAEMA, 2021

É evidente a vulnerabilidade, não apenas da Gameleira, mas outros povoados (*territórios*) que vivem ao redor dos campos de soja. Não somente, pelos impactos físico/material em seus *territórios* e biomas, como também a perda de direitos formais, individuais e coletivos, e direitos imateriais, como a sucumbência de suas identidades coletivas, suas histórias. A maior perda, que pode se vir a ter, é a perda de identidade.

A implantação de monoculturas quase nunca é silenciosa. Chega com muito alarde, com ares de modernidade e desenvolvimento, na intenção de “conquistar adeptos”, pra legitimá-las, ou mesmo para intimidar, e/ou principalmente, buscando silenciar os atingidos pelo empreendimento: lideranças locais, pessoas (nas suas individualidades) ou mesmo toda a comunidade.

Considerando que os *conflitos*, nascem e se sustentam, na imaterialidade das ideologias, quando estes, envolvem a utilização dos recursos socioambientais, PCT e/ou Comunidades Campesinas, evidencia-se o perfil dos envolvidos, e seus coparticipes, nas composições de forças antagônicas que os contrapõe. Nestes casos, o Estado segue historicamente, contribuindo sobremaneira com o agronegócio, sendo por vezes, inclusive seu “porta voz”.

As relações conflituosas, que decorrem do agronegócio, têm suas particularidades, dependendo de cada caso, mas o que apresentam em comum, é que sempre irão ocorrer, em menor ou maior grau, de forma explícita ou velada.

A implantação dos campos de soja pelo Gaúcho, no entorno da Comunidade Gameleira, desde a origem, nos meados da década de 90, causou danos a comunidade, a exemplo do avanço sistemático, dos campos, para cada vez mais próximo do *território* da comunidade, incluindo áreas de uso coletivo, que servem de apoio para sua subsistência e a aplicação de agrotóxicos, atingindo não apenas os moradores e moradoras, mas a fauna e a aflora, modificando todo um bioma (incluindo as nascentes), impactando diretamente suas dinâmicas de sobrevivência, o que poderia inclusive configurar, o risco iminente de ecocídio, como vemos na matéria de jornal DE OLHO NOS RURALISTAS⁴⁵ do dia 21/05/2021, diz que, “Os camponeses da Gameleira dizem que o sojeiro faz uso indevido de agrotóxicos, contaminando os córregos e rios onde a comunidade se abastece com água e toma banho. Eles contam que Freitas utiliza pulverização aérea e o maquinário conhecido como “gafanhoto” para aplicar o veneno, e que diversos animais criados por eles já morreram por intoxicação.”

Apesar de todo essa violência silenciosa, foi somente no dia 19 de maio de 2021, que as tensões se acirram. A Comunidade Gameleira, foi surpreendida com a ação de tratores, correntões e homens encapuzados, fazendo o arrasto da vegetação da área limítrofe a Comunidade, visando a ampliação dos campos de soja, como visto pelas imagens postadas no site do mesmo jornal. Estava instaurado o *conflito*, inclusive, na esfera judicial, onde uma ação coletiva, de Interdito Proibitório⁴⁶, impetrada pela Comunidade Gameleira, contra o Gaúcho, tramita na Vara Agrária, da qual extraímos o seguinte trecho:

Ocorre que nos primeiros dias de maio de 2021, o requerido passou a perturbar a posse dos requerentes, quando passou a remover cercas e arames instalados pelos autores, limitando a área da comunidade tradicional e área do requerido. Em 19 de maio de 2021 (menos de um ano e um dia), o requerido e outros 22 homens armados, todos desconhecidos, invadiram, parte da área de uso comum dos requerentes, denominada de chapada, onde a utilizavam para criação de gado bovino, e com uso de tratores e o instrumento conhecido por correntão, destruíram, cercas instaladas pelos requerentes e, além de promoveram o desmatamento de parte significativa da aludida área. (Diogo advogado, representante da CG no processo)

Para além da esfera judicial, visando a autoproteção, incluindo a integridade física, das pessoas e dos recursos naturais, a comunidade se articula, tecendo farias estratégia, que

⁴⁵ Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/21/encapuzados-22-jaguncos-invadem-comunidade-tradicional-no-maranhao/>

⁴⁶ O Interdito Proibitório trata-se de um mecanismo processual de defesa da posse, sendo uma ação de preceito cominatório utilizada para impedir agressões iminentes que ameaçam a posse de alguém

visibilizasse o que estava ocorrendo em seu território, recebendo apoio de diversas entidades da sociedade civil, as quais podemos citar: Fetaema, SDH- Sociedade de Direitos Humanos, SEDIHPOP- Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, Programa de Assessoria Rural da Diocese de Brejo, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Brejo, o caso foi também divulgado na imprensa e nas mídias sociais, a exemplo do Instituto Humanitas Unisinos, que publicou matéria sobre o fato.

O sojicultor gaúcho, [...], foi indiciado por formação de milícia privada, desmatamento e esbulho possessório no dia 28 de maio, com a conclusão do inquérito da Polícia Civil que investigou a contratação de jagunços pelo empresário para a invasão de comunidades camponesas tradicionais no município de **Brejo (MA)**, no dia 19 de maio. **De Olho nos Ruralistas** contou essa história dois dias depois: “Encapuzados, 22 jagunços invadiram a comunidade tradicional no Maranhão”. (Instituto Humanitas Unisinos)

É necessário, para entendermos o conflito que se instaurou, entre o Gaúcho, e a Comunidade Gameleira, retomarmos a lógica que, os *conflitos* são permeados de subjetividades, destas nascem e por estas são sustentados.

A ideologia⁴⁷, mesmo quando de forma não explícita, intencional ou perceptível pelas partes, é dentre essas subjetividades, premissa inerente aos *conflitos*. Normalmente, as partes que se antagonizam em *conflitos*, em especial em *conflitos* de natureza social, estão ideologicamente, também em oposição.

Ao analisarmos, a natureza dos *conflitos* agrários, é notório que as partes envolvidas, normalmente: o agronegócio, madeireiros, mineradores, interessados em barragens, ou mesmo o próprio Estado, em oposição aos: PCT, Comunidades Camponesas, indígenas e afins, estão em polos diametralmente opostos, não apenas nas objetividades que os conflitam, o capital, mas nas ideologias que os move.

Seguindo a mesma ordem exposta anteriormente, temos de um lado, os que tratam a terra, como propriedade privada, sob a ótica capitalista, pautando as questões agrárias de forma meramente especulativa, onde a produção tem o intento apenas de acumular riquezas, em oposição aos que desenvolvem uma relação simbiótica com o território em que vivem, constroem, seus modos de vida e identidades (individuais e coletivas) pautadas na ancestralidade, na coletividade, na produção familiar e de subsistência, preservando biomas e ecossistemas. Essas especificidades são notórias, no *conflito* que a Comunidade Gameleira vivencia.

⁴⁷ A ciência proposta pelo filósofo francês Destutt de Tracy 1754-1836, que atribui a origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo. Já no marxismo, totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista).

Devido a urgência do caso, a primeira decisão da Vara Agrária, saiu no dia 05 de julho de 2021, a favor do Povoado de Gameleira, entendendo a posse da comunidade, sobre a chapada e a necessidade da preservação desse direito, não apenas como proteção do bioma, como também a manutenção e preservação do modo de vida da comunidade tradicional. O parecer da decisão reconhece também, Gameleira como comunidade tradicional, ou seja, sendo protegida pelo conjunto de leis federais e estaduais, sobre a legitimidade ocupacional seus habitantes.

Usando como aporte jurídico os Art. 567 e 568⁴⁸ do Código de Processo Civil (CPC), proibindo assim quaisquer atos de cunho violento, seja para integridade física ou moral do povoado, tendo como penalidade do descumprimento da ordem uma multa diária no valor de 1.000,00 reais ao dia (um valor irrisório, ao sojicultor de acordo com a produtividade que ele possui). Como visto na decisão, antes da confecção da existência do Laudo Etnográfico, a juíza baseou-se nos seguintes documentos para a constatação da existência do povoado de Gameleira.

Com efeito, os documentos acostados aos autos, em especial o Boletim de Ocorrência, as fotografias do imóvel, as Certidões de casamento onde consta o local Gameleira, as Certidões de nascimentos onde consta o local Gameleira, as Certidões de batismo onde consta o local gameleira, o Registro de Inscrição no Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro de Agricultor Familiar no Sistema Declaração de Aptidão - DAP ao PRONAF e Documentos Sindicais, todos colacionados aos autos, permitem por ora, admitir que os autores sejam detentores da posse da área em litígio, seja de forma direta ou indireta. (1 Decisão da Vara Agrária, dia 05 de julho de 2021, Processo judicial: 0800737-48.2021.8.10.0076)

Como conclusão a juíza responsável pela decisão reitera afirmando a obrigatoriedade da parada imediata aos serviços do sojicultor na área de uso comum.

ISTO POSTO, comprovados todos os requisitos contidos no art. 561 do Código de Processo Civil, e por se tratar de tutela de urgência, a qual é examinada em sede de cognição sumária, DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR e, em consequência, DETERMINO que o réu, GILMAR LUNELLI DE FREITAS, se abstenha de imediato de realizar qualquer ato que implique em esbulho ou turbação da posse sobre o imóvel mencionado na petição inicial, qual seja, Povoado Gameleira, zona rural de Brejo/MA, com área de 389,7017 hectares, conforme Memorial Descritivo de Id. 46849167, sob pena de incidência de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em caso de descumprimento do preceito. (1 Decisão da Vara Agrária, dia 05 de julho de 2021, Processo judicial: 0800737-48.2021.8.10.0076)

Os tramites jurídicos, embora burocráticos, são democráticos, possuindo várias “ferramentas” que possibilitam a defesa e acusação de ambos os lados. Apesar da primeira decisão ser a favor da comunidade de Gameleira, o sojicultor, contrata um escritório de

⁴⁸ O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito.

advocacia, já experiente na defesa de grandes ruralistas, para que use os aparatos legais, visando legitimar a apropriação da área de uso comum da comunidade, anexando-a as suas terras, já que as ameaças e coerções feitas ao povoado não resultaram.

A forma como o Gaúcho concebe a terra, fica evidente, nos autos do processo, em que, seu representante legal, em sua defesa, expressa com exatidão, a percepção que este tem sobre a terra, como concebe sua utilidade e principalmente a intencionalidade, do seu cliente ao requerer a posse da área. Torna de fato importante compreender o pensamento e o entendimento a partir do ponto do sojicultor, já que aqui ele representa não apenas seus interesses individuais, como também uma nova agenda econômica vivida em todo território nacional.

Conforme mencionado alhures, a área é de propriedade do Réu, que munido de Licença Ambiental **iniciou seu desmatamento para dar início a produção agrícola.** Ora, **se a área estava sequer desmatada, como poderia ser produtiva?** e onde estão as provas que demonstrem essa produtividade anterior ao início dos trabalhos do Réu? (Processo judicial: 0800737-48.2021.8.10.0076, Vara Agrária, pag.07, grifos nossos)

Por casos legais, aqui serão omitidos o escritório de advocacia responsável pela defesa do réu e o seu nome. Contudo, aqui fazemos uma crítica a dinâmica vivida não so pelo meio acadêmico e jurista, mas como também o midiático. A exposição das vítimas ou das pessoas fragilizadas (e aqui abordamos sobre a falta de poder político e econômico, ou seja, “a base da pirâmide social”), são mais relevantes do que a exposição dos réus, nesse caso o sojicultor. O trabalho para além de uma ferramenta de pesquisa para análise do sujeito (povoado de Gameleira) e o objeto de estudo (o conflito), serve como denuncia das dinâmicas rurais vividas na contemporaneidade, como foco principal o Maranhão.

O primeiro argumento utilizado pelo réu é a da localidade do terreno em conflito, onde ele alega que a certidão cartorial se encontra no Município de Milagres do Maranhão e não em Brejo – MA, já que pelo seu entendimento Gameleira faz parte do município de Brejo. Contudo, a partir da análise construída no trabalho, percebe que Gameleira se encontra entre os dois municípios, mas tecnicamente fica vinculado a Milagres. Contudo devido à distância e a falta de serviços, a comunidade tem um vínculo maior com Brejo, seja pela assistência, ou pelas relações sociais e econômicas.

Isto porque, a área objeto dos autos fica a mais de 1km de distância do povoado Gameleira, de modo que sequer é possível cogitação uma invasão por parte do Réu ao povoado, estando a área inclusive, no Município de Milagres e não em Brejo/MA. (Proc. nº 0800737-48.2021.8.10.0076, p.3)

O entendimento do sojicultor com os espaços produzidos se refere apenas ao que tange a produção hegemônica, ou seja, a monocultura e não para os diversos processos de produção presentes em Gameleira, com sua relação com o cerrado, como visto no Capítulo 01. “E apesar dos Autores falsamente afirmarem que a área era produtiva, das próprias fotos colacionadas **percebe-se que não**. Proc. nº 0800737-48.2021.8.10.0076, p.4)”, a produção das PCT’s é antagônica ao processo produtivo da agroindústria, a falta do entendimento por parte do réu é alarmante, já que suas terras são rodeadas por diversas outras comunidades, sendo inclusive nos seus terrenos, possuindo a maioria dos afluentes que desaguam nos baixões, locais onde existem as MORADIAS, de Gameleira e não a representação de todo o seu território produzido.

Abaixo se tem o mapa que representa a distância entre as residências de Gameleira ao seu território de uso comum. O réu pressupõe que essa distância resguarda a segurança da comunidade com relação a proximidade do campo, contudo, para além da comunidade produzir ao lado do campo na chapada, a distância relativa no mapa em quilômetros, não assegura a Gameleira contra o uso de agrotóxicos.

Mapa 07 – Distancia das residências de gameleira ao território em conflito, presente na defesa do réu.



Fonte: Proc. nº 0800737-48.2021.8.10.0076

No pequeno recorte a cima, destacam-se três evidencias importantíssimas, quais sejam:

No trecho: “**iniciou seu desmatamento para dar início a produção agrícola**”, deixa evidente que para o sojicultor, o desmatamento é condicionante para sua produção, independentemente de quais impactos cause.

Mas adiante, reforça: “**se a área estava sequer desmatada, como poderia ser produtiva?**” Na sua concepção, não há outras formas de produzir, sem que haja a degradação, o desmatamento. Desconsidera que, no modo de produção campesina, a relação estabelecida com os ecossistemas e biomas, é de coexistência e interdependência. Os ecossistemas e biomas necessitam das comunidades para assegurar sua proteção, assim como as comunidades necessitam dos biomas na manutenção das suas sobrevivências.

Analisemos ainda, o seguinte trecho do mesmo processo, onde, na defesa do réu, alegam: “Urge mencionar ainda que as áreas indicadas acima **encontram-se inclusive foram utilizadas como garantia em contrato firmado junto ao Banco do Nordeste**, que antes de liberar qualquer valor, atestou a legalidade e regularidade de toda a área objeto do contrato. (Proc. nº 0800737-48.2021.8.10.0076, p.6) nesta alegação é evidente e inquestionável, a relação que o réu, tem com a terra, de total desprendimento, não tendo nenhum vínculo identitário, ancestral, ou de interdependência, para sua existência. Ao coloca-la como garantia, em uma transação bancaria, correndo o risco de perdê-la, caso não honre com o acordo contratual, demonstra que a terra, para ele, não tem outro valor senão monetário, valor comercial, podendo dela e nela fazer quaisquer coisas que gere lucro, inclusive degrada-la, ou perde-la. Em contraposição temos a Comunidade Gameleira, com vínculo ancestral ao *território*. Prima por sua preservação, empregando saberes tradicionais em seu modo de produção e de coexistência, considerando que dele depende para sua sobrevivência.

Outro fator que é evidente, e impossível não se destacar, é a questão de classe, explicita, no trecho utilizado a cima, para o sojeiro, é irrelevante, perder a terra para um, igualmente detentor do capital, no caso um banqueiro, mas é impensável reconhecer os direitos de uma Comunidade Tradicional, sobre o território, “permitindo” seu livre usufruto.

Destaca-se ainda, outra evidência, no seguinte fragmento: “[...] *a área é de propriedade do Réu, **que munido de Licença Ambiental** iniciou seu desmatamento[...]*”, neste argumento, aparece explicitamente, o ato de degradação, como o papel do Estado, como coparticipe na degradação ambiental, quando, através dos órgãos que deveriam ser de proteção, corroboram, neste caso, intencionalmente ou não, com ações totalmente contrárias a esse fim, movidos, dentre outras questões, além das documentações expedidas pelo ITERMA, a favor do sojeiro, alegando pela ideologia do desenvolvimentismo, que será trabalhado no tópico 4.2.

Vale ressaltar também, que na defesa do sojicultor ele deixa explícito que a perda do ano de produção sobre a terra em conflito, bem como a perda de materiais para a fertilização do campo, o calcário com foto em anexo, a defesa emitida por seus advogados. O calcário, fortemente aplicado no campo de soja, serve como balancear o Ph (nível de acidez presente no solo), para propiciar uma boa terra para o plantio. Contudo, o calcário junto ao solo barroso, torna o solo mais maleável e impermeável, causando alagamentos no campo, que quando há períodos chuvosos intensos, tornam quase impossível a passagem de veículos nas estradas ou no campo, já que o acesso da comunidade a cidade se dá através de vias que cortam o campo de soja, tirando assim o direito de ir e vir, ainda mais em situações emergenciais. A própria equipe sofreu, durante as pesquisas em campo, o impedimento da passagem devido ao “atolamento” do veículo utilizado dentro campo de soja, vendo nas imagens a seguir.

Imagem 27 – Atoleiro da equipe no campo de soja



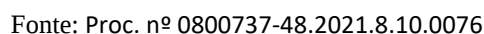
Fonte: Acervo Pessoal

A seguir, documento emitido pelo ITERMA-Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, órgão oficial do governo, que trata de questões agrárias e fundiárias, assinado em agosto de 2021, logo após o início do *conflito* na Comunidade Gameleira. Observa-se que na emissão do parecer, foi evocou a lei 531/2091 (Lei de Terras do- MA), que preconiza que o órgão só regularizará áreas, que estejam em posse mansa e pacífica. Considerando que a área,

encontra-se em *conflito*, inclusive judicializado, absteve-se da regularização ou do reconhecimento desta. O mesmo documento, com base em visita técnica, faz a demarcação do perímetro da área de Gameleira, e ainda identificou, 802ha, de terras, sob a qual sugere: “*área possivelmente devoluta, que está encravada a comunidade Gameleira, sem conflito de posse, na qual sugiro, que sejam tomadas as providências, quanto a Arrecadação sumária para o Estado e posteriormente a titulação para a Comunidade*”.

Com base no parecer emitido, a defesa do réu, deixa subentendido que os 802ha, estão em iminência de serem anexados a Comunidade Gameleira, portando a área em litígio, deve ser reconhecido seu direito de propriedade e assegurando-lhe a posse.

“Inclusive, a referida área devoluta já está em processo de arrecadação, tendo como beneficiários a comunidade Gameleira, conforme e-mail anexo aos autos, além das plantas e memoriais cadastrados na base de dados do SIGEF, vez que os imóveis já foram submetidos a análise para fins de gerorreferenciamento, tendo sido denominados como “gleba gameleira”.



Ao falarem sobre o conflito, é perceptível que suas falas são intercaladas por expressão, as vezes carregadas de emoções, algumas de desânimo, de medo, de dúvidas, mas a maioria, de determinação, ânimo, coragem, sobretudo esperança.

É notório também, que, em momentos de descontração, costumam provocar uns com os outros, cantam com certa jocosidade, fatos ocorridos, inclusive nos momentos de maiores enfrentamentos. Possivelmente como forma de aliviar as tensões.

Falam sobre a produção com entusiasmos, mas também tem queixas. As principais, além das geradas pela sojicultura, são a falta de assistência (técnica, de saúde, de em projetos etc.) as dificuldades de transporte e comercialização.

A implantação da sojicultura, mesmo antes do *conflito*, aparece, nas falas da maioria dos moradores, com o algo que muda a dinâmica cotidiana da comunidade. As primeiras mudanças ocorreram devido a pulverização de agrotóxico, que condiciona suas atividades, quer seja de extrativismo, pastoreio, plantio, aos intervalos da aplicação. Relatos de alterações nos quadros de saúde, principalmente das crianças e dos mais idosos, também aparecem. As dores, o adoecimento em função das atividades, laborais, as dificuldades respiratórias e problemas de pele, são as maiores queixas

Perguntados sobre suas expectativas quanto ao futuro, era perceptível o dilema de alguns moradores e moradoras quando aos seus destinos. Alguns⁴⁹ colocavam a perspectiva de mudarem do *território*, consideravam inclusive, falas do sojicultor ou mesmo de seus capangas, que colocavam o dinheiro e a “titularidade”, como algo que lhes garantiria uma vitória, mas, movidos principalmente pelo sentimento de pertencimento àquele lugar, que os impele a lutar, permanecem.

Ainda sobre suas esperanças quanto ao futuro, são quase unânimes as falas, que apontam o fim do *conflito*, e a retomada do uso da área em lúgio, como expectativa principal. Alguns moradores colocam, porém, que, mesmo que ganhem a causa, ganharam também um inimigo, e conviver com um inimigo tão próximo, não é bom. É evidente que temem que o fim do conflito, não traga a paz plena, e que suas vidas jamais serão as mesmas. Mas expressões de esperança intercalam as falas. Acreditam inclusive, que agora “visibilizados”, podem ser melhor assistidos.

Consideram também, que o *conflito*, propiciou uma maior interação, reforçou a união dos moradores/moradoras, das famílias, e esperam manter essa dinâmica.

⁴⁹ Assim como não identificamos o sojicultor, identificando-o genericamente por Gaúcho, dispensaremos o mesmo tratamento aos sujeitos dessa pesquisa.

As mulheres também tiveram mais protagonismo, para além das atividades rotineiras, e foram vozes ativas nesse processo e pretendem também, manter as atividades, voltadas as questões (políticas) coletivas da comunidade em, em suas vidas.

3.2. As consequências do neodesenvolvimento para a (r)existência da comunidade Gameleira

Compreender a categoria e a dinâmica desenvolvimentistas, pré-analisadas durante o capítulo 2. No geral, correlacionando-a a lógica do agronegócio, e mais especificamente, a realidade da Comunidade Gameleira, retomando a análise, já vagamente mencionadas em capítulos anteriores, destacando os impactos materiais e imaterial, decorrentes do desenvolvimentismo que a atingem.

O pensamento desenvolvimentista, nascido nos pós-segunda guerra com a proposta de repensar, reordenar o modelo econômico mundial, onde cada nação deveria se especializar naqueles bens que tivesse maior, produção, portanto, maior vantagem comercial, o que coloca os países, denominados a época, subdesenvolvidos ou atrasados, no modelo primário exportador, ou seja, esses países deveriam permanecer como fornecedores de bens primários e consumidores de bens manufaturados. Essa teoria sustentava que, não seria necessário que todas as nações do mundo fossem industrializadas, o comercio internacional, seria a via pela qual todos os países alcançariam o progresso. Assim, os países qu tivessem abundancia em recursos naturais, permaneceriam como fornecedores, desse tipo de bem, e a partir dos lucos advindos desse comercio, poderiam adquirir bens manufaturas que não produzissem.

Essa lógica mercadológica, mostrou-se extremamente predatória e ao contrário do que se propunha, acirrou as desigualdades e dependência entre países. Mesmo os países desenvolvidos sofreram impacto com esse modelo, considerando que os insumos adquiridos sem nenhum beneficiamento, encareciam a produção e demandavam muita logística, além de outros fatores. Assim, as nações tidas como subdesenvolvidas ou atrasadas, que até o momento eram primarias exportadoras, seguindo as necessidades impostas pelo capitalismo, representado pelos países desenvolvidos e/ou emergentes, chegam ao século XXI, tendo a intensificação da industrialização como pauta principal, para de desenvolvimento, a via que possibilitaria a requalificação do padrão de inserção, desses países, no mercado externo de forma competitiva.

É necessário ressaltar que essas normativas econômicas partiam dos países ricos, não necessariamente de uma forma impositiva, mas com base nas subalternidades históricas, nos estigmas de inferioridade, cultural, tecnológica e política, imputadas aos países em

desenvolvimento, e coloca, os países ricos, como líderes, no cenário mundial, aqui, não há necessidade de nomeá-los.

Outro fator relevante do desenvolvimentismo, é o papel do Estado, que nesse contexto, apresenta-se como um agente extremamente importante, para a princípio, legitimar e legalizar, a concepção e difusão dessa política de industrialização, e posteriormente, implementa-la, sustentada no discurso do desenvolvimento.

Esse panorama macro, vai se replicar nas micro relações que dessa lógica derivam. Dando um salto nessa narrativa, podemos aplicar essa lógica a realidade das relações estabelecidas no campo agrário, onde o discurso e práticas desenvolvimentistas, tem pautado, nas últimas décadas, as atividades, tanto do agronegócio quanto das comunidades campesinas e tradicionais, não obviamente, sob a mesma ótica.

No caso específico do Maranhão, as políticas desenvolvimentistas chegam, com o apoio do Estado, na figura do agronegócio, incentivando a migração interna, não apenas de pessoas, mas de capital e principalmente de uma lógica de produção agrária, completamente oposta da cultura de agricultura familiar e tradicional, até então predominante na área rural do estado.

É necessário destacar, um fator de extrema importância, para entendermos como chegamos a atual conjuntura na questão agrária no Brasil contemporâneo, e para tal não retomaremos o período histórico colonial, já abordado em capítulos anteriores, qual seja, o papel do Estado no que tange a questão agrária com base nas políticas desenvolvimentistas.

A negligencia histórica, do Estado, com os PCT e Comunidades Campesinas é fator condicionante, na propagação e acirramento de conflitos agrários, na desertificação de biomas e ecossistemas, no sufocamento e extinção de culturas e etnias, nos inchaços das periferias das cidades, em virtude da expulsão das famílias do campo.

Deve-se considerar, que historicamente a manutenção das necessidades alimentares populacional, incluindo a urbana, grande parte era suprida pela agricultura familiar tradicional, apesar de total ausência de políticas públicas para o setor, vinham suprindo uma demanda interna nacional. Ao considerar o desenvolvimento rural, esse setor não foi minimamente ouvido ou considerado. O que além de acarretar em tudo o exposto anteriormente, acirram-se as desigualdades sociais. Citaremos apenas um exemplo, a fim de ilustrar a questão e retomarmos a análise específica do tema a Comunidade Gameleira.

A completa negligencia com os PCT e Comunidades Campesinas, em detrimento do agronegócio, que derivam no aumento dos conflitos no campo, tem levado a uma “nova”

onda migratória interna, onde os detentores do capital, alguns que antes preferiam, investir nos centros urbanos, deslocam-se, ou deslocam seus investimentos agora para as zonas rurais, impulsionado a migração, inversa, dos nativos para as periferias dos centros urbanos, onde normalmente, não se enquadram nas qualificações de trabalho, colocando-os na iminência da marginalização, comprometendo suas existências.

Os impactos, causado pelo desenvolvimentismo, são vários, seguiremos analisando o exemplo a cima, que normalmente é lido na individualidade, afinal, são pessoas se deslocando (não apenas dos seus locais de origem, mas, são deslocadas das suas vidas, deslocadas das suas existências). Esses impactos, deveriam ser analisados e compreendidos na sua complexidade, considerando a coletividade, e os impactos que dela e nela produz, ponderando que, embora não se descoloquem necessariamente em massa, são um contingente populacional considerável, populações inteiras que se desarticulam e são pulverizadas em outras realidades, em que a estrutura social das desigualdades é alimentada.

A Comunidade Gameleiras, assim como outras tantas, afetadas pela ideologia e ações desenvolvimentistas, implementadas pelo Estado, impactadas pelo agronegócio e/ou mesmo pela falta de políticas públicas, que assegurem seus direitos e incentive suas autonomias com base em suas cosmovisões, correm risco iminente de serem extintas, ou por expulsão dos seus territórios, ou por transformações tão profundas, que alterem tanto suas realidades, tornem suas identidades completamente inviáveis, perdendo-as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pautas e práticas desenvolvimentistas no campo agrário, em especial com a mecanização e expansão de monoculturas, implementadas e sustentados por setores com privilégios históricos, apoiados, direta ou indiretamente, pelo Estado, colocam em realidades opostas, estes e os PCT, as Comunidades Campesinas, os indígenas e afins.

Como explicitado ao longo desse trabalho, a cosmovisão, as lógicas operacionais, as construções identitárias, a classe social e étnica, sob a qual essas duas categorias: agronegócio (e afins) e os PCT (e afins), que são o cerne desse trabalho, pautam suas existências, no contexto desse estudo, apresentam-se antagônicas.

Há de se ponderar, no entanto, que políticas de desenvolvimento, são mais que necessárias no campo agrário, e devem considerar e contemplar todos os setores. Entretanto, estas devem respeitar as reais necessidades, dos segmentos, das populações, ecossistemas e biomas envolvidos, realizar uma escuta ativa, a fim de ajustar as ações a serem implementadas, considerando as especificidades de cada.

Não podemos concluir, considerando não ser a proposta desse trabalho, se em uma projeção futura, de forma mais ampla, em algum momento, será possível a coexistência das práticas tradicionais dos PCT, comunidades campesinas, rurais e principalmente indígenas, com a ideologia e práticas do agronegócio desenvolvimentista, sem que haja danos, materiais e imateriais a estes povos, ecossistemas e biomas, que são responsáveis por modular, não apenas as questões ambientais, mas a configuração, social, econômica e política de todo o planeta. Seria necessário estudos específicos e aprofundados para elucidar esse dilema.

O que nosso estudo confirma, no entanto, é que o agronegócio, e toda sua estrutura objetiva/material e subjetiva é uma realidade. Um setor que tem forte influência e domínio econômico e político no país, organizado econômica e politicamente, contando com representantes em várias estruturas, principalmente no legislativo, onde a bancada ruralista, aliada a outras, defende e implementa pautas de seus interesses, retroalimentando sua estrutura classista. Portanto não há de se aventar a possibilidade de desmontá-lo, embora, fosse o ideal, considerando estar pautado por uma lógica de poder, capitalista e predatória. Entre o real e o ideal, trabalheemos com o real.

A realidade nacional em que se apresentam, outros segmentos, rurais e agrário, é preocupante. No decorrer do nosso trabalho, estudando as questões campesinas, rurais, agrárias e correlatas, é evidente a fragilidade, invisibilidade, a desestruturação, que afeta populações

inteiras, bem como a destruição de *territórios* étnicos, ecossistemas e biomas, impactados pelo agronegócio, barragens, mineração, extrativismo predatório e outras práticas, o que caracteriza o ecocídio.

São correlações de forças extremamente desproporcionais. É necessário implementação de políticas públicas, e efetivação das já existentes (em especial as que as assegurem a demarcação e titulação de *territórios*), que contemple as especificidades dos PCT, comunidades rurais e camponesas, propiciando, equilíbrio, nessas relações, o que gradativamente alteraria positivamente, o equilíbrio social e ambiental. E principalmente, a efetivação de uma Reforma Agrária, nos moldes, amplamente defendidos, pelos Movimentos Sociais camponeses e correlatos.

Constatamos ainda, que as desigualdades, estruturadas no campo rural, assim como no urbano, têm marcadores históricos que as sustentam, assim como mantêm nos espaços de poder, as classes, historicamente dominantes. Dentre muitos, destacamos como fundamentais: *classe* e *raça*, sendo indissociáveis, no nosso estudo. Sugerimos serem considerados, em estudos nessa área, mesmo quando o recorte não recair sobre *territórios* étnicos formais, a exemplo de indígenas e quilombolas, considerando o atravessamento histórico (colonial), que conduzem o cruzamento dos marcadores: socioeconômico e racial, que estruturam, não apenas a pirâmide social, mas a própria categoria classe. Deve-se considerar o marcador étnico, nas análises, não apenas dos oprimidos, mas também dos opressores.

Outro fator de extrema relevância, depreendido a partir das análises teórico e empíricas, é que a migração interna de sojicultores sulistas, está assentado em uma realidade que não tem sido devidamente considerada, nas mais diversas instâncias. Qual seja, ao deslocarem-se de um estado para outro, os sulistas, materializados na figura do Gaúcho, não transportam e assentam, em outra realidade, apenas seus corpos, mas todo uma lógica, uma estrutura, pautada em subjetividades, ideológicas construídas com base no colonialismo, capitalismo e o marcador étnico, de forma determinante, e que transformam da pior forma realidades de biomas, ecossistemas e territórios.

No que tange ao recorte, socioterritorial do nosso estudo, no caso a Comunidade Gameleira, concluímos que:

A comunidade tem pré-requisitos que a qualifica enquanto Comunidade Tradicional, podendo portando ser aparada pelos dispositivos legais, pertinentes a esta categoria.

Os impactos causados pela implantação de monoculturas, em especial a sojicultura, alterou as dinâmicas de coexistência da comunidade com seu território, possivelmente de forma irreversível, considerando as especificidades, tanto de uma comunidade tradicional quanto do agronegócio.

Os moradores e moradoras tem buscado estratégias de enfrentamento, visando a retomada dos seu *território*. Necessitam, porém, dependendo do resultado da ação judicial impetrada, de assistência na forma de políticas públicas, já existentes ou na criação de novas, que contribuam para assegurar, suas existências, respeitando a lógica e especificidades, enquanto PCT.

O impacto no bioma cerrado e ecossistema do *território* são indiscutíveis e caso não haja uma intervenção imediata, serão irreversíveis.

Constata-se, através da análise da produção, que a comunidade tradicional tem uma economia ativa, pautada em saberes e práticas tradicionais, que tem sido impacta pela implantação da sojicultura, comprometendo inclusive a sua segurança alimentar.

Por fim, identifica-se o Estado, por omissão ou conivência, como coparticipei na sucumbência ou nos impactos irreparáveis ocasionadas aos CPT, Comunidades Camponesas e categorias correlatas, o que, no caso da Comunidade Gameleira, também é uma evidencia.

Imagem 29 – Registro dos moradores que resistiram ao ato de agressividade ocorrida em 2021 junto a equipe de pesquisa. Que esse registro mostre a força da união coletiva e que Gameleira existe



Fonte: acervo LATESE e LIDA, 2022

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. 2017. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais: O processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia**. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Empreendimento dos Agronegócios como novas Platações? As agroestratégias em marcha no Maranhão**. In: FETAEMA. Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão – ano 2020. São Luís, UEMA Edições, 2021, 160

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agroestratégias e desterritorialização - direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In: ALMEIDA, A.W. et. al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora lamparina, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, 1, p. 9-32, maio 2004.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, J. G. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo, Maranhão**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

ALVES, E. R. A.; SOUZA, G. S.; GOMES, E. G. **A concentração do valor bruto da produção e a pobreza segundo o Censo Agropecuário 2017**. In: NAVARRO, Z. (org.). A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação. São Paulo: Baraúna, 2020. p. 224.

ANDRADE, Maristela de Paula. **TERRA DE ÍNDIO: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: Ufma, 1999. 265 p. (1).

AZEVEDO, M. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1996.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Maranhão. **Apelação cível nº 0800737-48.2021.8.10.0076**. Apelante: Adão Oliveira Gomes e outros. Apelada: Comarca de Brejo. Relator: Juíza Dra. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA. Brejo, 5 de julho de 2021. Lex: jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Brejo, p. 58,61, mar. 1998.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N; PASQUINHO, G. **Dicionário de Política**. 12ª edição. Brasília. UnB, 2004.

BROCHADO NETO, Djalma Alvarez; MONT' ALVERENE, Tarin Cristiano Frota. **Ecocídio: proposta de uma política criminalizadora de delitos ambientais internacionais ou tipo penal propriamente dito**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 8, n. 1, p. 209-226, abril. 2018.

Carlos Walter Porto-Gonçalves. **Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico**. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

CABRAL, Diogo Diniz Ribeiro. "Introdução". In: CABRAL, Diogo Diniz Ribeiro (org.) **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão no ano de 2020**. São Luís: UEMA, Edições, 2021, p.23-31

CARNEIRO, Marcelo. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, S.; NUNES, S. P.; CARNEIRO, M. S. (Orgs.). **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**. - Rio de Janeiro: FASE, 2008, p.75-143.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

Diana Aguiar e Helena Lopes (Orgs.) **Saberes dos Povos do Cerrado e Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Campanha em Defesa do Cerrado e Action Aid Brasil, 2020.

EMBRAPA. Visão 2030: **O futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 28 set. 2021.

ESCRavidão branca ou demagogia pura? Nova Fronteira, Barreiras, 20 ago. 1993

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro Transforma a Reforma Agrária em Programa de Entrega de Títulos a Assentados**. São Paulo, 8 de maio de 2022. Disponível em: Acesso em 10 de maio de 2022.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. **AQUILOMBAMENTO NO MARANHÃO: um rio grande de (im)possibilidades**. 2012. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012. Cap. 6.

FURTADO, Marivania Leonor Souza; BURNETT, Carlos Frederico Lago; FERREIRA, Daísa Furtado; OLIVEIRA, Gabriela Silva de; SOUSA JÚNIOR, Jorrimar Carvalho de; MUNIZ, Sergio César Corrêa Soares. **OS EFEITOS SOCIAIS, TERRITORIAIS E ECONÔMICOS DO AGRONEGÓCIO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO LESTE MARANHENSE: o caso de gameleira, brejo e milagres do maranhão, maranhão**. São Luís: Uema, 2023. 77 p. (1).

FREITAS Júnior. Antônio Rodrigues de e ZAPAROLLI, Célia Regina: **Mediação de Conflitos e Promoção da Cultura da Paz, gray version**.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. 52ª ed. São Paulo: Global Editora, 2013. 727p.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O ELDORADO DOS GAÚCHOS: deslocamento de agricultores do sul do país e seu estabelecimento no leste maranhense**. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Ufma, São Luís, 2010. Cap. 4.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC.1989.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 2013.

HAESBAERT, Rogério; SANTOS, Milton. **DES-TERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997. 277 p.

HERCULANO, S. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente; v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abril 2008.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220p.

Instituto Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos - INPPDH. **Jagunços encapuzados invadem comunidade tradicional no Maranhão**. Publicado em: 29 de maio de 2021. Disponível em: Acesso em: 11 de outubro de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**. Coordenação de Geografia - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82p

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. **Banco de Dados com Catálogo de Mapas do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEEMA) - Etapa Bioma Cerrado e Sistema Costeiro**. Maria de Lourdes dos Santos Silva; Paulo Henrique de Aragão Catunda (Orgs). São Luís: IMESC, 2021. 204 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

ILVA(b), Marcos José Diniz. **O conflito social e suas mutações na teoria sociológica**. Qualitas Revista Eletrônica, v. 1, n. 2, 2011, p. 1-12.

ÍCONOS. Quito, Equador: Flacso Ecuador, v. 23, n. 64, 2 maio 2019. Mensal. Disponível em: www.revistaiconos.ec. Acesso em: 05 mar. 2023

Lei nº6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Lei nº10884, de 13 de julho de 2003. Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm>. Acesso em 05 de outubro de 2023

MARANHÃO. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão – FETAEMA. **Relação de Conflitos Agrários**. São Luís: Secretaria Agrária, 2021

MORAES, Elaine. **A ÁRVORE DO ESQUECIMENTO E A HISTÓRIA DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO NO BRASIL**. 2021. Disponível em:

<https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2021/6/29/a-rvore-do-esquecimento-e-a-histria-dos-servios-de-acolhimento-no-brasil>. Acesso em: 29 jun. 2021.

OLCE, Julia. **Encapuzados, 22 jagunços invadem comunidade tradicional no Maranhão**. DE OLHO NOS RURALISTAS, Observatório do agronegócio no Brasil. Publicado em: 21 de maio de 2021. Disponível em: Acesso em: 08 de outubro de 2023.

Pacheco, Tânia (2008), “**Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania**”, in Superintendência de Recursos Hídricos (org.), *Justiça pelas águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental*. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 11-23.

Pacheco, Tânia (2006), “**Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**”, I Seminário Cearense contra o Racismo ambiental. Fortaleza (mimeo).

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense. Problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. Relatórios de pesquisa. PPGCSoc/GERUR. Mimeo, 2012

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Trad.: Maria Cecília França. Editora Ática, 1993

RAFFESTIN, Claude. **Space, territory and territoriality**. Environment and Planning D: Society and Space, 2012, vol. 30, pp. 121-141.

RABUSKE, E.A. **O homem – um ser de cultura**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, JÁ. **Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida**. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 181-194. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 39 p

SODRÉ, Ronaldo Barros; ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SOUSA, Igor Breno Barbosa de; SOUZA, Tibério Augusto Santos de; MATTOS JÚNIOR, José Sampaio de. **AS FACES DO AGRONEGÓCIO MARANHENSE: uma análise da expansão agrícola e do aumento da violência no campo**. *Geosul*: Revista do Departamento de Geociências, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 599-622, abr. 2019. Mensal. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p1/39364>. Acesso em: 09 set. 2023.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana: promoção da justiça ambiental através do direito**. Salvador: Editora da Ufba, 2015. 122 p.

VIANA, Keliane da Silva. **A TERRA PROMETIDA AINDA É PROMESSA: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas**. 2018. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

VEZZULLA, J. C. **Teoria e Prática da Mediação**. Curitiba: Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, 1998.

WADT, Paulo Guilherme Salvador. **Sistema Plantio Direto e Controle de Erosão no Estado do Acre**. Rio Branco: Embrapa, 2007. 37 p.

